

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cristiano Nogueira Trombini

**POTENCIALIDADES DA VITIVINICULTURA DE
INVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
MUNICÍPIOS NO SUL DE MINAS**

Varginha, MG, 2021

Cristiano Nogueira Trombini

**POTENCIALIDADES DA VITIVINICULTURA DE
INVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
MUNICÍPIOS NO SUL DE MINAS**

**POTENTIALITIES OF WINTER VINEYARDS FOR
THE DEVELOPMENT OF MUNICIPALITIES IN THE
SOUTH OF MINAS**

Trabalho apresentado para a Defesa de Dissertação como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas.

Área de Concentração: Gestão, Formação e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Processos Formativos e Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ávila

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Cristiano Nogueira Trombini e orientado pela profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Assinatura da orientadora

Varginha, MG, 2021

TROMBINI, Cristiano Nogueira

T849 Potencialidades da Vitivinicultura de Inverno para o
Desenvolvimento de Municípios do Sul de Minas / Cristiano Nogueira
Trombini. – 2021.
111 p. : il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ávila
Dissertação (mestrado) – Centro Universitário do Sul de Minas,
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento
Regional. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2021.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Turismo Rural. 3. Vitivinicultura. I.
BRISOLA, Elisa Maria Andrade, orient. II. ÁVILA, Maria Auxiliadora,
coorient. III. Centro Universitário do Sul de Minas. VI. Título.

CDD: 634.8

Ficha catalográfica: Fabiana Aparecida Pereira Souza – CRB-06/ 3587/O

Cristiano Nogueira Trombini

**POTENCIALIDADES DA VITIVINICULTURA DE
INVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DE
MUNICÍPIOS NO SUL DE MINAS**

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Presidente: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola – Orientadora, UNIS/MG

Membro: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ávila – Coorientadora, UNIS/MG

Membro: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, UNITAU

Membro: Profa. Dra. Mariana Aranha de Souza, UNIS/MG

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Varginha, 07 de dezembro de 2021

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e à minha orientadora Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola, que contribuiu com o meu processo de formação acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, por me incentivarem a fazer a formação continuada neste mestrado acadêmico.

Agradeço aos meus professores orientadores, por estarem dispostos a me auxiliar nesta pesquisa e por indicarem o melhor caminho a seguir.

Agradeço, por fim, aos professores, membros da Banca Examinadora, que muito contribuíram para que este trabalho chegasse à sua versão final, e ao Instituto Federal de Minas Gerais (Campus Ouro Preto).

“O vinho é uma das coisas mais civilizadas e naturais do mundo, que alcançou a maior perfeição. Oferece uma gama maior para o prazer e apreciação do que possivelmente qualquer outra coisa puramente sensorial”.

(Ernest Hemingway)

RESUMO

A produção de vinhos finos de dupla poda vem se ampliando no Brasil, particularmente no Sul de Minas, tanto em quantidade quanto em qualidade, inclusive com reconhecimento internacional. Assim, diante dessa expansão, a presente pesquisa objetivou identificar as potencialidades da produção dos vinhos finos de dupla poda para o desenvolvimento dos municípios onde se localizam as principais vinícolas do Sul de Minas Gerais. Como objetivos específicos, buscou-se caracterizar as vinícolas estudadas nos respectivos municípios selecionados; identificar as avaliações de produtores e gestores públicos locais acerca do potencial da vitivinicultura nos municípios. Trata-se de estudo de caso e, para alcançar tais objetivos, a abordagem foi qualitativa por meio de dados secundários sobre a região do Sul de Minas Gerais e a vitivinicultura, além de entrevistas com 2 produtores de vinhos de dupla poda e 3 gestores públicos de municípios que são produtores desses vinhos. A análise das entrevistas foi fundamentada na perspectiva crítica, e a técnica utilizada, a triangulação, que consiste em articular as narrativas, os contextos aos autores que estudam a temática. Como resultados, tem-se: há expectativa dos gestores dos municípios nos quais as vinícolas se encontram para que estas alavanquem o desenvolvimento por meio do turismo rural e do agronegócio. Entretanto, não existe nenhum indicador de que esse processo esteja sendo efetivado, na medida em que não há diálogo entre as prefeituras e as vinícolas no sentido do estabelecimento de parcerias, firmadas a partir de um planejamento. Os gestores entendem que a existência das vinícolas nos respectivos municípios traz visibilidade, à qual será possível gerar por si desenvolvimento tanto econômico, quanto social. Não há um processo de sinergia entre as vinícolas e o poder público municipal visando o desenvolvimento local. Porém, por conta das premiações dos vinhos finos, pela gastronomia e cultura mineira, entende-se que a vitivinicultura possui grande potencial para o enoturismo desde que sejam implementadas políticas públicas bem como a organização dos produtores.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Turismo Rural. Vitivinicultura.

ABSTRACT

The Productions of fine double-pruned wines has been expanding in Brazil, particularly in the south of Minas, both in quantity and quality, including international recognition. Thus, in view of this expansion, this research aimed to identify the potential of the production of fine wines with double pruning for the development of municipalities where the main wineries in the south of Minas Gerais are located. As specific objectives, we sought to characterize the wineries studied in the respective selected municipalities; identify the evaluations of producers and local public managers about the potential of viticulture in the southern municipalities of Minas. This is a case study and to achieve these objectives, the approach was qualitative through secondary data on the southern region of Minas Gerais and viticulture, as well as interviews with 2 double pruning wine producers and 3 public and public managers. municipalities that are producers of these wines. The analysis of the interviews was based on the critical perspective and the technique used, the triangulation that consists of articulating the narratives, the contexts for the authors who study the theme. As a result, there is: there is an expectation of managers of municipalities in which the wineries are located for them to leverage development through rural tourism and agribusiness. However, there is no indication that this process is being carried out, as there is no dialogue between city halls and wineries in the sense of establishing partnerships, based on planning. Managers understand that the existence of wineries in the respective municipalities brings visibility, which can generate both economic and social development. Producers do not realize that the wineries have generated local development, nor do they see government initiatives to bring together initiatives for planning integrative actions. There is no synergy process between the wineries and the municipal government aiming at local development. However, due to the awards for fine wines, gastronomy and Minas Gerais culture, it is understood that viticulture has great potential for wine tourism, provided that public policies are implemented as well as the organization of producers.

KEYWORDS: Regional Development. Rural Tourism. Viticulture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das mesorregiões de Minas Gerais.....	5
Figura 2 – Mapa dos municípios do sul de Minas Gerais	5
Figura 3 – Mapa da localização dos municípios de Três Corações, Três Pontas e Cordislândia em Minas Gerais.....	6
Figura 4 – Influências e impactos gerados pelo turismo rural.....	66
Figura 5 – Regiões vinícolas mais conhecidas	70
Figura 6 – Motivos para o enoturismo	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Planejamento do turismo em áreas rurais: uma abordagem integrada	36
Quadro 2 – Fases do planejamento do turismo rural	67
Quadro 3 – Estratégias para os pontos fracos.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dissertações, teses e artigos publicados	9
---	---

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APL	-	Arranjos Produtivos Locais
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina
DO	-	Denominação de Origem
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	-	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IP	-	Indicação de Procedência
ONGs	-	Organizações Não Governamentais
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PNB	-	Produto Nacional Bruto
PT	-	Partido dos Trabalhadores
SCIELO	-	Scientific Electronic Library Online
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNIS	-	Centro Universitário do Sul de Minas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Problema de pesquisa	3
1.2 Objetivo geral	4
1.3 Objetivos específicos	4
1.4 Delimitação do Estudo	4
1.5 Relevância do Estudo / Justificativa	7
1.6 Organização da Dissertação	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1 Desenvolvimento econômico e crescimento	16
2.2 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Brasil	19
2.2.1. <i>Desenvolvimento social</i>	23
2.2.2 <i>Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo</i>	26
2.2.3 <i>Desenvolvimento Regional</i>	32
2.3 Desenvolvimento Local	33
2.3.1 <i>Turismo Rural como Perspectiva de Desenvolvimento</i>	35
2.4 História do vinho no Brasil	40
2.5 Inserção de vinhos finos no sul de Minas Gerais	42
2.6 Manejo da dupla poda – Tecnologia no manejo das Videiras	44
2.7 Viticultura no Sul de Minas Gerais	45
3 METODOLOGIA.....	50
3.1 Delineamento da pesquisa	50
3.2 Tipo de Pesquisa	51
3.3 População	51
3.4 Instrumentos de Pesquisa	52
3.5 Procedimentos para Coleta de Dados/Pesquisa das bases de dados	52
3.6 Procedimentos para Análise de Dados	53
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
4.1 Levantamento das vinícolas	55
4.2 Produtores	56
4.3 A avaliação dos gestores municipais	63
4.3.1 <i>Produtores e gestores: convergência e divergências</i>	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	100
ANEXOS	104

1

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, a vitivinicultura¹ se constitui importante fonte de renda. Em diferentes regiões do país, convivem pequenas, médias e grandes propriedades vitícolas, as quais têm contribuído com o crescimento da vitivinicultura (MELLO; MACHADO, 2019). Essa atividade tem se expandido tanto em termos qualitativos como em áreas cultivadas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), em 2019 a área cultivada foi de 75.731 h. No Estado de Minas Gerais, também se comprova essa expansão: de 911 h em 2016 para 1124 h em 2019. (IBGE, 2020).

A produção de vinhos finos no Brasil enfrenta inúmeros desafios, dentre eles destaca-se a cultura de consumo. Contudo, apesar desse aspecto, Mello e Machado (2019, p. 19) apontam-nos que, em 2019, “o mercado de vinhos foi favorável para os vinhos finos, nacionais e importados, e para os espumantes nacionais.”. A presença da viticultura no sul de Minas Gerais, conforme nos lembra Chelotti (2019, p. 24), vem desde o final do século XIX no município de Caldas. Ressalta-se, porém, que não há unanimidade entre os historiadores sobre tal início.

No ano de 2016, a produção de uvas, em Minas Gerais, foi de 11.224 toneladas, e em 2019, 17.307 (IBGE, 2020). Essa produção foi desenvolvida também na região do sul de Minas Gerais, embora mantenha a tradição secular no cultivo e na comercialização do café (SIMÕES, 2010). Contemporaneamente, há uma produção de vinhos de alta qualidade, inclusive para exportação. Em relação à qualidade dessa produção, em reportagem produzida pelo jornal Estado de Minas no caderno de economia, a jornalista Bertha Maakaroun (2017) refere-se à região representada pelas cidades de Três Pontas, Três Corações e Cordislândia como o mais novo *terroir*² para a produção de vinhos de qualidade superior (ROCHA, 2018).

Parte do sucesso obtido por esses produtores de vinhos finos no sul de Minas Gerais deve-se à tutoria técnica da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), principalmente, representada pela figura do Professor Dr. Murillo Albuquerque Regina,

¹ Vitivinicultura tem como designação a atividade que envolve o cultivo das vinhas e a fabricação de vinho.

² Segundo Chelotti, “existe no sul de Minas o que os especialistas chamam de ‘*terroir*’, uma relação íntima entre o solo e o microclima particular que concebe o nascimento de um tipo de uva, que expressa livremente sua qualidade, tipicidade e identidade em um grande vinho. O *terroir* presente nessa região é o tropical de altitude, entre 1.000 e 1.100 metros de altitude. Hoje, essa relação entre clima e solo, associada a técnicas de cultivo do homem, desenvolveram uma característica singular nas uvas cultivadas em Andradas e Caldas.”.

especialista em vitivinicultura e enologia pela Universidade Bordeaux, na França. Ele tem desenvolvido pesquisas oriundas da Associação Brasileira de Enologia, Institutos Federais de Minas Gerais e da Região Sul do país, e de pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que contribuíram com tais pesquisas, colocando seus esforços no estudo de tecnologias que aprimoram o manejo das videiras e, concomitantemente, a vitivinicultura (ROCHA, 2018).

Esse manejo trouxe significativo desenvolvimento em tecnologia para as vinícolas, reproduzido em mais cinco estados do país: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, alterando o ciclo de vida das vinhas, as quais, ao invés de serem colhidas no verão, passam a ser colhidas no inverno, como destaca a Embrapa (MELLO, 2015). Entretanto, cabe ressaltar que ainda não há no Brasil informações precisas sobre a representatividade do setor vitivinícola na economia nacional, elemento dificultador quando se pretende estudar as suas potencialidades, e os dados existentes dizem respeito, na maioria das vezes, à produção do Rio Grande do Sul (MELO; MACHADO, 2019).

Outro aspecto importante a ser considerado é que a vitivinicultura no Brasil enfrenta o desafio de desenvolver e dar “visibilidade aos Arranjos Produtivos Locais (APL) vitivinícolas já existentes, apoiando e consolidando ações de qualificação, ordenamento e desenvolvimento” (GOMES et al., 2014, p. 2). Além disso, também se identificam, de modo geral, limitadas políticas públicas que estimulem o crescimento do setor. A análise das potencialidades da vitivinicultura no Brasil ainda pressupõe destacar o impacto dos importados, os quais, em geral, alcançam menores preços do que o produto nacional, impactando a comercialização desses. Assim, pode-se afirmar que estudar as potencialidades da vitivinicultura no Brasil e, em particular, na região do sul de Minas é desafiador.

A partir 2016, os vinhos produzidos na região conquistaram premiações como as da Vinícola Maria das Cidades de Três Pontas. A vinícola Luiz Porto, situada em Cordislândia, também coleciona a medalha de bronze do prêmio *Decanter World Wine Awards* (2017). A Vinícola Primeira Estrada de Três Corações é campeã da Grande prova de Vinhos (2016).

Além do cultivo de uvas *Vitis viníferas*³, a principal técnica responsável pela ampliação do perfil qualitativo dos vinhos produzidos no sul de Minas é a chamada “dupla poda”, que promove uma inversão do ciclo vegetativo da parreira. Conforme afirma o professor Marcelo Cervo Chelotti⁴ (2019, p. 1), a poda é feita em novembro, quando a parreira estaria produzindo

³ *Vitis viníferas* são uvas de matriz europeia, entre as quais estão as uvas *Syrah* e *Chardonnay*. Essas dão origem a bebidas de mais qualidade agregada, os chamados “vinhos finos”.

⁴ Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia realizou a pesquisa *Patrimônio da uva e do vinho: residualidades e novas expressões da vitivinicultura no sul de Minas Gerais*. “O trabalho dedica-se a

as bagas. Isso induz a planta a rebrotar e ter seu auge produtivo em julho, época que é frio na noite, quente durante o dia e não chove”. Por conta desse processo, as uvas ganham maior teor de açúcar, e é “isso que vai fazer com que esse vinho tenha a condição de ser um vinho de excelente qualidade, um vinho de guarda”.

Assim, considerando a ampliação na produção e as premiações dos vinhos desenvolvidos na região sul de Minas Gerais, buscou-se identificar as potencialidades dos vinhos finos de dupla poda do sul de Minas Gerais para o desenvolvimento dos municípios onde se localizam duas das quatro principais vinícolas da região.

O nosso interesse pelo tema deve-se à nossa inserção no Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Unis- MG, que tem como foco o estudo da região do sul de Minas Gerais – as potencialidades, os desafios e as contradições. Além disso, a nossa atuação profissional como *sommelier* e professor em curso de gastronomia levou-nos a buscar entender as potencialidades da vitivinicultura em nossa região, sobretudo porque, em geral, quando se pensa em sul de Minas Gerais, logo se remete à histórica e representativa produção de café que tanto contribui para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a presente pesquisa colocou-nos um duplo desafio: não estudar o café, mesmo sabendo da sua importância para a região, e estudar a vitivinicultura pelo seu reconhecimento qualitativo e potencial, mesmo tendo consciência da pouca produção de dados sobre ela.

Desse modo, esta pesquisa buscou analisar as potencialidades da atividade vitivinícola para o desenvolvimento econômico dos municípios onde se localizam duas das principais vinícolas do sul de Minas Gerais.

1.1 Problema de pesquisa

Minas Gerais é o maior produtor de café do Brasil, produzindo mais de 50% da safra nacional. No total, Minas Gerais tem uma área cultivada de 1,2 milhão de hectares. A macrorregião Norte e Vales do Jequitinhonha e Mucuri possuem 77 municípios produtores e uma área plantada de 37,8 mil hectares. Já o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Nordeste somam 51 municípios e uma área cafeeira de 211,9 mil hectares. Na Zona da Mata mineira, Vale do Rio Doce e região Central são 181 municípios e uma área cultivada de 322 mil hectares.

discutir a pertinência da tríade patrimônio, território e ruralidade para caracterizar as expressões contemporâneas da vitivinicultura na localidade e compreender a construção de uma valorização da uva e da produção artesanal do vinho ao longo da história”. (CRUZ, 2019, p. 1).

As regiões Sul e Centro-Oeste juntas possuem a maior área. São 649,9 mil hectares plantados em 154 municípios (SEBRAE, 2021).

Apesar do destaque nacional na produção de café em Minas Gerais, inicia-se, a partir dos anos 2000, a produção de vinhos finos resultante da técnica de dupla poda em municípios do Sul de Minas Gerais. Essa produção tem se ampliado tanto quantitativa quanto qualitativamente. Assim, pergunta-se: qual o potencial da viticultura para o desenvolvimento dos municípios onde as propriedades estão instaladas? Além do café, a vitivinicultura pode contribuir para a ampliação do potencial turístico da região do sul de Minas Gerais?

1.2 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo, analisar as potencialidades da atividade vitivinícola para o desenvolvimento econômico dos municípios onde se localizam duas das principais vinícolas do Sul de Minas Gerais. Esse objetivo geral implica os seguintes objetivos específicos:

1.3 Objetivos específicos

1. Analisar as avaliações dos produtores de vinhos finos acerca das potencialidades econômicas da vitivinicultura para os municípios estudados;
2. Analisar as avaliações dos gestores públicos dos municípios estudados acerca da potencialidade da atividade vitivinícola para o desenvolvimento dos respectivos municípios;
3. Caracterizar a região do sul de Minas onde se desenvolve a vitivinicultura.

1.4 Delimitação do Estudo

A escolha do local de estudo se deu devido à expansão da produção de vinhos finos de dupla poda na região do sul de Minas Gerais, colocando em evidência as possibilidades de desenvolvimento. Esse estado foi dividido geograficamente pelo IBGE em 12 mesorregiões, que, por sua vez, abrangiam 66 microrregiões, segundo o quadro vigente entre 1989 e 2017.

A partir de 2017, o IBGE extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro, com novas divisões geográficas denominadas, respectivamente, regiões geográficas intermediárias e imediatas. Assim, o estado de Minas está dividido em 12 mesorregiões (Figura 1).

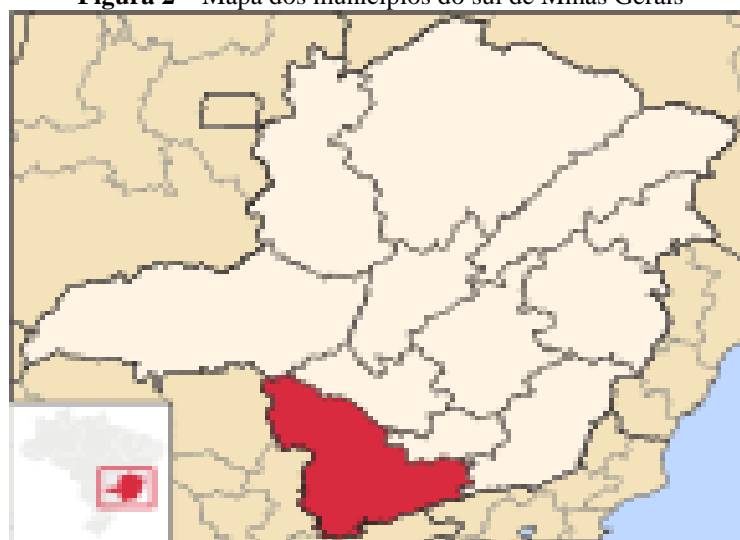
Figura 1 – Mapa das mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: IBGE,2021.

Conforme o IBGE (2021), a mesorregião do sul e sudoeste de Minas Gerais é composta por 146 municípios. Na Figura 2, evidenciamos a localização dos municípios da mesorregião do sul de Minas.

Figura 2 – Mapa dos municípios do sul de Minas Gerais



Fonte: IBGE, 2021

Para a realização do presente estudo, elegeram-se três municípios da mesorregião do sul de Minas Gerais, a saber, Três Corações, Três Pontas e Cordislândia (Figura 3).

Figura 3 – Mapa da localização dos municípios de Três Corações, Três Pontas e Cordislândia em Minas Gerais



Legenda: Cordislândia, Três Corações e Três Pontas
Fonte: IBGE (2021)

A cidade de Cordislândia, segundo IBGE (2019), possui uma população estimada em 3.538 habitantes, e o último Censo, realizado no ano de 2010, apontou uma população de 3.435 habitantes. A emancipação política do município se deu em 1º de março de 1963. O município possui uma área de extensão de 179,5 km², e a densidade demográfica é de 19,7 habitantes por km² em seu território. A cidade está situada a 813 metros de altitude e possui as coordenadas geográficas que seguem: Latitude: 21° 47' 25" Sul, Longitude: 45° 41' 34" Oeste.

O município de Três Corações foi fundado em 07 de setembro de 1923 pela Lei de número 843. A localidade tem como principais culturas: milho, café e leite, que são produzidos no município e no distrito industrial a ele relacionado, localizado às margens da Rodovia Fernão Dias – BR 381.

O município de Três Corações situa-se a 287 km da capital mineira, Belo Horizonte. Sua topografia conta com presença e representações importantes, como as Serras da Onça, Serra do Palmital, entre outras montanhas que ganham grande destaque regional, entre elas, encontra-se a Serra das Ninfas, que possui 1.200 metros de altitude. A população de Três Corações, no ano de 2019, era de aproximadamente 79.482 habitantes, e o Censo IBGE do ano de 2010 apontou uma população de 72.765 pessoas.

O município de Três Pontas foi elevado ao *status* de cidade em 3 de julho de 1857. Atualmente, é considerado um importante centro industrial e agropecuário da região sul mineira, com aproximadamente 55 mil habitantes. A cafeicultura é o ramo que mais se destaca

na localidade devido à grande produtividade – hoje, o município é o maior produtor nacional de café (EMATER, 2021).

É relevante observar que o relevo do município não é classificado como acidentado, sua altitude média o posiciona cerca de 900 metros em relação ao nível do mar. Há de se salientar, porém, que algumas serras compõem sua topografia, como a Serra de Três Pontas, que é muito conhecida pelo formato e pela beleza da natureza que a circunda. Alguns riachos e ribeirões cortam o município e deságuam na Represa de Furnas, e o clima ameno acompanha as estações ao longo do ano, o que propicia o cultivo de café, que, como supracitado, é um dos recursos que posicionam a cidade no ranking da produção mundial do grão. Além disso, ressalta-se que o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita, do município de Três Pontas, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2019), representava R\$ 22.235,80 (IBGE, 2021).

Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), em 2019, o salário médio mensal do município de Três Pontas era de 1.8 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 231 de 853 e 140 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3125 de 5570 e 1084 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 30.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 727 de 853, entre as cidades do estado, e na posição 4510 de 5570, entre as cidades do Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

1.5 Relevância do Estudo / Justificativa

Justifica-se a importância do presente estudo observando seu potencial investigativo para com a sociedade e a tessitura histórica das localidades estudadas. Levando-se em conta a atualidade do assunto e o estágio inicial das pesquisas sobre ele, considera-se de fundamental importância para a comunidade acadêmica a abordagem sobre a tecnologia de dupla poda e a transformação do produto, do mercado e das comunidades analisadas, com as colheitas de inverno, compreendendo as implicações dessa produção para o desenvolvimento regional.

A relevância deste estudo também pode ser evidenciada, observando-se como o desenvolvimento local tem sido percebido na contemporaneidade. Muitas localidades têm se destacado no desenvolvimento de produtos, melhoramento de plantas e tecnologias que possibilitam a criação de produtos diferenciados que estão se destacando no cenário nacional e mundial.

O questionamento deu-se a partir da reflexão sobre a região sul mineira. Por morarmos em tal localidade e apreciarmos a cultura de uvas e a produção de vinhos, as questões ligadas à fabricação e ao desenvolvimento local, regional e comercial sempre foram alvo de minhas reflexões. Assim, ao ingressar no mestrado, já visualizava a possibilidade de trabalhar com os assuntos relativos a essa temática que me inquietavam.

O fato de habitar na região sul mineira sempre nos possibilitou refletir sobre aspectos que, de fato, trouxeram novas possibilidades à região. A inserção de culturas, o trabalho na terra e a migração de povos também nos interessa.

A expansão da produção de vinhos finos de dupla poda na região do Sul de Minas Gerais coloca em evidência as possibilidades de desenvolvimento. Nesse sentido, buscar identificar as potencialidades da vitivinicultura justifica-se, pois, o estudo poderá fornecer insumos para futuros investimentos na região.

1.6 Organização da Dissertação

A Dissertação está organizada da seguinte forma: Introdução, Revisão de literatura, Metodologia, Resultados e discussões, Referências, Apêndices e Anexos.

A Introdução subdivide-se em seis subseções: Delineamento da pesquisa, Problema, Objetivo geral, Objetivos específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo/Justificativa e Organização do Trabalho.

Na Revisão de Literatura, está presente um panorama das pesquisas recentes sobre o conceito de Desenvolvimento, Desenvolvimento e crescimento, Desenvolvimento social. Abordam-se também pontos relevantes referentes aos temas de pesquisa, como o início da produção de vinhos no Brasil e o turismo rural.

A metodologia subdividiu-se em quatro subseções: Participantes, Instrumentos de coleta, Procedimentos para coleta de dados e Procedimentos para análise dos dados.

Em seguida, apresentamos os Resultados e discussões, Considerações finais, seguida das Referências. Por último, Apêndices e Anexos.

2

REVISÃO DA LITERATURA

A Revisão da literatura apresentou uma análise no contexto de Desenvolvimento e suas nuances, bem como abordou-se pontos relevantes referentes ao tema proposto nesta pesquisa, como o início da produção de vinhos no Brasil e os seus desdobramentos.

Nesse sentido, durante o ano de 2020 e 2021, realizamos uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico e no Banco de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com as palavras-chave previamente definidas: vitivinicultura e desenvolvimento, vitivinicultura e turismo rural e enoturismo, a fim de identificar a produção sobre a temática. O resultado do levantamento pode ser observado na Tabela 1. Para os fins desta pesquisa, os demais documentos que prevaleceram na análise constam nas Referências Bibliográficas.

Assim, foram incluídos Teses, Dissertações e Artigos disponíveis na íntegra, em um recorte temporal de 1994 a 2021.

Tabela 1 – Dissertações, teses e artigos publicados

Descritor	Dissertações encontradas	Dissertações selecionadas	Teses encontradas	Teses selecionadas	Artigos encontrados	Artigos selecionados
Vitivinicultura e Desenvolvimento	19	05	07	02	15	03
Vitivinicultura e Turismo Rural	22	01	09	01	11	01
Enoturismo	09	02	05	01	09	01
Totais	50	08	21	04	35	05

Fonte: elaborado pelo autor.

Após as combinações entre os descritores, as teses, as dissertações e os artigos encontrados foram escolhidos levando-se em consideração a leitura dos títulos, seguida da leitura dos resumos. Posteriormente, foram selecionadas 7 dissertações e 5 teses para a leitura mais aprofundada. Ao todo, foram utilizados, aqui, 8 dissertações, 4 teses e 5 artigos, seleção que teve como base a análise do título, do resumo, da metodologia e dos resultados de estudos

que mais se aproximaram dos objetivos desta pesquisa. Assim, seguem, abaixo, os estudos selecionados a partir do levantamento das produções e da análise dos resultados:

Fulvio Cupolillo, em sua dissertação *Períodos de estiagem durante a estação chuvosa no estado de Minas Gerais: espacialização e aspectos dinâmicos relacionados*, defendida em 1997 na Universidade Federal de Viçosa, investigou as influências dos sistemas de escala sinótica na espacialização do fenômeno de veranico em 18 decêndios da estação chuvosa (outubro a março), para todo o Estado de Minas Gerais. Para tal, foi necessária a utilização de dados de precipitação do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica). Como objetivo central, obteve-se a espacialização da frequência média do veranico no Estado de Minas Gerais, aplicando um sistema de informações geográficas (SIG), levando-se em conta dados de 90 estações pluviométricas. No estudo de caso de janeiro de 1996, verificou-se a influência do Cavado Compensador Leste sobre o regime de chuvas em Minas Gerais. Os fenômenos de anomalias positivas e negativas (El Nino e La Nina) parecem contribuir para ocorrência de forte estiagem (veranico), podendo afetar todo o Estado. Através dos resultados obtidos, foram desenvolvidas análises do padrão de escoamento atmosférico entre 0°S e 40°S de latitude, aplicando-se o programa GRADS (*Grid Analysis and Display Systems*), associado ao período de maior frequência média. Por meio desses resultados, o agricultor pode planejar suas atividades agrícolas, evitando ser surpreendido por algum tipo de azar climático, como o veranico. Nesse sentido, a dissertação de Cupolillo (1997) é um dos primeiros estudos sobre o padrão de chuvas no estado de Minas Gerais, servindo de base para as demais pesquisas relacionadas ao plantio de uvas.

A dissertação *Desempenho da videira Syrah sobre diferentes porta-enxertos em ciclo de inverno no Sul de Minas Gerais*, de Frederico Alcantara Novelli Dias, defendida na Universidade Federal de Lavras-MG em 2011, teve como objetivo avaliar a influência de três porta-enxertos (1103 Paulsen, 110 Richter e o SO4) sobre as trocas gasosas, potencial hídrico da planta, produção e composição das uvas da Syrah em vinhedo comercial não irrigado, no sul de Minas Gerais. O estudo teve como resultados: o porta-enxerto 1103 Paulsen fornece melhor equilíbrio entre vigor e produção, o que aumenta a qualidade da uva; o efeito das condições meteorológicas nos diferentes anos sobre a composição físico-química das bagas é mais marcante do que o de porta-enxerto; a produção sofre maior influência do estado hídrico da planta do que do tipo de porta-enxerto utilizado.

Daynara Aparecida Rodrigues Gonçalves, em sua dissertação *Aspectos fisiológicos de videiras sob o manejo de dupla poda no sul de Minas Gerais*, de 2015, avaliou o comportamento fisiológico e fenológico de três variedades de videira *Vitis vinifera*: Syrah, Cabernet Sauvignon

e Sauvignon Blanc, sob dupla-poda cultivadas no município de Três Pontas, no sul de Minas Gerais. As plantas foram submetidas às avaliações de Fenologia, Crescimento, Área Foliar, Trocas Gasosas, NDVI, Clorofila e Açúcar Solúvel Total durante seu ciclo de produção. Foi observado que a variedade Sauvignon Blanc completou seu ciclo em 159 dias, enquanto as demais variedades necessitaram de aproximadamente 200 dias para completar seu ciclo. A autora concluiu que as variedades possuem comportamentos distintos, porém boa adaptação ao manejo de dupla poda.

A dissertação *Políticas públicas e turismo: enoturismo no Vale dos Vinhedos/RS*, defendida em 2021 por Hernanda Tonini, discutiu as diversas modalidades de turismo que visam a consolidar a atividade como produto, comercializando o lazer, a cultura, o passado e o presente direcionado para o que impulsiona o turista. Diante disso, o estudo analisou o papel desempenhado pelo governo e pelas políticas públicas que têm como objetivo traçar um rumo para uma tipologia turística em crescimento: o enoturismo, as viagens motivadas pelo interesse pelo vinho e a região produtora. A dissertação de Tonini (2021) guarda relação com esta pesquisa, razão pela qual foi amplamente utilizada em nossas discussões sobre o Enoturismo.

Em sua tese *Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870 a 1960 (RS/BRASIL)*, Vander Valduga (2011) analisou as relações entre a vitivinicultura e a turistificação do espaço do vinho nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi (RS). O autor se utiliza de uma série de fontes (e da análise de conteúdo para tratá-las) e termina por desenhar uma interessante análise do desenvolvimento do enoturismo no país.

Isabela Teixeira Bonatto, na dissertação *Análise histórico-comparada do desenvolvimento do mercado de vinho em três regiões produtoras no Brasil*, defendida em 2020, avaliou os fatores, no viés da dimensão mercadológica, que influenciaram no desenvolvimento da produção de vinhos finos de qualidade no Vale dos Vinhedos, no Vale do Rio São Francisco e na região da Serra da Mantiqueira, fazendo um comparativo entre elas. A pesquisa foi realizada a partir de análise histórico comparada entre as três regiões produtoras de vinhos no Brasil. Os procedimentos do estudo foram a pesquisa documental e bibliográfica, triangulados com entrevistas. A Análise comparada foi a técnica Qualitative Comparative Analysis (QCA), com adaptações para o estudo histórico-comparado de ‘casos,’ seguindo o prescrito por Ragin (1987) e replicado nos estudos de Brisola (2013). Os achados da pesquisa evidenciam que o suporte organizacional e institucional está presente e é importante para o fomento de regiões que desenvolveram a vitivinicultura. A valorização territorial, a partir das indicações geográficas e do enoturismo, é tendência mundial que se mostra efetiva na valorização do produto nacional. O componente marketing e divulgação também se mostrou

fundamental para o mercado vitivinícola, uma vez que as escolhas dos consumidores por diversas vezes são baseadas em valores hedônicos.

A vitivinicultura e o desenvolvimento do enoturismo de Bituruna, Paraná, pesquisa realizada por Leidh Jeane Sampietro (2016) no Mestrado em Turismo e Hospitalidade Instituição de Ensino: Universidade de Caxias do Sul, buscou aprofundar a relação entre vitivinicultura e o desenvolvimento do enoturismo no município de Bituruna, estado do Paraná. Sendo uma atividade essencialmente agrícola, a vitivinicultura engloba o cultivo e a produção das uvas para a produção de vinhos e derivados. O enoturismo, atividade turística associada ao vinho, vem se desenvolvendo no território brasileiro e ocasiona a necessidade de se disponibilizarem produtos e serviços ao turista. Em Bituruna, o cultivo da uva e a elaboração de vinhos tiveram início entre as décadas de 1930 e 1950, a turistificação do espaço vem ocorrendo lentamente. Os resultados indicaram que a vitivinicultura é uma atividade promissora, mas o enoturismo é incipiente pela falta de planos específicos que contribuam com o seu pleno desenvolvimento. O enoturismo em Bituruna oferece possibilidade de desenvolvimento socioeconômico e cultural, desde que mais bem trabalhado.

Flávia Baratieri Losso (2016) desenvolveu a tese de doutorado, intitulada *A vitivinicultura de altitude em Santa Catarina: desafios para o Desenvolvimento do enoturismo*, Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa analisou as relações entre a formação socioespacial, a produção e o consumo de vinhos finos de altitude em Santa Catarina como indutores do desenvolvimento do Enoturismo no estado mediante o entendimento de que esse tipo de turismo poderá intervir na economia do vinho, influenciando o consumo dessa bebida e agregando valor a ela. A vitivinicultura de altitude existente nessa região permite vislumbrar o desenvolvimento de uma rota enoturística integrada que já começa a se difundir entre os visitantes com reflexos positivos para o setor.

Maria Raíza Vicente da Silva realizou a dissertação de mestrado intitulada *A vitivinicultura e o enoturismo no vale do submédio São Francisco*, em 2018, na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Essa pesquisa objetivou analisar a contribuição da vitivinicultura para o desenvolvimento do enoturismo na região do Vale do Submédio São Francisco. Foram discutidas as externalidades positivas das aglomerações das firmas e os efeitos de encadeamento de indústrias mestres sobre indústrias satélites a partir das contribuições de autores como Marshall (1980) e Hirschman (1958), para compreender como uma atividade econômica numa região pode influenciar o surgimento de outras de diferentes setores. Entre os principais motivos que fazem a vitivinicultura do Vale Submédio São Francisco induzir atividades do enoturismo, estão as características atípicas da região, localizada em clima semiárido e única que possibilita

colher duas vezes ao ano; a peculiaridade do *terroir* impresso na bebida; e as diferenças na produção em relação às regiões tradicionalmente produtoras.

Renata Goncalves Rodrigues realizou a tese de doutoramento intitulada *Enoturismo, turismo enogastronômico e slow food: experiências na serra gaúcha – RS / Brasil*, em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa analisou as dinâmicas que envolvem a combinação de atividades realizadas no contexto rural como uma tarefa pertinente para a temática do agronegócio. A crescente valorização das culturas e dos sistemas de produção locais, dos produtos agroalimentares, das paisagens e do meio ambiente, bem como as dinâmicas das relações sociais e econômicas, impulsionou o surgimento de novas oportunidades para geração desenvolvimento econômico e social no meio rural. Nesse sentido, o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural, motivado pela diversificação e pela demanda das novas reações com esse ambiente, expõe as possibilidades de exploração de novas oportunidades de mercado. Como resultados da análise, a autora considera que, ao promover os produtos locais, valorizar o tradicional e as estruturas sociais e econômicas de uma determinada região, é possível atingir o desenvolvimento regional e agregar valor para os produtos, valorizar os produtores e aproximá-los do setor varejista e de serviços, bem como de consumidores finais.

Claudio Vinicius Silva Farias pesquisou *O papel das instituições na formação e transformação da vitivinicultura da Serra Gaúcha: possibilidades de interpretações do desenvolvimento rural pela nova economia institucional*, em 2016. Trata-se de uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse estudo realiza uma discussão sobre o papel das instituições na formação e desenvolvimento da vitivinicultura da Serra Gaúcha, tendo como base os pressupostos teóricos da Nova Economia Institucional. Partindo de uma análise de base histórica, a pesquisa se centra nas transformações recentes ocorridas na vitivinicultura da Serra Gaúcha, desde o final da década de 1980. O autor conclui que tanto as instituições formais quanto as informais cumprem importante papel na consolidação do desenvolvimento rural diferenciado na região, tendo, na produção familiar de uvas e vinhos, a raiz desse processo.

No artigo *Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista*, publicado em *Planejamento e Políticas Públicas*, de 1996, Amaral Filho apresenta, na visão espacial ou regional, que o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Por outro lado, o aspecto novo do processo está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios trabalhadores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo como organização social regional, que tem como característica marcante a ampliação da base de decisão autônoma por parte dos trabalhadores locais, trazendo um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno.

Thiago Andrades e Rosângela Ganami, no artigo *Revolução Verde e a apropriação capitalista*, de 2007, discutem, teoricamente, o processo de modernização da agricultura. Tal processo, conhecido como Revolução Verde, acarretou profundos impactos no espaço geográfico mundial e brasileiro. Nesse sentido, o trabalho contempla as origens dele, fazendo sua contextualização. Assim, se remete à lógica da Guerra Fria para entender a geopolítica e a relação desta com a agricultura. Revelar os seus reais objetivos, que são a reprodução ampliada do capital, a monopolização e a territorialização do capital, bem como a sujeição do campo à sua lógica, também faz parte da proposta do trabalho. Para finalizar, é realizada uma discussão acerca da modernização da agricultura no Brasil, atentando para a ação dos atores sociais – o Estado, o capital estrangeiro e os latifundiários –, que promoveram a sua implementação, além das análises dos impactos negativos de cunhos sociais, econômicos, territoriais e ambientais no país.

Eliza Locks e Hernanda Tonini explanam, no artigo *Enoturismo: o vinho como produto turístico*, na revista *Turismo em Análise*, de 2005, que o turismo possui diferentes faces objetivando satisfazer um número cada vez maior de pessoas. Uma dessas faces, de recente e notável crescimento, busca, no gosto pelo vinho e pela sua cultura, a força capaz de gerar o enoturismo. Neste trabalho, por meio de bibliografia existente, entrevistas e visitas técnicas, foi realizado um levantamento dos aspectos gerais das principais localidades enoturísticas no mundo, possibilitando aprofundar o significado e a importância da atividade turística associada ao vinho, que acompanha o homem desde a Antiguidade. O prazer proporcionado ao degustar um vinho vai muito além dos sentidos físicos; quando associado ao seu entorno, torna-se um momento lúdico, envolto em ideias e sentimentos. O enoturismo não é apenas mais uma ramificação da indústria turística, mas sim uma oportunidade de resgatar a história, seu valor e sua simbologia.

Loiva Maria Ribeiro de Mello, em seu artigo *Vitivinicultura Brasileira: Panorama de 2015*, traz a importância da vitivinicultura brasileira nas diversas regiões produtoras. A autora

destaca que tal manejo trouxe significativo desenvolvimento em tecnologia para as vinícolas, reproduzido em mais cinco estados do país: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, alterando o ciclo de vida das vinhas, as quais, em vez de serem colhidas no verão, passam a ser colhidas no inverno. Sendo assim, a autora ressalta que a vitivinicultura é uma atividade importante para a sustentabilidade da pequena propriedade no Brasil. Nos últimos anos, ela tem se tornado importante, também, na geração de emprego em grandes empreendimentos, que produzem uvas de mesa e uvas para processamento.

Noélio Spinola, no artigo *Mitos e controvérsias na teoria do desenvolvimento*, de 2013, faz algumas reflexões sobre a problemática do desenvolvimento e do crescimento econômico. O autor critica as diversas classificações aplicadas aos diferentes estágios do progresso das nações e defende uma posição já assumida por diferentes autores, como Paul Baran, Celso Furtado, Giovanni Arrighi, Herman Daly e muitos outros, que afirmam ser o crescimento econômico, limitado em médio prazo pela exaustão dos recursos produtivos, e o desenvolvimento econômico utopias notadamente para os países periféricos. Dessa forma, ele concluiu que a retomada da discussão acerca do desenvolvimento parece indispensável nos dias de hoje, seja em razão da situação de estagnação econômica e da deterioração das condições sociais de vastas regiões da periferia capitalista nesse contexto de globalização, seja em razão dos próprios limites ecológicos da sociedade de consumo. O grande desafio consiste em repensar o desenvolvimento levando em consideração esse conjunto de problemas.

A seguir apresentamos a revisão narrativa acerca do conceito de desenvolvimento, visto que a pesquisa sobre as potencialidades da viticultura associa-se à proposta de desenvolvimento regional e local.

Questões sobre o desenvolvimento pessoal e profissional sempre são levadas à tona, o que nos permite relacionar o quanto o desenvolvimento é discutido e observado e o quanto se almeja alcançá-lo. Entretanto, no que se refere ao desenvolvimento humano *stricto sensu*, ele está ligado à vivência e realização da vida comunitária, em seu trabalho direcionado, e à disposição do local onde esses sujeitos se inserem.

O ser humano vive o desenvolvimento em todas as suas fases, mas, em determinados momentos, é levado a refletir sobre ele, e esse processo ocorre tanto quando se pensa sobre si, quanto quando se pensa e tenta transformar a sua realidade, a sua casa ou contribuir no desenvolvimento da sociedade, material e imaterialmente. Em determinados momentos da nossa sociedade, é possível notar o esforço das comunidades na prospecção de melhores perspectivas para as sociedades e, assim, alcançar maiores níveis e oportunidades de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Após a II Grande Guerra (1938-1945), as condições de pobreza e miserabilidade mobilizaram estudiosos de diferentes áreas e perspectivas teóricas no sentido de propor soluções às sociedades ocidentais com vistas ao desenvolvimento econômico. Assim, essa área passou a ser reconhecida como uma disciplina teórica que se volta à explicação e transformação estrutural, buscando novas propostas e formulações que se figurem em estratégias propostas às nações (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Contudo, como já anunciado anteriormente, o conceito de desenvolvimento envolve-se em outras polêmicas, entre elas a relação entre desenvolvimento econômico e crescimento, reflexão realizada a seguir.

2.1 Desenvolvimento econômico e crescimento

Conforme alguns teóricos, desenvolvimento e crescimento são sinônimos: para Souza (1993, p. 30), por exemplo, o desenvolvimento econômico “depende do ritmo em que o crescimento econômico acontece”. Este deve ser contínuo e maior que o crescimento populacional de dada localidade, pois, além de apontar mudanças na estrutura social, deve evidenciar melhorias na qualidade de vida dessas pessoas.

Para Bresser-Pereira (2007, p. 78), o alcance do desenvolvimento econômico advém “de um processo de acumulação de capital e engloba um progresso técnico ao trabalho, assim, a produtividade aumenta e a renda também, isso possibilitaria aumentos e melhoria nos índices salariais”. Haveria, com isso, melhores padrões de vida e qualidade – bem-estar social como um todo.

Configura-se, portanto, um fenômeno histórico que é iniciado nos países que passam pela Revolução Capitalista. Assim, conforme a palavra de Bresser-Pereira (2007), pode-se perceber que tal processo não acontece de maneira desordenada e não é igual em todos os lugares. É preciso, antes, observar como um deslocamento propicia o acontecimento de outro, que, sucessivamente, colaboram para a transformação da sociedade e para a modificação da estrutura social como um todo.

Para Bresser-Pereira (2007), quando o desenvolvimento econômico é iniciado, ele passa a se autossustentar, pois o sistema capitalista compreende ações a fim de que os estoques sejam alimentados, para que os conhecimentos técnicos sejam ampliados. No entanto, isso não iguala o desenvolvimento entre as localidades, pelo contrário, podem acentuar a variação entre as nações que podem formular estratégias que tragam pontos e vantagens na competição global. Tal desenvolvimento fica quase impossível de conter e quem dirá regredir, pois a economia

capitalista passa a ser condição de sobrevivência dos países e corporações, é importante observar que, como coloca Bresser-Pereira (2007, p. 97),

Taxas que versam sobre o crescimento econômico são diferenciadas e dependem do contexto em que ocorrem, dito isso, podemos salientar que nenhuma localidade está segura. Há crescimento e diminuição dessas numerações nas grandes e pequenas potências, sendo que todos os resultados são possíveis e variáveis.

Essa possibilidade também deixa à margem do desenvolvimento os seres humanos de todas as classes, uma vez que estar ou pertencer a um local desenvolvido não é garantia de qualidade de vida e sobrevivência. Nesse sentido, o capitalismo é um sistema coordenado pelo mercado, pelos Estados e Nações que competem mundialmente, e, de acordo com Bresser-Pereira (2007, p. 100), o “desenvolvimento econômico exige modificações estruturais, culturais e institucionais na sociedade, assim, é impossível analisar este fenômeno partindo apenas de quesitos ligados à economia”.

Conforme o autor supracitado, o desenvolvimento está ligado a transformações na base estrutural desse sistema, no qual a tecnologia aparece como possibilidade de dinamismo, pois encontra-se em constante evolução. Ao mesmo tempo, as classes sociais e os grupos também sofrem grandes e significativas mudanças. A cultura também muda, fatores ideológicos transparecem os interesses desses grupos sociais que se encontram infindavelmente nesse jogo conflituoso e cooperativo. Nessa direção, vemos mudanças profundas nas instituições que se mostram adeptas às transformações em diferentes níveis; algumas vezes essas transformações são obstáculos, e, na grande maioria das vezes, as instituições apenas acompanham as mudanças estruturais que ocorrem no mundo.

Ao passo que o desenvolvimento ocorre, vemos, em outra ponta desse sistema, como se comportam os demais fatores que contribuiriam para que ele ocorresse, mas que acabam por dificultá-lo. Um exemplo seria a migração de famílias para as capitais ou para os locais em que há promessa de emprego e renda. Tais famílias se deslocam e, sem perspectiva de moradia, passam a utilizar os serviços públicos quando eles são disponibilizados nos municípios, mas, muitas vezes, há um colapso desses serviços em razão de sua baixa oferta.

O crescimento econômico, por sua vez, se refere ao aumento no produto total da economia e é definido como o aumento do PIB real *per capita*. Nesse sentido, vemos, na história, o aumento considerável desse valor no mundo ocidental, a partir do advento da Revolução Industrial.

Na atualidade, observa-se o uso recorrente dos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico. Os estudos acadêmicos (BRESSER-PEREIRA, 2007; ERBER, 2011; VIEIRA; SANTOS, 2012; JAGUARIBE, 1962) buscam contemplar tais termos, e algumas áreas do conhecimento, como a economia, a história e a geografia, também se ocupam da temática para trabalharem aspectos importantes para a sociedade e o seu desenvolvimento, bem como a sua história. Para a Economia, crescimento econômico configura-se enquanto crescimento da capacidade produtiva e da economia de uma área ou país. Ele é calculado com base nos números fornecidos pelo Produto Nacional Bruto (PNB) ou pelo Produto Interno Bruto (PIB), em que “fatores de crescimentos são indicados com a verificação e análise da força de trabalho existente, a receita nacional é verificada, levando em conta se esta é investida em melhorias tecnológicas” (ERBER, 2011, p.13). O desenvolvimento econômico, por sua vez, seria o crescimento econômico que engloba melhorias significativas nos padrões de vida e alterações importantes na estrutura da sociedade, uma vez que observa aspectos da distribuição de riquezas que são produzidas e da geração de empregos e renda.

Na análise sobre as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, é possível observar, nas colocações de Erber (2011), que o primeiro consiste em mais do mesmo e o segundo, por outro lado, implica em transformações a nível estrutural que se relacionam a um dispositivo cognitivo coletivo. Tal dispositivo é composto por conhecimentos que permitem hierarquizar problemas e soluções, bem como facilitar a coordenação entre os atores sociais. Assim, como já descrito, os atores sociais que são partícipes de todo o processo de desenvolvimento são observadores que, de certa forma, compreendem as necessidades *versus* o que de fato é realizado em prol de tal desenvolvimento e que também, de certa forma, verificam e constataam os acontecimentos/desenvolvimentos.

O desenvolvimento, então, configura-se como um processo social de nível global. A tipificação do desenvolvimento se divide em crescimento econômico, crescimento político, crescimento social ou crescimento cultural, e tal tipificação decorre da necessidade de classificação e identificação da ordem do crescimento, trazendo distinções coerentes que auxiliam na melhor compreensão do objeto, conforme Vieira e Santos (2012).

Vieira e Santos (2012, p. 348) discorrem sobre o tema e expõem que “conceitualmente, o desenvolvimento se configura enquanto ideais que são partilhados durante a construção da história e o passar do tempo nas localidades, sendo de ordem social e histórica, não devendo ser confundido ou aproximado de progresso de tais locais”. Essa relação é abordada também por Jaguaribe (1962), segundo o qual o desenvolvimento, conceitualmente, é ligado ao processo histórico.

O desenvolvimento, desse modo, se distanciaria da ideia de progresso, uma vez que este está umbilicalmente ligado a fatores sociais, históricos e culturais, abrangendo a historicidade daquela localidade e dos sujeitos que participam de todos os processos aos quais são submetidos o povo, a comunidade e o local onde estão instalados. Desta forma, aspectos como modificação no padrão de vida e mudanças de ordem econômica devem ser percebidos sem subjetividade e dificultam a quantificação desses pontos cruciais.

Aspectos dessa natureza não podem ser quantificados, uma vez que variam e se acentuam, dependendo da comunidade em que ocorrem. Para os economistas neoclássicos, os aspectos quantitativos são priorizados em relação aos não quantitativos, quando tratam da relação entre modelos de crescimento e desenvolvimento econômico adotado nas políticas de desenvolvimento (SOUZA, 1993). Cabe ressaltar que a observação dos aspectos quantitativos aponta para resultados importantes que são capazes de apresentar numericamente o que tem acontecido ao longo dos anos com relação ao desenvolvimento e ao crescimento das localidades e populações.

2.2 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Brasil

Após a Segunda Guerra Mundial, a reflexão sobre o desenvolvimento ganha impulso a partir de debates que se desenvolveram sobre a possibilidade de reconstrução da economia, da política e dos aspectos institucionais europeus. Neste cenário, nasce a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 1948) e inicia-se um período de estudos e investigações, além de amadurecimento teórico no que se referem aos problemas estruturais dos denominados subcontinentes (BRESSER-PEREIRA, 2011). Conforme Bresser-Pereira (2011, p. 122-123), “nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, as economias latino-americanas passavam por transformações importantes provocadas pela industrialização e urbanização crescentes, potencializados por uma taxa de crescimento de 5,8% entre 1945 e 1954”. A criação da CEPAL visou a atender os anseios de melhorias na comunicação e colaboração econômica entre os países membros e configura-se como uma tentativa de diálogo mais abertos sobre questões econômicas importantes (FONSECA, 2004).

No debate acerca do desenvolvimento, emergiu a ideologia nacional-desenvolvimentista, que possui uma história significativa do pensamento econômico no Brasil. Conforme Pedro Fonseca (2004, p. 66), “tal corrente ideológica nasceu de uma fusão entre diferentes linhas teóricas, dentre elas o nacionalismo, o protecionismo industrial, o papelismo e o positivismo”.

Segundo Gonçalves (2012, p. 1), “na América Latina, o nacional-desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países, principalmente no período 1930-80”. Essa ideologia pode ser caracterizada conforme o autor como “o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo” (GONÇALVES, 2012, p. 1).

Ainda segundo Gonçalves (2012, p. 1):

No plano estratégico o ND tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Este último aspecto está assentado nos seguintes pilares: (i) alteração do padrão de comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de commodities, mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); (ii) encurtamento do hiato tecnológico (fortalecimento do sistema nacional de inovações), e; (iii) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro (ou seja, ausência de tratamento nacional via, por exemplo, discriminação nas compras governamentais, restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais).

Dessa forma, o autor salienta que, em termos estratégicos, “o ND envolve mudanças nas estruturas de produção, comércio exterior e propriedade” (GONÇALVES, 2012, p.1).

Os estudos que se debruçam sobre o nacional-desenvolvimentismo sempre encontram estigmas relacionados ao passado da sociedade brasileira, e o desenvolvimentismo buscaria estudar aspectos relacionados às tensões que gerariam, após reflexão, soluções e perspectivas norteadoras para a solução de tais problemas que muitas vezes se mostram como intermináveis. Esses estudos possibilitaram acessar, ao longo do tempo, diferentes percepções e fatos ocorridos que levam em conta o desenvolvimento do país e os processos pelos quais passou para alcançar determinados patamares, como o desenvolvimento da indústria, a inserção do Brasil em grupos mundiais, além de um relacionamento internacional para discussão sobre o desenvolvimento. O Brasil consegue internamente abordar tais questões.

Celso Furtado, economista brasileiro, foi um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX, amplamente reconhecido pelos estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento do Brasil. Suas reflexões se desdobravam relacionadas ao pensamento da época em que vivia, marcadas pelo movimento de países importantes da América Latina, como Brasil e Chile. Inserido neste contexto histórico, Furtado buscou compreender, de forma

sistemática, as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e das causas do atraso estrutural acumulado (TEIXEIRA JÚNIOR, 2012).

É possível perceber que importantes estudos ligam o Brasil e outros países da América Latina à classificação de países “atrasados” em relação ao desenvolvimento, como os estudos de Gonçalves (2012), Teixeira Júnior (2012), entre outros autores. Essas pesquisas acreditam que determinados países tiveram maior possibilidade de desenvolvimento por diferentes questões e que o que existe em nosso país, assim como em outros da América Latina, seria um atraso, levando então os países a um comparativo quando o assunto é desenvolvimento entre as nações. Ao refletir sobre as teorias já estudadas, observa-se que o desenvolvimento acelerado de determinada nação pode marginalizar ainda mais outras nações, aumentando a diferença e acentuando as desigualdades, conforme defende a CEPAL, citado por Pereira (2011).

A linha de raciocínio furtadiana salienta que desenvolvimento e subdesenvolvimento são modelos estruturais de sociedades, em que prevalece um, ou outro, mesmo havendo situações históricas diferentes, que partem de um ponto comum, conforme analisam Veriano e Mourão (2012). Conforme explicam Veriano e Mourão (2012), o Estado, neste cenário, é percebido enquanto agente político fundamental, uma vez que participa ativamente das mudanças, reformas e propostas econômicas e institucionais do país. O Estado e os políticos, assim, são ligados diretamente ao crescimento e ao desenvolvimento das localidades que representam e governam.

Segundo Teixeira Júnior (2012, p. 56), os autores à época assinalam como o Estado está à frente do direcionamento e da condução do desenvolvimento das localidades que se estende, colocando que “os impactos dessa condução são observados em casos de desenvolvimento mais vagarosos ou retardados e como exemplo podemos citar a Alemanha e o Japão e os processos de reconstituição da economia, da política e das instituições da Europa após a Segunda Guerra Mundial”.

Historicamente, é o Estado quem assume a direção da economia e, ao se apresentar na perspectiva socialista, aparentemente de forma mais branda, com participação dos partidos social-democráticos, segundo Teixeira Júnior (2012). Nesse sentido, o planejamento econômico que deve ser conduzido pelo Estado ganha papel central, uma vez que este se apresentaria como meio de coordenar, ao longo dos anos, as mudanças que viessem a ocorrer, bem como as reformas de todas as ordens, conforme o autor.

Prado Junior (1966, p. 38-39) busca diferenciar os termos delineando que

[...] entre as economias classificadas como desenvolvidas e as economias classificadas como subdesenvolvidas não existe apenas uma diferença de estágios alcançados ou etapas a vencer no sistema produtivo, mas essa diferença se dá na estrutura econômica de ordem internacional, de produção e distribuição de riquezas e tecnologia.

Dessa forma, uma nova margem de interpretação é posta para o desenvolvimento da época e articula variáveis econômicas às políticas, ou seja, as estruturas de dominação de classes, os conflitos de interesses e as instituições sociopolíticas (IVO, 2008). Seria plausível, então, retomar o ponto crucial na questão do desenvolvimento: este não ocorre de maneira uniforme ou “igual”, pelo contrário, acontece de maneira desregular, e o desenvolvimento de uma localidade pode, ainda, acentuar as crises e os problemas de outros países ou localidades.

Furtado (1992, p. 8) destaca que “o ponto central do subdesenvolvimento é que não existe um equilíbrio entre o ganho, o desejo de consumo e o consumo em si, o crescimento das instituições e o avanço social”. Dentro deste quadro de desequilíbrio, a modernização se posiciona enquanto fator responsável pelas discrepâncias nas sociedades mais e menos abastadas, principalmente no Brasil. Em relação a essa questão, Ivo (2012, p. 1) complementa destacando que

A teoria que define o subdesenvolvimento destaca que a manutenção das elites brasileiras, seus padrões de consumo, observa que os brasileiros tendem a querer reproduzir padrões de consumo de países centrais e grandes potências desenvolvidas, para que seja reforçada essa visualização privilegiada da sociedade em que se vive. A reprodução desses padrões reforça a desigualdade no sistema nacional, desigualdade perversa e necessária para que o *status quo* seja mantido.

A tentativa das classes mais abastadas de manterem seus padrões de vida similares aos padrões de vida dos países mais desenvolvidos acentua ainda mais a questão do subdesenvolvimento no Brasil. Podemos, então, perceber que, ao longo de nossa história, o enriquecimento de uma pequena parcela também figura no subdesenvolvimento de outra parcela, que fica ainda mais distante de alcançar melhorias na qualidade de vida, antes, sim, encontram dificuldades ainda maiores em avançar no status social (IVO, 2008).

O subdesenvolvimento, porém, não é visto por enquanto como uma necessidade histórica (FURTADO, 2000). O Estado, como instrumento regulador e coordenador da vida social, é habilitado para servir e deve solucionar problemas provindos da ordem estrutural; além disso, o “principal obstáculo para que o subdesenvolvimento seja superado é de ordem política, devido à distribuição desigual do poder e renda e o interesse de alguns grupos que se sobrepõem e mantém o estado de subdesenvolvimento”. (FURTADO, 2000, p. 5)

Do ponto de vista dos governos e governantes, pergunta-se se estes estão direcionando de forma errada o desenvolvimento dos locais e das populações, uma vez que é possível perceber a discrepância existente entre as classes sociais no Brasil e nos países classificados como subdesenvolvidos. Furtado (2000) esclarece que o desenvolvimento não é uma necessidade histórica, mas seria este um legado histórico ou apenas um “acidente” no percurso do desenvolvimento de tais países? Questionamo-nos uma vez que podemos nos situar entre as camadas menos abastadas, e muitas vezes não vemos possibilidade de crescimento ou melhoria da situação, quem sabe, apenas, visualizamos a possibilidade de uma vida digna que permita apenas a manutenção do básico necessário a nós e aos nossos conterrâneos.

Dito isso, é importante salientar que, em relação à região do sul de Minas Gerais, vemos as prefeituras e secretarias municipais atuarem no atendimento às famílias com suas necessidades básicas. Não vemos a formação de favelas e comunidades fora da área urbana permitida e nem mesmo reivindicação de terras para alocação de famílias vindas de outras localidades em busca de melhores condições de vida. Assim, é possível perceber que os grandes centros possuem mais procura de empregos, também de alocação de famílias que migram em busca de situações melhores de sobrevivência.

2.2.1. Desenvolvimento social

Na atualidade, o conceito de desenvolvimento é amplamente discutido, tendo como relação a teoria e prática inerentes – que permitem refletir sobre a ordem e o fazer social e que possibilitam vislumbrar seus rumos e sua relação com a sociedade – com o meio, com as relações econômicas, com a humanidade e com questões de sustentabilidade planetária (FAVARETO, 2007). A pobreza e o subdesenvolvimento são temas discutidos até mesmo entre as grandes potências mundiais.

Bandeira (1999) afirma que não é possível projetar o futuro sem considerar a historicidade e as digressões ocorridas. As pesquisas e correntes históricas apontam que o conceito de desenvolvimento é formulado a partir dos conceitos e das contribuições de diversas ciências que se vinculam a teorias fronteiriças e ao planejamento, bem como da meritocracia presente nas competições econômicas. Partindo desse ponto, a literatura traz a proposta de que sejam considerados nos critérios de medição do crescimento que observam as questões das dinâmicas sociais e do meio ambiente. A literatura aponta que, hoje em dia, não abordamos o tema do desenvolvimento como este era trazido no século XX, no qual o Estado era concebido como o agente principal do processo.

Então, seriam formuladas estruturas de “desenvolvimentos”, palavra no plural que consideraria a amplitude do termo, não observando somente questões econômicas. Esse processo, por sua vez, não exclui nem desloca fazeres políticos e econômicos, organizações societárias e estruturas de mercado, mas sim possibilita a concepção de desenvolvimento que considera que a “ideia de desenvolvimento” está atrelada ao “(...) movimento histórico da humanidade e seu sentido” (FAVARETO, 2007, p. 56).

Nessa direção, autores como Favareto (2007) e Bandeira (1999) consideram que os atores sociais e os fatores ambientais devem se destacar nos processos de desenvolvimento, ou seja, deve ser considerada a formação sociocultural que antecede a das sociedades e do próprio indivíduo, e a compreensão do indivíduo deve considerar, em suas minúcias, o território que ele habita. O desenvolvimento da localidade advém desses fatores de cunho político unidos aos fatores culturais e sociais.

O que percebemos é a consideração do desenvolvimento somente com relação aos contornos de modelos econômicos, que competem entre si nas esferas sociais e industriais. Mas, se isso acontecesse e refletisse números positivos de diminuição das desigualdades e exclusões, bem como o desemprego, não seria um problema. Entretanto, é o próprio desenvolvimento que ocasiona os fatores anteriormente citados, ou seja, as desigualdades, exclusões e desemprego aumentam exponencialmente a cada ano, enquanto algumas nações se desenvolvem e buscam a todo custo diminuir os fatores regressivos que impedem o crescimento e o desenvolvimento daquele lugar.

A consideração da economia é importante para apontar dados e informações sobre o comportamento dos indivíduos e das comunidades, pois esses dados são cruciais para que se entendam os componentes desse sistema e todas as dimensões territoriais ocupadas. A dificuldade, porém, é fazer vigorar conceitos mais amplos que influenciam a verificação dos dados de avanço populacional. As teorias anseiam por estudos que considerem o social e apontem como esses processos afetam ou auxiliam esses atores. Esses estudos consideram as dimensões políticas, sociais e culturais, pois influenciariam diretamente na vida humana e nas comunidades e sua forma de organização.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, seria um grande indicador a ser considerado, entretanto deve ser ampliado. Quando consideramos as dimensões nacionais e internacionais devemos somar a ela os estudos que evidenciam resultados como a violência, as questões de saneamento como água potável, rede de esgoto e condições de habitação.

Se apenas um ou outro fator for considerado, apontar-se-ão fatores suplementares e de apoio que compõem a realidade e expliquem sua ocorrência. Quando esses resultados são

levantados, indicam a realidade que não pode ser mensurada obviamente, mas que precisam constar como existentes na realidade, documentadas e respeitadas.

É sob as asas do crescimento econômico e de mercado que repousa a teoria do desenvolvimento de Amartya Sen (1999), o qual destaca que a melhor relação é aquela que vincula desenvolvimento à liberdade, especialmente quando há privação de liberdade econômica. Se relacionarmos o desenvolvimento aos direitos humanos, amplia-se a discussão, pois emergem questões como democracia, maior conhecimento e reafirmação dos próprios direitos humanos, bem como a consideração de que os direitos devem sempre ser um objetivo para que o desenvolvimento humano ocorra, conforme explicita Amartya Sen (1999).

Ao considerar a participação humana nos processos de desenvolvimento, conforme propõe Sen (1999), percebemos como são importantes papéis instrumentais, que se caracterizam nas ações individuais que acontecem entre as minorias e que são marginalizados. As dimensões que devem ser consideradas no processo de desenvolvimento o levam ao seu fim; se não forem considerados os fatores sociais e políticos que formam a sociedade, se os humanos e o planeta e a proteção à vida não forem resultados e causas de transformações econômicas, o desenvolvimento não se fará.

Destarte, o desenvolvimento deve complementar as escolhas humanas e a riqueza da vida e do planeta, e não somente riquezas econômicas, ainda conforme propõe Sen (1999). O desenvolvimento que considera o desenvolvimento da humanidade é mais abrangente e socialmente correto. A longo prazo, é preciso que as sociedades se organizem, considerando os colaboradores do crescimento, a saber, os funcionários, a mão de obra e os trabalhadores em geral, como pessoas cujo bem-estar deve ser sempre melhorado, e o sistema econômico lhes deve possibilitar isso por meio de remunerações adequadas. Nesse sentido, se o crescimento econômico se preocupa apenas com questões monetárias, e não com a vida humana, ele contribuirá para as desigualdades, e não para a sua diminuição.

Dessa forma, a visão que contempla o desenvolvimento humano pode ser definida como “uma possibilidade de ampliação das liberdades pessoais, levando em conta as suas competências e as oportunidades que estariam ao seu alcance, a fim de permitir aos sujeitos escolherem as vidas que desejam ter” (PNUD, 2015, p. 1). Esse processo de ampliação da abordagem dos direitos humanos é muito importante ao processo de desenvolvimento, mas muitas vezes as instituições que medem atuações financeiras internacionais percebem os direitos humanos de maneira instrumental. Eles devem ser vistos como algo que deva ser “legitimamente reivindicado pelos indivíduos como detentores de direitos diante dos

correspondentes detentores de deveres, como o Estado e a comunidade internacional” (UNITED NATIONS, 2003, p. 1).

Para concluir essas colocações, consideramos que colocar os indivíduos no centro da análise de desenvolvimento, por meio da sua segurança e bem-estar, redefiniria o desenvolvimento e modificaria a relação entre Estado e sociedade, vendo-os como um meio e um fim do processo de crescimento. Enxergar as pessoas no processo de desenvolvimento pode ser fundamental para o planeta, para a boa convivência entre as nações e para a colaboração com um mundo melhor e com o desenvolvimento geral.

2.2.2 Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo

Fonseca (2004, p. 226), ao apresentar suas colocações e as políticas de cunho econômico que constituem a história do Brasil e seus governos classificados como modelos desenvolvimentistas, chegou à conclusão de que alguns elementos constituem um “núcleo duro” que se manifesta, de forma igualitária, em alguns momentos, que são “a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo, delimitando o papel do capital estrangeiro e sempre o subordinando a um projeto nacional”.

Fiori (2011a), por sua vez, relata o encontro entre pontos de contato, que trataria de algo estratégico entre as diferentes matrizes. Suas teorias evidenciavam que crescimento econômico se configurava como algo consensual que deveria unir as nações, propostas de construção econômica e sociedades mais democráticas foram sugeridas. A industrialização era percebida como caminho para a autonomia e modernidade, inclusive no socialismo, e era proposto que o Estado estivesse sempre à frente dessas transformações.

O período desenvolvimentista é destacado por Fiori (2011) como amplamente marcado por dois elementos: a pontualidade das políticas públicas de segmento desenvolvimentista que operava de maneira irregular e desordenadamente e o advento de, no Brasil, as matrizes teóricas não serem as mesmas de outros países, mas sim a “Teoria da Segurança Nacional”, que foi desenvolvida por militares brasileiros que participaram da construção entre 1937 e 1985, do Estado Desenvolvimentista do país. Esse movimento se originou no Tenentismo, que era vigente nos anos 1930 e teve seu ápice no período da Ditadura Militar, iniciada em 1964.

Ainda segundo Fiori (2011a, p. 80), “o neodesenvolvimentismo propõe que se deve estimular e fortalecer, mas não se levanta a bandeira de um nome para isso, não se evidencia quem está no comando ou no poder e interesses que tornam as classes contraditórias muitas vezes”. Nesse sentido, a imprecisão política que imperava no período já seria intrínseca ao

neodesenvolvimentismo e à “sua tentativa de se constituir numa terceira via entre a ortodoxia e o populismo”, segundo Teixeira Junior (2012, p. 48). O autor ainda discorre afirmando que “ele aponta em certos momentos para o fortalecimento do Estado e em outros para o fortalecimento do mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os campeões nacionais; o público e o privado; política industrial e abertura; política fiscal e monetária ativa e austera” (TEIXEIRA JUNIOR, 2012, p. 48). Marca-se, assim, uma pluralidade de propostas macroeconômicas bastante ecléticas (FIORI, 2011b). Partindo de uma análise comparativa, Fiori (2011b) afirma que o neodesenvolvimentismo repete os mesmos erros teóricos do passado, ao propor medidas ainda mais imprecisas do que foi a ideologia nacional desenvolvimentista dos anos 1950. Dessa forma, é possível compreender, a partir de Ridenti (2009; 2010) e Fiori (2011b), que o retorno ao desenvolvimentismo significou um retorno ao debate sobre o lugar do Estado na economia capitalista fortemente marcado pela imprecisão dos interesses políticos de classe e por um perfil de políticas macroeconômicas bastante oscilantes.

A corrente neodesenvolvimentista teve seu início marcado nos anos 90 do século XX. Boito Jr (2012) destaca o neodesenvolvimentismo como o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal, que se manifesta de forma histórico-concreta a partir de uma frente política “policlassista cujo principal veículo institucional é o Partido dos Trabalhadores (PT) – e que possui como seu principal rival no processo político nacional o que o autor classifica de campo neoliberal ortodoxo” (BOITO, 2012, p. 4-6).

Castelo (2012, p. 629), por sua vez, conclui que o novo desenvolvimentismo é marcado por “um reforço que aponta a decadência da ideologia burguesa”. O primeiro movimento ignorou as críticas da teoria marxista e da teoria da dependência realizada nos anos 1960-70 ao nacional desenvolvimentismo. O segundo movimento esvazia – teórica e politicamente – as contribuições clássicas da teoria do valor-trabalho, a vulnerabilidade externa, o subdesenvolvimento, a dependência e a revolução brasileira, “destruindo em pouco mais de cinco anos o que os clássicos do nacional desenvolvimentismo construíram ao longo dos últimos cinquenta anos” (CASTELO, 2012, p. 633- 634).

No processo de desenvolvimento econômico no Brasil, é possível perceber diferentes fases no crescimento e na polarização industrial, na concentração dos setores e do espaço da indústria. Assim, segundo Souza (2005, p. 16), “ao permitir que o mercado possa agir, seria possível construir polos de crescimento e efeitos propulsores surgiriam dessas ações”.

O autor ainda aponta que, quando mobilizamos a noção de polo e a noção de região, ambos polarizados, estamos falando também de urbanização e industrialização,

consecutivamente. Uma região polarizada conta com distintos centros urbanos e industriais que se relacionam com o polo central em intenso dinamismo e “podem ser observadas as noções de hierarquia, funcionalismo e heterogeneidade deste polo e da região em que se polariza” (SOUZA, 2005, p. 91). Ainda segundo o autor, dependentes, esses polos mantêm entre si uma relação produtiva que aponta para o desenvolvimento de todos os envolvidos, aproveitando e estreitando as relações industriais e fomentando um desenvolvimento que pode ser iniciado por eles, na tentativa de aprimorar processos, melhorar produtos e estender a vida das empresas e do bem-estar comercial.

Desse modo, é notada a hierarquia existente na organização dos diferentes setores e atividades e existe também uma hierarquia a ser percebida na ramificação das cidades, “sendo uma hierarquia percebida com relação à área geográfica e outra hierarquia de ordem técnica, que, mesmo distintas, são fundamentais na composição deste sistema” (BOUDEVILLE, 1972, p. 32).

No início, os processos que envolvem as indústrias e as zonas de urbanização das regiões apresentam sistemas mais duais e, quando evoluem, aos poucos se formam regiões menos segregadas e mais homogêneas. Richardson (1980, p. 77), em sua concepção da dinâmica da polarização, indica que tal modelo apresenta-se descrevendo quatro estágios de evolução: no primeiro estágio, a localização é dispersa, a nível pré-industrial, e a população se concentra no interior da região; no segundo, o crescimento ainda continua instalado no centro principal da região, e a periferia que o integra fica reservada à produção e ao segmento agrícola; no terceiro, já é possível notar uma dispersão, e é percebido o crescimento de alguns centros secundários ainda no interior da região – polo; no quarto, os espaços interdependentes se integram, e outras regiões são englobadas, ao passo que se encontrem no mesmo estágio de desenvolvimento, como ocorreu com os países europeus. Por fim, segundo o autor, ocorre uma descentralização do crescimento econômico e diferentes centros se desenvolvem, assim, ocorre também a diminuição dos níveis de desigualdade das regiões.

Os polos que são considerados como de crescimento e que se encontram em zona urbana são intrinsecamente ligados à economia gerada pela aglomeração populacional nos centros urbanos e industriais. Isso porque as atividades ocorrem em interdependência, são ligadas também às indústrias motrizes e às indústrias conhecidas enquanto satélites, que se tornam intencionalmente compradoras e fornecedoras de insumos entre si. Todos esses fatores também derivam e dependem da economia e da infraestrutura dos centros urbanos, consecutivamente, relacionam-se aos colaboradores, mão de obra disponível na localidade, questões logísticas e

concentração dos consumidores de produtos. E a apresentação desses polos se dão com relação à geografia com divisão local, regional, nacional e internacional.

A teoria do crescimento polarizado traça diferentes eixos de desenvolvimento, relacionados às vias de transporte e centros de crescimento, acrescidos da infraestrutura para a indústria e a prestação de serviços oferecida. Segundo Souza (2005, p. 98), um polo de crescimento só pode ser assim considerado tendo relação à região na qual se encontra. Assim, ele pode causar efeitos nocivos ao desenvolvimento de outras regiões que pode acontecer entre trocas e drenagem de capital financeiro, interesse na mão de obra especializada e atividades produtivas daquele local. Assim, a drenagem pode acontecer de diversas formas, em valores ou até mesmo na influência da atividade profissional, com atração de colaboradores ou outras manobras que podem aumentar as diferenças regionais no país.

A região central na qual o polo se encontra pode gerar efeitos tanto propulsores quanto regressivos sobre as demais regiões (MYRDAL, 1968). No que diz respeito aos efeitos propulsores, é possível definir que eles encadeiam fatores entre produção e geração de emprego com relação às atividades das áreas adjacentes, em que as indústrias motrizes do polo urbano-industrial central “são capazes de realizar constantes avanços tecnológicos e assim podem expandir suas produções, aumentando o poder de compra de demais regiões e ofertando, em maior número, a sua linha de produtos ampliada e com preços cada vez mais competitivos” (MYRDAL, 1968).

Quanto aos efeitos regressivos, estratégias podem ocorrer quando novas técnicas são adotadas e a partir da produção de novos bens e serviços. Aumentada a demanda das indústrias motrizes, outros fatores também são percebidos, há elevação de preços, e isso provoca destruição no potencial e na oferta criadora nas regiões de periferia desse sistema (CARLEIAL; CRUZ, 2012, p. 13).

Diante disso, podemos constatar que essa relação entre os polos deve propiciar os efeitos propulsores e não os regressivos, uma vez que a propulsão mercadológica é de interesse comum. Quando isso ocorre, um processo de melhoria no acúmulo financeiro e no desenvolvimento da localidade pode ser percebido, e a manutenção desse desenvolvimento também depende dos agentes partícipes e de seus relacionamentos e saúde organizacional (CARLEIAL; CRUZ, 2012, p. 13).

Dito isso, é importante salientar que a divisão do trabalho vigente na atualidade é resultado da historicidade carregada desde o século XX, das dificuldades que o país enfrentou, como o crescimento desordenado, o analfabetismo e a baixa renda, bem como a incapacidade de gestão que o país teve, mesmo quando levamos em conta todas as riquezas minerais aqui

produzidas, e nesse ponto, podemos citar a região Norte. Assim, cabe esclarecer que o arcabouço regional brasileiro é composto por cinco macrorregiões, 27 estados, 5570 municípios, que, por sua vez, podem ser reorganizados em microrregiões e em mesorregiões (CARLEIAL; CRUZ, 2012).

A participação de Minas no PIB brasileiro, estimada em 11% em 1980, caiu nas décadas subsequentes, oscilando ao longo dos anos, especialmente com a queda do preço das *commodities*, chegando em 2015 com participação de 8,7% do total nacional. Há, no entanto, grande potencial para expansão e diversificação produtiva, as quais precisariam de um esforço sistemático, especialmente para o aproveitamento da base acadêmico-universitária e de pesquisa do estado e da experiência histórica de planejamento e políticas públicas, conforme aponta Diniz (2018).

Como já comentado, é importante salientar que, inicialmente, a polarização permite uma concentração maior em determinadas localidades em proximidade espacial com as indústrias, posteriormente, existe o movimento de reversão e as regiões periféricas aumentam, reduzindo, dessa maneira, as desigualdades resultantes do crescimento regional, a esse fenômeno dá-se o nome de despolarização. Segundo Carleial e Cruz (2012, p. 101), as políticas adotadas a respeito do crescimento devem ser menos polarizadas, podem e devem ajudar e favorecer a descentralização das empresas para locais periféricos, e isso ocasiona a aceleração do sistema natural de mercado, e os efeitos propulsores seriam mais bem distribuídos a partir desses polos. Nessa vertente, é necessário que se aumentem a integração e o relacionamento entre espaços até então desconectados, o que acelera um processo de aproximação que levaria, teoricamente, muito tempo para efetivar-se sozinho.

A teoria da polarização, portanto, não defende a concentração das indústrias, recursos e políticas apenas para os centros, mas sim defende o incentivo às zonas onde se concentram os polos secundários, considerando a possibilidade de crescimento das localidades, e possibilitar uma ligação em rede das zonas urbanas e rurais a essa integração entre os diferentes locais muito tem a acrescentar aos relacionamentos industriais e muito contribui para seu desenvolvimento.

O crescimento menos polarizado atravessa o desenvolvimento das cidades e localidades rurais, amplia uma gama de serviços, como transporte, saúde e comunicação, o que favorece o contato entre empresas, serviços e sua sobrevivência naquela localidade que se relaciona estreitamente com os centros maiores. Ao encontro dessa perspectiva, é permitido destacar que o sucesso dessa ação não será alcançado “se o sistema institucional não estimula a interação

entre os atores e o aprendizado coletivo através da cooperação e dos acordos entre empresas e organizações” (BARQUERO, 2002, p. 31).

Segundo o mesmo autor, a teoria do crescimento endógeno se assemelha à teoria dos polos e afirma que a região tem dentro de si as fontes de seu próprio crescimento. É o meio que cria as condições para a atração de capitais de outras áreas, e isso se torna ainda mais importante em “tempos de globalização”, como analisa Barquero (2002). Assim, é possível ir ao encontro da perspectiva que a ação cooperativa entre as localidades auxilia na formação do capital e gera movimentação na economia local. Esse fato, observado por outras empresas, atrai novos grupos para a localidade, e as organizações são estimuladas a inserirem-se no mercado e aprenderem estratégias para se manterem firmes na era da globalização.

Ainda segundo Barquero (2002), política de economia local está ligada a uma concepção de baixo para cima na política de desenvolvimento, e os sujeitos envolvidos nesse processo, atores locais, são centrais na formulação, na fase de execução e no controle da política econômica. Esses sujeitos se organizam em grandes e pequenas redes, as quais são como um instrumento para o conhecimento do sistema de produção também das instituições existentes. A partir dessa análise, iniciativas são formuladas, necessidades detectadas, e pode-se executar as estratégias para desenvolvimento das localidades.

Algo que desperta o nosso interesse é a maneira como essas relações ocorrem e se o relacionamento entre as indústrias e as localidades onde estão instaladas se desenvolvem mutuamente.

No que tange às questões relativas à plantação de uvas e à produção de vinhos com as localidades onde as vinícolas se instalaram, fazemos uma relação, histórica e socialmente, entre a comunidade, a população que trabalha nessas localidades e a indústria e questionamo-nos: essas localidades obtiveram mudanças após a chegada e melhoria da economia para a indústria do vinho? Houve desenvolvimento local significativo após a instalação dessas empresas? Ao longo do presente trabalho, discorrer-se-á, de forma mais aprofundada, sobre a questão nos resultados obtidos após levantamento de importantes dados.

Quando passamos a observar essa organização do trabalho e o que decorre dessa relação, observamos que o desenvolvimento das regiões se entrelaça com o desenvolvimento e a história de determinadas empresas. Assim, constroem-se histórias da comunidade e consolidam-se grandes histórias de empresas familiares ou de imigrantes que aqui se instalaram.

2.2.3 Desenvolvimento Regional

Segundo Spinola (2013), é possível considerar as décadas de 1930 e 1940 como marcos no século XX no que diz respeito ao desenvolvimento. Isso se dá, pois a Teoria do Desenvolvimento agora se encontraria sob a égide da Macroeconomia Keynesiana⁵, que defende a intervenção do Estado na economia, a qual vivenciava problemas que vieram se acumulando, somadas às demandas efetivas. Aqui é possível compreender que, por muito tempo, o assunto “desenvolvimento” não foi entendido como advento imprescindível enquanto a sociedade evolui. Essa evolução advém, muitas vezes, das demandas da sociedade que anseia por melhorias no local onde vive e necessita de aparatos para que o viver comunitário se faça.

Assim, Spinola (2013, p. 1) descreve que esse era “um novo paradigma que substituiu o liberalismo de *Adam Smith*, *David Ricardo*, *Stuart Mill*, *Jean Baptiste Say* e outros economistas clássicos que já tratavam da questão nos séculos XVII, XVIII e XIX, porém sob a égide da ‘mão invisível’”, que, por anos, impediu e dispensou a intervenção estatal nas questões econômicas. Conforme o autor, a intervenção do Estado vem atender os anseios populacionais no que diz respeito à proteção de seus direitos básicos, das necessidades de moradia e planejamento urbano, bem como dos meios de subsistências desses centros.

A crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920, onde os países latino-americanos estabeleciam políticas defensivas para enfrentamento. Essas políticas desencadearam um processo natural de industrialização e maior intervenção do Estado na economia.

No caso do Brasil, influenciado e filiado à matriz norte-americana, o debate acerca do desenvolvimento contou com pensadores e estudiosos que, inspirados pelas suas políticas de combate ao subdesenvolvimento, contribuíram diretamente para a formação de diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e para a instauração do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

⁵ John Maynard Keynes (1883-1946) publicou, em 1936, a sua obra *Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro (TG)*, que teve influência determinante no pensamento econômico até aos nossos dias. Uma das principais contribuições do pensamento de Keynes foi a de evidenciar que “o capitalismo não tem forças endógenas capazes de gerar processos de auto estabilização em situação de pleno emprego, mesmo com base nos pressupostos clássicos da concorrência perfeita e da maximização do lucro pelas empresas e da utilidade pelos consumidores e da flexibilização dos preços, dos salários e das taxas de juros (que constituíam os mecanismos automáticos dos clássicos).” (SANTOS, 2016, p. 35).

2.3 Desenvolvimento Local

Para Barquero (2001, p. 67), “o crescimento está ligado a diferentes processos, como crescimento e mudanças na estrutura social”. Ele deve ser garantido por meio da transferência de recursos de atividades tidas como essenciais para atividades que contemplem as necessidades dos sujeitos, atores sociais que participam da comunidade. Nesse sentido, evidenciamos, a partir das palavras de Barquero (2001), então, o caráter evolutivo ao qual o desenvolvimento se entrelaça, uma vez que este seria um processo intrínseco à evolução das localidades, ocasionado pela necessidade vinda de seu interior, tendo, também, ligados a ele os processos culturais, a população que cresce e se desenvolve e tudo o que ela necessita.

Siedenberg (2006) aponta que o termo “desenvolvimento local” relaciona-se intrinsecamente às mudanças sociais e econômicas que ocorrem na matriz produtiva de um determinado espaço geográfico, devendo-se levar em consideração que essas mudanças também envolvem ligações entre instituições públicas, estruturas empresariais e organismos sociais presentes na região. Dito isso, é importante ressaltar que os atores a todo momento são considerados, assim como as ligações estabelecidas com esses lugares, uma vez que podem e são compreendidas enquanto organismos funcionais.

Llorens (2001), por sua vez, argumenta que existem alguns componentes de iniciativas de desenvolvimento local, isto é, mais equilibrados territorialmente, impulsionando a geração de emprego e renda para enfrentar a pobreza e a marginalização, criando entornos institucionais econômicos, sociais, políticos e culturais para difundir as inovações, reorganizar as bases empresariais e implantar infraestruturas básicas, além de capacitar recursos humanos e criar sistemas de informações locais. É possível observar que temos movimentos importantes que nasceram de pequenas iniciativas locais.

Hoje, as cidades contam com associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) que fazem diferença nos espaços em que funcionam. Tais iniciativas buscam estabelecer parcerias internas com empresas e instituições para capacitação e ampliação da mão de obra, capacitação das gerações e valorização dos trabalhos culturalmente desenvolvidos, entre outras ações. Muitas iniciativas como essas trazem orientação aos jovens de como continuar com os negócios da família, associações de moradores, produtores orgânicos e oficinas. Dessa forma, o desenvolvimento é mais acentuado, pois há maior envolvimento de todos em prol de um bem comum à sociedade local.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, no meio rural especificamente⁶, um fator importante, de acordo com Sachs (2004), são as criações de associações, que evidenciam a concorrência sem excluir a cooperação, comumente denominadas de Arranjos Produtivos Locais (APL). Tais arranjos têm importância fundamental na criação de políticas públicas voltadas à transformação gradual dos pequenos produtores em microempresários. Como já citado, tais iniciativas geram a valorização local e a visualização de novas oportunidades que podem surgir com as novas tecnologias que auxiliam, melhoram e ampliam as possibilidades para os moradores do campo, hoje, mais valorizados e um setor de grande relevância no país.

Porém, é necessário considerar que cada região possui sua história, sua cultura, seu patrimônio, além de características políticas e econômicas próprias. Por esse motivo, em um processo de desenvolvimento regional, não é possível utilizar ou procurar simplesmente transferir estratégias, planos e metodologias implementadas em outras regiões, visto que cada um é única e carrega as suas particularidades com relação às possibilidades ao desenvolvimento. “As regiões que pretenderem construir-se enquanto novos cenários na ordem global precisam se conhecer, observar seus pontos fortes e fracos, analisar seus potenciais, oportunidades e também as ameaças presentes” (SIEDENBERG, 2007, p. 11). Assim, pode-se procurar o desencadeamento de estratégias que visem ao desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida daquele território.

É nesse contexto que se deve atentar ao conceito de desenvolvimento endógeno, pois, conforme interpretação dos dizeres de Amaral Filho (1996, p. 37), trata-se de um processo puramente interno, que reproduz a ampliação contínua de arrecadação de valores sobre as produções existentes. Também observa a capacidade de atingir o público local, visualizando o potencial desse nicho para que seja gerada a atração entre esse consumidor e o consumidor das regiões próximas. Assim, é possível aumentar o emprego na região, a renda local ou regional, definindo um modelo colaborativo de desenvolvimento regional, muito importante para esses locais.

Nesse sentido, verifica-se que, em processos de desenvolvimento, tanto as potencialidades mais perceptíveis quanto as articulações endógenas e o capital social se tornaram elementos fundamentais para a prosperidade e competitividade das comunidades e organizações.

⁶A literatura recente dá conta de que não há um consenso quanto à formulação de um conceito convergente, permitindo, assim, diferentes olhares e implicações deste sobre as teorias de desenvolvimento. No contexto cultural, social, político e econômico contemporâneo, marcado por uma inter-relação globalizada que vincula o desenvolvimento como estrutura social capaz de abrigar interesses diversos, o conceito de capital social aparece como potencializador de procedimentos metodológicos.

2.3.1 Turismo Rural como Perspectiva de Desenvolvimento

O turismo rural pode ser de grande potencial na região, mas deve ser guiado, estimulado e acompanhado pela gestão municipal, pois, se não for desenvolvido de maneira sustentável e planejada, pode trazer sérios problemas ao local onde é praticado (SOARES *et al.*, 2013), tornando-se um problema para as cidades. Entretanto, pode também ser solução para muitas outras questões, uma vez que atrai visitantes, compradores para os produtos e investidores.

De acordo com Silva, Francisco e Thomaz (2010), no Brasil há propriedades rurais com potencialidade de riqueza cultural e paisagens naturais nas quais podem ser desenvolvidas atividades referentes ao turismo rural. Com isso, existem produtores rurais que procuram acrescentar valores aos seus produtos buscando alternativas de renda, e o turista busca usufruir dos recursos naturais e culturais na área rural para escapar da vida estressante do meio urbano.

De acordo com Souza e Klein (2019a), a implementação do turismo rural se deu nos anos de 1980; no entanto, foi a partir da década de 1990 que esse tema passou a fazer parte das discussões tanto no cenário acadêmico, quanto na política brasileira, visando ao desenvolvimento local. De acordo com Hall e Page (1999), a área do turismo rural tem sido assunto de várias áreas do conhecimento por se tratar de uma pesquisa de interesse das ciências sociais, devido ao impacto econômico e social que este pode causar, uma vez que pode ser utilizado como instrumento para resolver problemas econômicos e sociais das comunidades rurais.

Nessa direção, pensar sobre os impactos econômicos do turismo rural requer a avaliação dos aspectos ambientais e sociais, levando-se em conta o potencial de revitalização da nova atividade econômica; a permanência do homem no campo, evitando-se o êxodo rural; a valorização e resgate da cultura local; a preservação do patrimônio arquitetônico e do meio ambiente; a restauração de áreas degradadas (matas ciliares, florestas); a promoção da melhoria das condições de vida da população local, com oferta de serviços de infraestrutura; a formação ao homem do campo, preparando-o para as novas atividades; a geração de empregos; o fortalecimento das mulheres do campo; a valorização dos produtos locais; o estabelecimento de novos fluxos entre campo e cidade; e, por fim, o aumento das receitas dos municípios (FÁVERO, 2000).

De acordo com Valduga (2011), entre as motivações ou faces que o turismo assume, uma das principais é a relacionada com a vitivinicultura. “O turismo acontece numa relação de espaço e tempo que leva em conta o seu agente central, o sujeito turístico e a natureza de suas motivações” (VALDUGA, 2011, p. 17). No turismo, as pesquisas se caracterizam por um viés

significativamente interdisciplinar e amplo, e, na vitivinicultura, características voltadas aos aspectos técnico-operacionais são mais estudadas (VALDUGA, 2011, p. 17).

O turismo é um processo de múltiplas identidades e tem sua face pragmática revelada no território turístico. Alguns planejadores de turismo começaram a trabalhar com diferentes perspectivas, como formas de planejamento participativo, turismo de base local/social e comunitária e fomento de atividades capazes de agregar diferentes núcleos populacionais (VALDUGA, 2011).

As reflexões acima realizadas acerca do turismo rural indicam que tal processo demanda, entre outros aspectos, o planejamento das ações de forma que não coloque em risco as comunidades e suas culturas, bem como o meio ambiente.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1 com atividades na perspectiva do planejamento integrado, de forma a compreender todo o processo.

Quadro 1 – Planejamento do turismo em áreas rurais: uma abordagem integrada

Planejamento da atividade	Desenvolvimento organizacional	Desenvolvimento da comunidade	Desenvolvimento do produto turístico	Marketing do produto turístico
<i>Onde nós estamos hoje?</i>				
1. Reunir informação	Avaliar a composição do grupo existente. Identificar representantes que possam ser envolvidos.	Identificar tanto os interesses turísticos como os não turísticos que podem ser afetados pela proposta de desenvolvimento do turismo. Determinar temas ou preocupações – chave dos vários intervenientes.	Conduzir inventário e avaliação dos recursos da área do turismo, serviços e infraestrutura. Estimar níveis existentes de uso e projetar capacidade.	Traçar um perfil dos mercados existentes em termos de origem geográfica, demográfica, ciclo de vida das famílias, padrões de gastos, necessidades e interesses.
<i>Aonde nós queremos ir?</i>				
2. Identificar valores da comunidade	Membros da organização de turismo expressam valores da comunidade, ao responderem a questões relacionadas à qualidade de vida agora e no futuro.	Representantes da comunidade expressam seus valores, ao responderem a questões relacionadas à qualidade de vida agora e no futuro.	Valores expressos pela organização de turismo e representantes da comunidade começam a constituir a fundação sobre a qual o desenvolvimento futuro do turismo e as decisões de alocação de recursos serão baseados.	Valores expressos pela organização de turismo e representantes da comunidade começam a constituir a fundação sobre a qual decisões futuras de marketing de turismo serão baseadas.

Continua

Continuação

<p>3. Criar uma visão</p>	<p>Membros da organização de turismo criam uma imagem de como a comunidade deveria olhar, sentir e ser, hoje e no futuro.</p>	<p>Representantes da comunidade criam uma imagem de como a comunidade deveria olhar, sentir e ser, hoje e no futuro.</p>	<p>Elaborar a “história” descritiva sobre o desenvolvimento futuro e a qualidade de vida na comunidade e, além disso, reforçar a fundação e guiar o desenvolvimento do turismo e decisões de alocação de recursos.</p>	<p>Elaborar a “história” descritiva sobre o desenvolvimento futuro e a qualidade de vida na comunidade e, além disso, reforçar a fundação e guiar decisões de marketing do turismo.</p>
<p>4. Identificar preocupações e oportunidades</p>	<p>Listar, através de um brainstorming, as preocupações e oportunidades que os membros das organizações de turismo podem estar enfrentando. Ideias similares são combinadas e reduzidas para refletir aquelas (1) relacionadas ao turismo e (2) com as quais a organização de turismo deveria lidar.</p>	<p>Listar, através de um brainstorming, as preocupações e oportunidades que os representantes das comunidades podem estar enfrentando. Ideias similares são combinadas e reduzidas para refletir aquelas (1) relacionadas ao turismo e (2) que podem ser dirigidas pela organização de turismo ou através das iniciativas de turismo.</p>	<p>As maiores preocupações e oportunidades fornecerão a direção para o desenvolvimento de iniciativas de turismo. Ideias expressas deveriam ser revisitadas quanto mais concretos forem os planos para desenvolver ou realçar atrações turísticas, serviços e infraestrutura.</p>	<p>As maiores preocupações e oportunidades fornecerão a direção para o desenvolvimento de iniciativas de turismo. Ideias expressas deveriam ser revisitadas quanto mais concretos forem os planos para o marketing de recursos e serviços turísticos que estão sendo considerados.</p>
<p>5. Desenvolver uma missão</p>	<p>Membros da organização de turismo articulam seu propósito de existir e determinam a quem eles estão servindo. Durante esta atividade, é importante reconhecer não somente o visitante, mas também as necessidades da comunidade.</p>	<p>A missão da organização de turismo serve como veículo para informar à comunidade sobre os propósitos da existência do grupo.</p>	<p>A missão, junto com valores, visão, preocupações e oportunidades, ajuda a guiar o esforço de desenvolvimento do turismo.</p>	<p>A missão, junto com valores, visão, preocupação e oportunidades, ajuda a guiar o esforço de marketing.</p>

Continua

Continuação

<i>Aonde nós queremos ir?</i>				
6. Desenvolver metas	Baseadas nos valores, visão, preocupações, oportunidade e missão da organização de turismo, são desenvolvidas metas relativas à estrutura e administração da organização.	São desenvolvidas metas relacionadas à educação e ao envolvimento da comunidade nos esforços de promoção do turismo. Muito provavelmente, as metas centrarão em caminhos para envolver o público no processo de planejamento.	Baseadas nos valores, visão, preocupações, oportunidades e missão expressados, são desenvolvidas metas para desenvolvimento físico e/ou melhoria dos recursos do turismo, serviços de viagem e infraestrutura.	Baseadas nos planos para o desenvolvimento e/ou melhorias do produto turístico, são desenvolvidas metas para o marketing turístico.
<i>Como nós iremos chegar lá?</i>				
7. Desenvolver objetivos	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada declarada que propõe como realizar cada meta organizacional. O número de objetivos para cada meta variará, dependendo do estágio de desenvolvimento do grupo e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada declarada que propõe como realizar cada meta de envolvimento e de educação da comunidade. O número de objetivos para cada meta variará, dependendo do nível de interesse e envolvimento da comunidade nas iniciativas de turismo e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada declarada que propõe como realizar cada meta de desenvolvimento do produto turístico. O número de objetivos para cada meta variará, dependendo do estágio de desenvolvimento da comunidade, da quantidade e qualidade de recursos, serviços e infraestrutura turísticos existentes e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada declarada que propõe como realizar cada meta de marketing do produto turístico. O número de objetivos para cada meta variará, dependendo da quantidade e qualidade de atividades de marketing turístico existente e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.

Continua

Conclusão

<p>8. Desenvolver ações</p>	<p>Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas as quais delineiam especificamente como cada objetivo de desenvolvimento organizacional será realizado. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.</p>	<p>Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas as quais delineiam especificamente como cada objetivo de envolvimento e educação da comunidade será realizado. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.</p>	<p>Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas as quais delineiam especificamente como cada objetivo de desenvolvimento do produto turístico será realizado. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.</p>	<p>Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas as quais delineiam especificamente como cada objetivo de marketing turístico será realizado. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.</p>
<p><i>Como nós fizemos?</i></p>				
<p>9. Avaliar o progresso</p>	<p>Membros da organização fazem uma revisão periódica das atividades e do progresso da organização. Um relatório é escrito e cópias são submetidas a grupos governantes e agências de financiamento apropriados, e ao público em geral.</p>	<p>Membros da organização fazem uma revisão periódica do envolvimento do público-chave nas atividades. Um relatório é escrito e cópias são submetidas a grupos governantes e agências de financiamento apropriados, e ao público em geral.</p>	<p>Membros da organização fazem uma revisão periódica do desenvolvimento do produto turístico e das atividades de implementação e progresso. Um relatório é escrito e as cópias são submetidas a grupos governantes e agências de financiamento apropriados, e ao público em geral.</p>	<p>Membros da organização conduzem uma revisão periódica das atividades e do progresso do marketing do produto turístico. Um relatório é escrito e cópias são submetidas a grupos governantes e agências de financiamento apropriados, e ao público em geral.</p>
<p>10. Atualizar e modificar o plano</p>	<p>Baseadas em novas informações ou mudanças nas circunstâncias, são feitas revisões no desenvolvimento organizacional.</p>	<p>Baseadas em novas informações ou mudanças nas circunstâncias, são feitas revisões no plano para o envolvimento da comunidade.</p>	<p>Baseadas em novas informações ou mudanças nas circunstâncias, são feitas revisões no plano para o desenvolvimento do produto turístico.</p>	<p>Baseadas em novas informações ou mudanças nas circunstâncias, são feitas revisões no plano para o marketing turístico.</p>

Fonte: Souza; Klein, 2019

Como visto, é de suma importância que haja o planejamento do turismo no meio rural, pois ele prevê o desenvolvimento das dez atividades citadas acima em diferentes aspectos, resultando em “desenvolvimento organizacional, desenvolvimento da comunidade, desenvolvimento do produto turístico e marketing do produto turístico” (SOUZA; KLEIN, 2019, p. 28).

2.4 História do vinho no Brasil

Em nosso país, a viticultura remonta ao início no século XVI, quando a primeira muda foi trazida pelos portugueses e se expandiu pelo país com a chegada dos italianos. A videira europeia *Vitisvinifera*, considerada apropriada para a elaboração de vinhos, não conseguiu se adaptar devido a sua sensibilidade a doenças fúngicas existentes. O desenvolvimento científico propiciou a criação de fungicidas sintéticos que, por volta (meados?) do século XX, permitiram o cultivo de espécies que passaram a compor a linha de uvas propícias à produção de vinho no estado do Rio Grande do Sul (GONÇALVES, 2015).

Conforme Gonçalves (2015), motivada pela busca de melhorias na qualidade dos vinhos produzidos no país, após os anos 2000, houve a expansão do cultivo de videiras *Vitisvinifera* pelo país, alcançando as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Minas Gerais se destacou por ser um dos estados pioneiros na produção de uva, tendo, no sul do estado, as condições mais propícias para o cultivo de uvas para vinho (GONÇALVES, 2015).

A produção de vinhos na região sul de Minas Gerais tem crescido constantemente e ocupa hoje o 7º lugar na produção de vinhos do país (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Isso se dá pelas condições edafoclimáticas favoráveis, o que podemos nomear também de *terroir*, e principalmente pelo manejo diferenciado, intitulado dupla poda. Neste, o ciclo de produção ocorre no primeiro semestre, e a colheita é realizada no inverno, período favorável à maturação das uvas, uma vez que coincide com o menor índice pluviométrico no sudeste brasileiro (REGINA *et al.*, 2006).

O manejo da dupla poda possibilita diferenciação de cultivo de uvas para vinho do sul de Minas Gerais das outras regiões vitivinícolas brasileiras por seu cultivo de inverno, bem como torna possível a expansão da cultura para outros municípios do sul do estado, como é o caso da cidade de Três Pontas que, apesar de ser forte produtor de café, possui a vitivinicultura como uma atividade alternativa para o desenvolvimento (GONÇALVES, 2015).

A vitivinicultura brasileira conseguiu se fixar no país e crescer economicamente a partir do final do século XIX com a chegada dos imigrantes italianos no sul do Brasil (IBRAVIN,

2015) e, desde então, tem crescido em várias regiões do país, atingindo uma área de aproximadamente 82,5 mil hectares de vinhedos plantados (MELLO, 2015), produzindo cerca de 1.388.859 toneladas em total de uvas no ano de 2014 (AGRIANUAL, 2015). A viticultura brasileira apresenta grande diversidade. A atividade ocupa uma área de aproximadamente 83.700 hectares, com uma produção anual variando entre 1.300 e 1.400 mil toneladas. Como é possível salientar, em 2010, cerca de 58% do total produtivo foi direcionado à comercialização como uvas de mesa e 43% direcionados à produção de suco de uva. Há uma grande variabilidade no material genético utilizado. São mais de 120 cultivares de *Vitisvinifera* e mais de 40 cultivares de uvas americanas, incluindo castas de *Vitislabrusca*, *Vitisbourquina* e de híbridas interespecíficas (GONÇALVES, 2015).

O panorama mundial do mercado de vinhos vem apontando modificações importantes quanto às questões da demanda, pois se percebe que a quantidade vem deixando seu lugar para a qualidade em vários países (BLUME, *et al.*, 2018 p. 7). Outra questão suscitada é sobre os hábitos de compra das pessoas na atualidade.

A produção de vinhos de alta qualidade em zonas tropicais ganhou perspectiva com a estratégia de produção da uva em regiões de altitude, com duas podas anuais e apenas uma colheita. A colheita é programada para o período de temperaturas mais baixas, coincidente com o período de estiagem, proporcionando uvas de excelente qualidade conforme Amorim *et al.* (2000) *apud* Mota *et al.* (2010).

Algumas regiões brasileiras ganham destaque na produção de uva, como o Sul do país, mais precisamente os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Nordeste com a região do Vale do São Francisco e o Sudeste, com destaque para Minas Gerais. Apesar desse estado não possuir uma grande produção, tem alto potencial e vem ganhando destaque pelo manejo diferenciado que faz com que o ciclo de produção ocorra no período mais adequado para a maturação das uvas. Minas Gerais possui dois polos produtores de uva: um ao Sul, que foca grande parte do seu cultivo em videiras americanas para a produção de vinho comum; e ao Norte, recém-implantada, que produz uva para consumo *in natura*.

Vários fatores favorecem a atividade vitivinícola nessa região, dentre eles o manejo distinto que modifica o ciclo da videira fazendo com que ela tenha uma produção com qualidade no meio do ano, época mais favorável à maturação. Essa prática pode ser observada na região de Três Pontas-MG, uma das mais recentes regiões vitivinícolas do estado. Localizada “nas áreas de maior altitude do estado, tem focado sua produção em uvas *Vitisvinifera* para a elaboração de vinho fino” (PROTAS; CAMARGO, 2011, p. 89), apesar de ser tradicional no cultivo de café, o que, segundo Tonietto *et al.* (2006, p.15), torna o “cultivo de uva apropriado,

pois as zonas de encosta situadas logo abaixo das parcelas cultivadas com o café podem prestar-se perfeitamente ao cultivo da videira, oferecendo, assim, alternativas interessantes para diversificação da exploração agrícola”.

O surgimento de novas regiões produtoras de uva faz com que o estado se consolide cada vez mais no mercado vitícola além de dar alternativas para os produtores locais diversificarem sua produção, aumentando, conseqüentemente, seu lucro. Além disso, dá suporte “ao desenvolvimento em seus desdobramentos, como as tecnologias e estas contribuem para que a vitivinicultura seja uma atividade economicamente rentável” (CAMARGO; MAIA; RITSCHER, 2010, p.98). A expansão da produção vitícola trouxe a possibilidade de observarem as características de outras regiões brasileiras e os grandes mercados da região sul deram espaço para a produção, o mercado e a tecnologia desenvolvida em Minas (dupla poda) para que tais vinhos fossem conhecidos e hoje em dia, amplamente consumidos e premiados.

2.5 Inserção de vinhos finos no sul de Minas Gerais

É de fundamental importância inicialmente, conhecermos e distinguirmos as três denominações existentes para o segmento vitivinífero no Brasil:

A viticultura é definida como a ciência que estuda o cultivo da uva. De origem latina, a palavra viticultura significa vit(i)cultura, ou seja, cultura ou cultivo de vinhas”. As videiras, também conhecida como parreira ou vinhas, são as plantas que produzem as uvas (GIOVANINI, 2013), essas, com finalidade na produção de vinhos, foco desse trabalho, mas também na produção de sucos, uvas passas e consumo da uva (RODRIGUES, s/d).

A viticultura é considerada uma atividade predominantemente familiar, cuja produção se desenvolve na maioria das vezes de maneira informal e sem registro legal. Muitas vezes, estas condições “irregulares” acarretam problemas como o desconhecimento da realidade destes produtores por parte das organizações governamentais e a exclusão das ações ou políticas públicas setoriais e de programas de desenvolvimento regional e local (GIOVANINI, 2013). Ao desenvolver o presente trabalho, muitas pesquisas direcionaram a localidades nas quais o plantio, manejo e desenvolvimento de produtos provenientes das uvas, são tradições familiares e torna-se importante evidenciar que algumas vezes tais empresas passam por grandes dificuldades e não encontram espaço para reconhecimento frente às políticas setoriais locais e nacionais. Pensamos então que, ao entrarmos em contato com as empresas selecionadas para este estudo, saberemos os problemas e intempéries pelas quais podem ter passado até galgarem o *status* em que se encontram na atualidade.

Esses fatores (incluindo a agricultura familiar não regularizada, a falta de levantamento de produção e produtos) podem influenciar na “falta de dados levantados com produtores através de sistemas integrados dificulta o desenvolvimento de diagnósticos que propiciem a formulação de propostas de políticas públicas” (GIOVANINI, 2013, p. 61). Dito isso, torna-se importante buscar saber como tais políticas podem/devem/chegam até os produtores sul mineiros e se houveram impedimentos ou grandes turbulências que ocorreram durante suas histórias.

A vitivinicultura engloba os conceitos de cultivo das vinhas e fabricação do vinho e seus derivados, dado que vinicultura e viticultura representam coisas distintas, mas se complementam; a vitivinicultura é a união das palavras viticultura e vinicultura, formando um terceiro conceito muito mais abrangente (RODRIGUES, s/d, CLUBE DOS VINHOS, 2014). É a atividade econômica que se baseia no cultivo das uvas e no seu potencial de utilização para a fabricação de vinhos (CLUBE DOS VINHOS, 2014). Logo, a vitivinicultura tem como base o cultivo de uvas para a produção de vinhos (RODRIGUES, s/d).

A partir da compreensão dos termos, podemos mais facilmente diferenciar tais profissões e o trabalho exercido pelos profissionais da área, sendo: O viticultor “responsável pela plantação, cultivo e colheita da uva” (CLUBE DOS VINHOS, 2014, p. 1). Ao profissional cabe o estudo dos solos e preparação para plantio das parreiras, aplicação de técnicas para irrigação, conhecimento dos diferentes tipos de parreiras e as especificidades para plantações além do trabalho no manejo das plantas para boa colheita, diminuição de danos e agressividade às frutas.

O vinicultor, por sua vez, “exerce sua função quando se encerra o trabalho do viticultor, na colheita das frutas” (CLUBE DOS VINHOS, 2014, p. 1). Este profissional trabalha na destinação das uvas para cunho vinícola sendo o responsável para que o processo de transformação da uva em vinho se dê da melhor maneira possível. Sua função abrange a etapa inicial para elaboração de vinhos incluindo a colheita das uvas, a observação das condições corretas desde o seu transporte, engarrafamento dos vinhos ou demais produtos incluindo a sua comercialização. Além disso, é importante salientar que em muitas localidades produtoras de vinho, os trabalhos acontecem juntamente, a função viticultora e vinicultora. Tal dedicação exige maior estrutura também investimento em qualificação de seus colaboradores.

É possível observar que o trabalho de ambos os profissionais é fundamental em todo o processo de cultivo de uvas, elaboração e destinação dos produtos fabricados até o consumidor final. Pode-se dizer que se complementam e enriquecem a vitivinicultura mundial (TROMBINI, 2019).

2.6 Manejo da dupla poda – Tecnologia no manejo das Videiras

A região Sudeste possui um alto potencial vitícola. Em Minas Gerais, ao Sul do estado, apesar de ser uma região cafeeira, há um grande cultivo de uvas *Vitisvinifera*, que pode ser perfeitamente encaixado nas áreas mais baixas das fazendas de café, que geralmente não são utilizadas pelo fato dessa cultura ser extremamente sensível às geadas (DIAS, 2011). Isso propiciou que a vitivinicultura se tornasse uma alternativa com potencial de alta rentabilidade, por possuir manejo diferenciado, conhecido como manejo de dupla poda.

A característica de grande aproveitamento do solo, com apoio de serviços de orientação, auxilia na melhoria dos processos nas fazendas, assim como, no melhor conhecimento sobre as possibilidades que o solo e a região oferecem também estudos que fortaleçam a agricultura local.

No Brasil, a grande característica do setor é que a maioria das regiões vitícolas inicia o ciclo da videira em agosto com a poda e finaliza em dezembro com a colheita, período em que os índices de precipitação pluviométrica mensal ultrapassam facilmente os 200 milímetros (SOUZA; MARTINS, 2002), porém encerra-se em meados de março, quando o clima fica seco e as temperaturas amenas.

O cultivo da videira é fortemente influenciado pelo clima da região (TONIETTO; CARBONNEAU, 1999) e deve ser realizado em regiões que propiciem uma coincidência do final da maturação e colheita com um clima seco, de temperaturas amenas e boa amplitude térmica, apresentando ainda temperaturas mínimas superiores ao zero de vegetação (10°C), ficando seu ciclo dependente da data de poda (REGINA *et al.*, 2006).

A dupla poda, idealizada pela EPAMIG, altera o ciclo da videira para que a colheita ocorra entre as estações outono e inverno, evitando possíveis exposições ao excesso de chuvas que ocorrem no verão e as elevadas temperaturas registradas nessa estação. Assim, duas podas são realizadas, sendo elas: poda de formação dos ramos e poda de produção.

A poda de formação dos ramos é realizada pelo mês de agosto, onde é aplicada a poda curta, que conta com aplicação de produto para uniformizar a produção da videira. Quando se realiza a poda de formação, elimina-se as inflorescências existentes.

Iniciado o ano, a partir do mês de janeiro, é realizada a poda de produção nos ramos. Após 10 ou 12 dias as videiras iniciarão seu período de brota e a florada inicia em fevereiro, finalizando os cachos em meados de fim de março e tendo sua maturação e colheita entre os meses de junho e julho (AMORIM *et al.*, 2005, *apud* REGINA *et al.*, 2006).

Após esse período, a videira entra em fase de repouso por cerca de 30 dias, possibilitando assim, o início de um novo ciclo formativo. Dessa forma, a EPAMIG por meio de pesquisas implementou a dupla poda nos municípios de Três Corações, João Pinheiro, Cordislândia, Diamantina e Pirapora no estado de Minas Gerais e obteve sucesso na inversão do ciclo, principalmente o da variedade *Syrah*. A tecnologia desenvolvida pela Epamig proporcionou um grande salto e diferencial no produto que é desenvolvido no sul de Minas Gerais. Os vinhos, conhecidos como finos, advém de tal tecnologia desenvolvida e é importante salientar o trabalho e pesquisa dos envolvidos. Se essa possibilidade se concretizou, foi graças ao estudo e esforço dos produtores e da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

No inverno, as condições climáticas favorecem o acúmulo de compostos fenólicos devido às maiores amplitudes térmicas e melhor equilíbrio entre o teor de sólidos solúveis e a acidez na baga, devido à diminuição do consumo do ácido málico pela respiração que é mais intensa em temperaturas próximas a 30 °C (TODA, 1991), além do período de maturação mais longo em função das baixas temperaturas e a menor disponibilidade de água no solo que acarreta uma diminuição das dimensões das bagas, favorecendo a extração dos compostos fenólicos e das antocianinas da casca para o vinho (DIAS, 2011). Dessa forma, é possível perceber que até determinado momento da história brasileira, a região Sul se sobressaía aos demais estados, mas devido ao esforço, o desenvolvimento de novas tecnologias proporcionou que novas regiões viessem a estudar, implantar e manter as videiras em Minas, conhecendo um *terroir* diferenciado e especial.

2.7 Viticultura no Sul de Minas Gerais

Uvas finas ou *Vitisviníferas* – de origem europeia – são amplamente usadas na produção de vinhos classificados como finos. A vitivinicultura no Brasil tem apresentado resultados consideráveis na economia, e “os dois tipos de vinhos produzidos com maior expressão são os de mesa e os finos” (estes, foco principal da pesquisa, atingem uma representação de 20%) (DEBASTIANI *et al.*, 2015, p. 45).

Até meados dos finais da década de 90, o estado do Rio Grande do Sul ocupou posição exclusiva tanto na elaboração quanto na comercialização de vinho do tipo finos no Brasil, possuindo 95% da produção nacional (CAMARGO *et al.*, 2011, p. 34).

Nos anos 2000, por sua vez, observam-se consideráveis modificações que proporcionaram melhorias na qualidade dos vinhos produzidos no Brasil. Essas mudanças acarretaram grandes alterações no cenário nacional e outros centros se abriram para o

desenvolvimento e a produção de vinhos finos, sendo que “a marca da produção brasileira é a diversidade quando levamos em consideração os diferentes climas brasileiros, os variados tipos de manejos desenvolvidos nas regiões, que abrem espaço para variabilidade dos produtos” (CAMARGO *et al.*, 2011, p. 34).

O reconhecimento da indicação geográfica de um determinado produto num mercado globalizado, competitivo e cada vez mais exigente oportuniza, por meio de mecanismos como a denominação de origem (DO) ou indicação de procedência (IP), o crescimento socioeconômico de regiões, protegendo a qualidade e a procedência dos produtos ali elaborados, agregando valor a eles e conquistando novos mercados e consumidores (BAGGIO *et al.* 2017). Os autores ainda colocam que muito se tem estudado sobre o tema desenvolvimento local/regional nas últimas décadas, não apenas abordando aspectos econômicos, mas também integrando fatores sociais e ambientais nessas análises.

Sachs (2004) salienta que o desenvolvimento econômico se distingue do crescimento econômico. Isso é afirmado, pois o desenvolvimento perpassa a multiplicação de bens e riquezas materiais, enquanto o crescimento é uma forma necessária, mas não suficiente para alcançar o sonho de vidas melhores e mais completas para todos, visto que não aumenta a taxa de emprego, não possibilita a diminuição desigualdades e nem diminui a pobreza mundial.

Nessa perspectiva, Fischer (2002, p. 64) entende que o desenvolvimento é um conceito, ou melhor, uma rede de conceitos que está diretamente associada a adjetivos, como “local, integrado e sustentável”. Não é concebível citar o desenvolvimento local sem citar problemas sociais existentes, como marginalização, exclusão de minorias, participação comunitária e solidariedade, bem como a produção e competitividade mercadológica.

O desenvolvimento, então, fica segregado a um processo que ocorre de forma sequencial e independe de muitos outros processos que decorrem ao mesmo passo; deve ser considerado também os resultados que se espera e os resultados que são alcançados, as perspectivas locais e as ações concretas que são desenvolvidas em prol de mudanças.

Algumas confusões semânticas devem ser evitadas, pois alguns centros e polos denominam pequenos agrupamentos empresariais de centros industriais, e “tais concepções que aludem à moda não consideram a perspectiva crítica da sociedade que se projeta no conceito de comunidade e é formada por atores e agentes e não por meras classes que devem compartilhar valores que visem apenas o interesse de seus pares” (BRANDÃO, 2007, p. 45).

Como anteriormente salientado, os processos de desenvolvimento são desenhados a partir de conjunturas sociais que simbolizam e significam, em seu interior, o planejamento de novas estruturas e do desenvolvimento propriamente dito. Fatores considerados subjetivos e

intangíveis regem tais comunidades, englobam-se os seus valores e as suas crenças, as tradições que são mantidas e alimentadas pelos povos que ali residem e as experiências que passaram ao longo dos anos, o que marca profundamente a construção social daquele lugar e compõe a sua cultura.

A organização do trabalho e sua divisão, a estrutura capitalista, pode causar grandes desequilíbrios regionais que não permitem que a localidade saia do *status* de subdesenvolvimento e não consigam intervir com estratégias em prol de seu desenvolvimento. Como definiu Guimarães (1999, p. 13) em sua clássica obra *500 anos de Periferia* – uma potencialidade ao estudo da Política Internacional, a periferia é um local que não se desenvolveu; grande em população e em território, ela conta com a possibilidade de exploração no viés econômico, bem como constrói estruturas industriais e giro no mercado interno que são expressivos.

Além disso, o autor complementa: “estacionado há 500 anos, há quase um século que se esforça o Brasil na busca do seu desenvolvimento, aplicando em diferentes formas e graus de intensidade todo o receituário prescrito pelas diversas escolas e correntes do desenvolvimentismo” (GUIMARÃES, 1999, p. 13), Refletimos, então, se, em algum momento, será possível que o Brasil alcance um patamar no qual se espelha, seria possível ao país avançar rápida e perfeitamente no *ranking* do desenvolvimento mundial?

Minas Gerais, por sua vez, tem investido em suas potencialidades na medida em que o Estado se situa na Região Sudeste do Brasil entre os paralelos 14° 13' 57" e 22° 55' 47" de latitude sul e entre os meridianos 39° 51' 24" e 51° 02' 56" de longitude oeste. Abrange uma área de 582.586 km², que representa 6,9% da área total do Brasil. Portanto, é um Estado inteiramente contido na zona intertropical⁷ (CUPOLILLO, 1997), à qual favorece o cultivo de uvas.

Vianello (2004) esclarece que o Estado de Minas Gerais apresenta peculiar complexidade climatológica. O autor descreve que

O extremo norte, parte integrante do Polígono das Secas, seco e quente, contrasta com o Sul, de topografia acidentada e chuvas mais ou menos bem distribuídas ao longo do ano e temperaturas amenas; grandes formações montanhosas contrastam com vales extensos, com variações de altitude de 250 m a 2.700 (VIANELLO, 2004, p. 31).

⁷ Zona Intertropical é uma região caracterizada por marcar o encontro dos ventos que sopram dos hemisférios norte e sul. Trata-se de uma região situada mais ou menos sobre a linha do Equador, a qual também pode ser chamada de Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), no inglês Intertropical *Convergence Zone* (ITCZ) (MEUS DICIONÁRIOS, s/d).

Isso influencia nas formações pluviais que são sujeitas às condições oceânicas – existe profundo contraste em sua constituição vegetal, encontrando-se caatinga ao norte de Minas e cerrado em densidades propícias; também são parte as formações montanhosas que remanesçam da Floresta Amazônica.

Vaniello ainda destaca a influência que o estado sofre quanto à dinâmica atmosférica. Minas Gerais é sujeita à influência de diversos mecanismos de larga escala, e “o Anticiclone do Atlântico Sul destaca-se pelo papel que desempenha sobre o clima. Sua presença dominante sobre o continente brasileiro, no inverno, é o principal mecanismo a justificar a estação seca em Minas Gerais” (VIANELLO *et al.*, 2004, p. 91). No verão, por sua vez, a localização de Minas Gerais (sobre o Atlântico Sul) possibilita também a circulação de ar quente e úmido que é o responsável pelas chuvas no verão.

O estudo das regiões acima colocado esteve focado sobretudo na busca de padrões de qualidade diferencial na produção de vinhos. Por isso, utiliza-se como metodologia de referência para o estudo o Sistema de Classificação Climática Multicritério Geovitícola (CCM) (TONIETTO; CARBONNEAU, 2004), com base em índices climáticos (térmico, nictotérmico de maturação e hídrico), que caracterizam as regiões e que são marcadores da qualidade potencial da uva para vinho (TONIETTO *et al.* 2006).

A qualidade da uva produzida em regiões com disponibilidade hídrica tendendo a ser elevada pode ser afetada negativamente. É por essa razão que houve interesse em avaliar o potencial das regiões de Minas Gerais para a produção de uvas no período de seca, visando à busca de padrões diferenciais de qualidade para vinificação (TONIETTO *et al.* 2006). Assim, é esperado que as uvas dessa região deem origem a vinhos equilibrados nos quesitos álcool e acidez.

O maior atributo dessas regiões seria o fato de que elas oferecem a possibilidade de intervenção humana no ciclo da videira, desviando a colheita para uma época que apresenta um período de seca bem definido associado a variações de temperatura entre dia e noite bastante consideráveis, condição sabidamente promotora de bom potencial de amadurecimento para as uvas (TONIETTO, *et al.* 2006). Minas Gerais vem se dedicando à produção de vinhos finos e lançou seu primeiro rótulo comercial que chegou ao mercado do Rio de Janeiro em 2013, o Vinho Primeira Estrada Syrah 2010, natural da cidade de Três Corações (ANDRADE JUNIOR, 2013). Assim, é importante observar como o estado de Minas Gerais se desenvolveu com relação à abertura de suas fronteiras para atividades que não eram cultuadas aqui. Vemos uma

tradição no plantio de grãos, criação de animais, produção leiteira e outras que compõem a gama de variedades aqui produzidas.

Com relação às videiras, vemos que o período histórico que proporcionou as lavouras de uva em um primeiro momento trouxe estranheza e necessitou que os agricultores unissem suas forças ao conhecimento técnico-científico que se faz presente no Estado. A curiosidade sobre o que o solo mineiro tem a oferecer proporcionou o crescimento de regiões, o estabelecimento de famílias e pequenas comunidades rurais que desempenham atividades diferenciadas e que hoje se destacam no cenário nacional e mundial. Minas Gerais, conhecida por seus minérios e por sua história, fundamental à construção do país, abre-se para expandir as suas possibilidades e, hoje, encontra-se no topo da fabricação e do ranking do mercado de vinhos.

Diante do cenário apresentado, foi possível perceber que a definição de desenvolvimento é dinâmica e relativa. Não se pode utilizar um modelo único a ser seguido quando o assunto é desenvolvimento, pois é preciso observar as singularidades do local, os desafios enfrentados na sua construção em todos os períodos, uma vez que estes são requisitos para o avanço e encontro do desenvolvimento. Configura-se como importante a revisão dos parâmetros de desenvolvimento, para que se possa caminhar em direção à consideração humana e planetária nas questões desenvolvimentistas.

3

METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

A metodologia da pesquisa representa o caminho a ser percorrido pelo pesquisador para alcançar os objetivos propostos. Considerando os objetivos deste estudo, entende-se que o percurso metodológico deva ser guiado pela abordagem qualitativa, a qual trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões (MINAYO, 1994). Essa abordagem se adéqua ao aprofundamento da complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO, 1994).

De acordo com Minayo (1994), a abordagem qualitativa volta-se ao estudo de questões que necessitam de fundamentação teórica no campo das ciências sociais, em especial, quando tratamos de um universo de significados do fenômeno pesquisado. A abordagem qualitativa trabalha com significados, subjetividades, motivações, valores e muitas variáveis que não se pode reduzir a números. Assim, a escolha pela pesquisa qualitativa permite compreender como ocorre a interação simbólica, conforme Duarte (2002, p. 41), pois “devem ser considerados os significados das experiências pessoais e a interpretação que emerge dessas experiências”.

Considerando os objetivos da pesquisa, tem-se como teórico a perspectiva que tem por pressuposto a análise crítica dos fenômenos, buscando compreendê-los em sua totalidade, historicidade e contradições. A perspectiva da totalidade pressupõe a compreensão do imbricamento de diferentes determinações que incidem sobre o fenômeno estudado. Evidentemente, reconhece-se que a realidade é complexa, o que de antemão nos leva a entender a limitação analítica posta para a sua compreensão. Por outro lado, compreender o fenômeno no movimento histórico e apreender as suas contradições pode nos auxiliar a aproximações de sua essência.

3.2 Tipo de Pesquisa

A realização da pesquisa inicialmente exigiu o levantamento da produção sobre as temáticas da vitivinicultura, do desenvolvimento e do turismo rural. Esse processo ocorreu por meio da Scielo.

No que se refere à natureza, a pesquisa classifica-se como pesquisa aplicada, visto que objetivou gerar conhecimentos para aplicações práticas, no caso, identificar as potencialidades da vitivinicultura no sul de Minas e, em última instância, contribuir para o desenvolvimento regional.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, porque visou a caracterizar o fenômeno da vitivinicultura na região do sul de Minas com a produção de vinhos finos de dupla poda.

Em relação aos procedimentos técnicos, classifica-se como estudo de caso, pois foram estudadas de forma mais aprofundada duas vinícolas que se localizam em dois municípios do sul de Minas Gerais, por meio de entrevistas tanto com atores do processo – os produtores, quanto com gestores municipais, além do aporte de dados secundários da região e da vitivinicultura propriamente dita.

A técnica do estudo de caso, conforme Chizzotti (2000), permite a caracterização mais abrangente de um caso particular, para que, de posse de dados significativos, o pesquisador possa organizar a análise crítica. Essa técnica, ainda conforme o autor, contribui para retratar uma realidade na medida em que envolve uma multiplicidade de aspectos presentes nessa mesma realidade. A realização do estudo de caso envolve a coleta dos dados e a organização deles.

3.3 População

Considerando-se que a pesquisa se realizou com abordagem qualitativa, a definição dos participantes se deu por meio do critério da acessibilidade, pelo porte das vinícolas e sua importância, visto que foram entrevistados dois produtores de uva de dupla poda das 3 principais vinícolas existentes no Sul de Minas. Em relação aos gestores municipais, foram convidados 3 gestores ou representantes da gestão municipal dos municípios onde estão localizadas as vinícolas.

3.4 Instrumentos de Pesquisa

A primeira etapa do estudo de caso demandou o levantamento em fontes secundárias em bases de dados (econômicos, demográficos etc.) sobre a região do sul de Minas Gerais bem como sobre a vitivinicultura na região.

Na segunda etapa o instrumento foi a entrevista que se deu em duas partes: a) levantamento de informações sobre as vinícolas selecionadas nos municípios; b) roteiro de entrevista (APÊNDICE A). Cabe destacar que para atingir os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas com produtores e com gestores e/ou representantes da gestão municipal nos quais localizam-se as vinícolas.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados/Pesquisa das bases de dados

Nesta pesquisa o instrumento para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. De acordo com Duarte (2004), a entrevista individual semiestruturada é um método em que o entrevistador faz apenas algumas perguntas já elaboradas. “O trabalho com entrevistas pode subsidiar parte das discussões que dizem respeito aos critérios de rigor e confiabilidade a serem adotados na avaliação de pesquisas científicas que lançam mão desse recurso com maior regularidade” (DUARTE, 2004, p. 214).

Por envolver seres humanos para a coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do UNIS, que tem a finalidade de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Para a coleta dos dados, enviamos um convite por *e-mail* aos produtores e gestores municipais apresentando os objetivos de pesquisa, solicitando a autorização para a realização. Com o aceite dos participantes, as entrevistas foram agendadas e realizadas por meio de plataforma virtual de comunicação, tendo em vista o contexto da pandemia.

Antes do início da entrevista enviamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (ANEXO A) por *e-mail*, o qual foi assinado, digitalizado e devolvido ao pesquisador. No TCLE, esclarecemos os objetivos e procedimentos da pesquisa, orientando-os quanto à possibilidade de deixar de participar da pesquisa a qualquer tempo caso desejassem. Também esclarecemos os entrevistados acerca do direito de não responder a questões que lhes causassem constrangimento e explicamos que os dados coletados são utilizados unicamente para fins acadêmicos. Ainda deixamos claro aos participantes sobre os possíveis riscos gerados pela pesquisa e a possibilidade de interromper a participação a qualquer tempo.

No processo de coleta, as entrevistas foram agendadas individualmente com cada entrevistado, em horário e data mais convenientes. As entrevistas foram realizadas por meio de telefone, videoconferência, na plataforma que tiveram mais facilidade de manuseio, entre as disponíveis: *Google Meeting*, *Skype*, *Whatsapp* ou *Hangouts*, e, posteriormente, transcritas pelo pesquisador e devolvidas para os entrevistados para confirmação. As entrevistas serão guardadas pelo pesquisador por cinco anos; após isso, serão destruídas.

Com o intuito de preservar a identidade dos Produtores, eles foram identificados por números de 1 a 3. Faz-se necessário justificar que o Produtor 3 não participou da entrevista, portanto, ele ficou sem respostas, e os gestores receberam números que correspondiam a cada município.

O processo de coleta das entrevistas foi permeado por algumas dificuldades as quais acabaram por interferir no resultado da pesquisa. Uma das primeiras dificuldades enfrentadas se refere ao contexto de realização da pesquisa – a pandemia do Covid-19. A necessidade de isolamento social não nos permitiu a realização da entrevista em *locu*, fato que nos levou a realizá-la de forma remota, sem o contato presencial, sem poder realizar também o registro fotográfico da vinícola.

Outro aspecto que pode ser considerado dificultador se refere à pouca experiência do pesquisador em realizar entrevistas, associado ao pouco interesse dos entrevistados em fornecê-la.

Esses elementos articulados exigiram mudanças nos rumos da pesquisa. Nesse sentido, consideramos importante o registro dessas dificuldades, pois, certamente, elas ocorreram também com muitos pesquisadores no contexto da pandemia, o que nos leva a refletir sobre o quanto a pesquisa, sobretudo, com abordagem qualitativa, é determinada pelo contexto.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Conforme anunciado anteriormente, esta pesquisa tem como fundamento teórico a perspectiva da totalidade. Nesse sentido, visando a abarcar a totalidade do fenômeno da vitivinicultura no Sul de Minas Gerais, optamos pela técnica da triangulação.

Nesse método, está presente o *modus operandi* que compreende a preparação do material que foi coletado e a articulação de três aspectos: as informações, o diálogo e a análise de conjuntura, que seria um contexto mais amplo, do qual é possível abstrair a realidade (BRISOLA; MARCONDES, 2014).

Ao se propor a técnica da triangulação, almejou-se articular o contexto de cada município de forma particular ao contexto mais amplo tanto regional como nacional. Considerando que utilizamos a técnica de triangulação, a fim de compreender a preparação do material que foi coletado e a articulação no que diz respeito à análise dos dados, todas as entrevistas foram inicialmente transcritas e analisadas a partir dos aspectos relativos aos objetivos da pesquisa.

4

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção, buscamos analisar a avaliação dos participantes da pesquisa sobre as potencialidades da viticultura na região do sul de Minas Gerais. Para tanto, entrevistamos os produtores de duas vinícolas sediadas nos municípios e representantes do poder público dos respectivos. Apenas para efeito analítico, as entrevistas foram separadas, contudo, guardam relação entre elas e, no momento oportuno, foram cotejadas.

4.1 Levantamento das vinícolas

Antes mesmo de adentrarmos na análise das narrativas dos produtores, apresentamos um levantamento de dados acerca das vinícolas, com intuito de identificar os objetivos propostos, enfatizando que elas estão em processo de desenvolvimento. Em relação ao proposto levantamento, conforme já exposto nos procedimentos de coleta, não obtivemos êxito no sentido da profundidade das informações coletadas, razão pela qual essa exposição apresenta limitações.

A vinícola 1 foi instalada no ano de 2004. Ela conta atualmente com 13 empregados dos quais 6 colaboradores são residentes no respectivo município em que ela está instalada e 7 vendedores externos que não são residentes no município.

A receita da vinícola gira em torno R\$ 250.000,00 por mês, e o valor médio dos impostos é de 55%. As regiões de comercialização são: Minas Gerais, São Paulo e Paraná. A quantidade média de produção de vinhos é 50.000 garrafas/ ano. Todo faturamento é realizado com base no consumo nacional. Em relação aos países para os quais a vinícola exporta, o produtor 1 informa que não tem recebido apoio para exportar, nem para aumentar a produção para dar conta do mercado externo.

A vinícola 2 foi instalada no ano de 2009 e conta com 10 empregados, todos residentes no município onde ela está situada. Em relação à receita da vinícola, esta não foi revelada. O valor médio dos impostos é de 50%. Quanto às regiões de comercialização, o produtor indica Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A quantidade média de produção de vinhos não foi revelada. Em relação aos países para os quais a vinícola exporta, eles não foram revelados.

O levantamento acima apresentado indica que há pouca informação disponível para se avaliar o impacto das vinícolas nos respectivos municípios no sentido de contribuir com o desenvolvimento local/regional, além de pouca disponibilidade em compartilhar tais informações, fato que pode empobrecer a análise proposta da presente pesquisa.

A seguir apresentamos as reflexões a partir das narrativas dos produtores, cujo objetivo foi entender como avaliam a inserção das vinícolas nos municípios e a participação delas para o desenvolvimento local e regional.

4.2 Produtores

Na leitura das narrativas, ficaram evidentes as seguintes categorias: Recursos Humanos; Relação privado e poder público; Projetos sociais; Influências na economia e EPAMIG.

A primeira pergunta dirigida aos Produtores foi em relação há quantos anos atua na empresa:

Produtor 1: Olha, eu trabalho na empresa desde 2004, desde a fundação, e hoje eu me encontro na função de diretor-presidente, e eu assumi todas essas responsabilidades depois que meu pai faleceu em 2012.

Produtor 2: Eu tenho 8 anos de trabalho na empresa.

Na fala do Produtor 1, observa-se a questão de sua evolução dentro da empresa, demonstrando que suas habilidades e competências podem contribuir tanto para o sucesso da empresa, quanto para o seu próprio crescimento profissional. Em relação ao Produtor 1, percebemos que ele possui um vínculo familiar com a empresa, pois revela que assumiu o posto deixado por seu pai.

Esse vínculo se torna relevante pelo fato de haver uma sobreposição entre o ciclo de vida da empresa e o ciclo de vida da própria família, o que é espelhado pelo processo de sucessão que ocorre na empresa familiar (BARNETT, LONG; MARLER, 2012). Isso traz implicações sobre o comportamento dessas empresas no que diz respeito ao alcance de objetivos propostos na família.

De acordo com Barnett, Long e Marler (2012), a empresa familiar é gerenciada com o intuito de moldar e manter a visão de manutenção de negócios por uma coalizão dominante, controlada pelos membros de uma mesma família ou por um pequeno número de famílias de forma que seja sustentável através de gerações de família.

Nesse sentido, o olhar para o ciclo de vida, de um lado, proporciona uma oportunidade de separação de elementos relevantes que contemplam o desenvolvimento das organizações e as características da influência da família na empresa familiar; de outro lado, enriquece ainda mais a perspectiva do ciclo de vida organizacional, uma vez que, além de trazer os elementos tradicionais já compostos para o sucesso da empresa, o ciclo de vida da própria família almeja alcançar novos objetivos para agregar valor à empresa (CANÇADO *et al.*, 2013).

Ainda no que se refere às empresas de caráter familiar cabe ressaltar que Brasil essas predominam na economia e possuem características particulares em sua forma de gestão. “Em âmbito nacional, as empresas familiares de capital aberto representam cerca 47% do total de todas as empresas” (SANTOS; SILVA, 2019, p. 9)

Segundo Silva (2015), as empresas familiares se diferenciam das não-familiares por aspectos como origem, história da família fundadora, objetivos e planos os quais podem ser mantidos em acordo com as perspectivas familiares.

Para Santos e Silva (2019, p. 9), nas empresas familiares, “os objetivos organizacionais são delineados a partir dos anseios da família, conduzindo à criação de uma riqueza socioemocional, relacionada à preservação dos valores da família, como a harmonia familiar e a reputação”.

Nesse sentido, compreende-se a narrativa do produtor 1 quando afirma que assumiu a responsabilidade como diretor-presidente após o falecimento de seu pai, mas já atuava nela desde 2004 fato que corrobora com as características de uma empresa tipicamente familiar.

Outra questão fundamental para entendermos a inserção nas vinícolas frente ao desenvolvimento local /regional se refere à política de recursos humanos. A esse respeito, o Produtor 1 aponta:

Produtor 1: A gente tem uma política de recursos humanos bem amparada aí nas principais técnicas hoje de mercado. É, uma das políticas que a gente tem é contratar justamente pessoas que são daqui da cidade mesmo. A gente tenta trazer o mínimo de pessoas de fora possível, para contribuir com a cidade.

Já o Produtor 2 relata não existir política de recursos humanos na empresa.

Ainda no que tange aos recursos humanos, perguntamos se a vinícola possui algum plano de carreira para seus trabalhadores, além de incentivos ou benefícios:

Produtor 1: Possui. A gente tem um plano de carreira desenvolvido principalmente a partir da escolaridade do funcionário, para poder estimular o desenvolvimento acadêmico dele. Então, a gente tem políticas do qual se ele estudar e for se formando, quanto mais grau e escolaridade ele tem, mais o

salário proporcional. E, além disso, a gente tem também políticas de aumento salarial a partir do tempo que ele está empregado aqui conosco aqui na empresa. Então, o salário dele aumenta de acordo com o tempo de registro e com a escolaridade e cursos de desenvolvimento que o colaborador faz e aplica dentro da empresa.

O Produtor 2, por sua vez, relata não existir plano de carreira ou benefícios aos trabalhadores da vinícola.

Em relação a essa política, constata-se que a vinícola representada pelo produtor 1 é mais estruturada, buscando contratar trabalhadores locais, o que se pode considerar um ponto alto no sentido de valorizar e contribuir com o desenvolvimento local.

Um dos aspectos que se considera relevante do ponto de vista dos trabalhadores se refere à política de carreira e benefícios, já que o trabalhador se sente valorizado com tais políticas, ainda que se reconheça que, na lógica capitalista, elas visam a encobrir o processo de exploração da força de trabalho pelo qual o capital se reproduz.

Em relação à temática da gestão de pessoas, é necessária uma contextualização no que tange ao mundo do trabalho na contemporaneidade, o qual, desde a década de 90 do século XX, passa por um conjunto de mudanças que impactaram e ainda impactam a vida dos trabalhadores, seja na grande empresa, nas pequenas ou microempresas, seja no âmbito do Estado.

No contexto contemporâneo, as empresas buscam profissionais competentes, eficientes e efetivamente envolvidos com os objetivos da organização. Como o ser humano é o principal insumo responsável pela competência e sucesso das empresas, torna-se necessário entender como extrair das pessoas seus mais altos níveis de criatividade, inovação, participação e engajamento (GAULKE, 2007).

A área de gestão de pessoas no âmbito da empresa capitalista passa a desempenhar papel estratégico em que se deve conhecer a essência da organização e de cada uma de suas áreas, para melhoria de suas habilidades na área de Recursos Humanos (PANTOJA; CAMÕES; BERGUE, 2010).

A discussão acerca do tema gestão de pessoas é complexa, pois há diferenças ideopolíticas que incidem sobre as formas de compreender o fenômeno, sobretudo no contexto contemporâneo, de profundas mudanças no mundo do trabalho e na gestão da força de trabalho.

No que diz respeito à vinícola 1, constatamos que ela desenvolve ações consideradas relevantes para a satisfação de seus funcionários. Contudo, não é possível analisar, em profundidade, tais políticas, pois, para isso, seria necessário conhecer a política de cargos e os salários da empresa, dados não disponibilizados por ela.

Ainda perguntamos aos Produtores sobre a existência de projetos entre a vinícola e o município. A respeito dessa questão, o Produtor 1 relatou-nos:

Produtor 1: Não. Infelizmente a gente está numa cidade aqui em que a política, é, muito restrita no sentido de potencialidade. Então, a gente se sente uma ilha querendo desenvolver pessoas, enquanto a prefeitura da nossa cidade aqui tem tido muito pouca preocupação em desenvolvimento social. Então, até mesmo nesse sentido, é uma frustração bem grande ainda desse ponto de vista.

Produtor 2: Estamos olhando ainda, mas por enquanto não.

A narrativa do Produtor 1 revela que ele se preocupa com projetos e deseja estabelecer parcerias com a prefeitura do município onde está localizada a vinícola. Já o Produtor 2 se mostrou indiferente a essa questão.

Considerando a narrativa do Produtor 1, podemos observar que ainda não há, naquele município, uma sinergia entre a empresa e a prefeitura municipal que é responsável pela promoção de ações que visem ao desenvolvimento local. Evidentemente, tem-se claro que esse processo deve envolver muitos atores, grande ou pequeno produtor da agricultura familiar, bem como a comunidade em geral, ou seja, as ações devem ser planejadas de forma participativa, e políticas públicas devem corroborar com o desenvolvimento.

Nesse sentido, Evans (2004, p. 67), destaca que

O desenvolvimento é um objetivo agregador, já que compartilhado pelos diversos atores; ao mesmo tempo em que sua consecução depende dos recursos dispersos entre esses mesmos atores: nenhum pode implementar o projeto sozinho e cada um contribui com alguma coisa para sua realização.

Neste contexto, Tápia (2005, p. 136) destaca dois princípios das políticas públicas de desenvolvimento descentralizadas: “o local como unidade básica do desenvolvimento socioeconômico e a opção por uma estratégia concertada de tipo *bottom-up*, que mobiliza o conjunto de atores sociais pertencentes ao território”

Vale destacar que, com relação à empresa que investe em empreendimentos, é possível que ocorram ações mais proativas de apoio ao desenvolvimento local, por meio do incentivo a projetos culturais e sociais, da ampliação das compras de fornecedores locais etc. De fato, grandes empresas privadas, nacionais e internacionais, já convivem com os pequenos produtores. Existe também a presença de atores institucionais relevantes, como os governos municipais, estaduais e federal, atuando conjuntamente por meio de vários programas.

Os grandes projetos públicos e privados em implantação, ao exigirem das instituições públicas e privadas tarefas de maior sofisticação analítica e operacional, terminam por criar uma pressão social para sua transformação institucional. De um lado, a organização e gestão, bem como os recursos humanos dos entes públicos, necessitam de uma radical transformação qualitativa para atender às demandas históricas da sociedade local e, ao mesmo tempo, às novas demandas do futuro. De outro, há necessidade de inovações nos princípios filosóficos e metodológicos, quanto a natureza, objetivos, instrumentos e procedimentos das diversas instituições presentes no espaço regional e em suas congêneres em escala nacional. Novas tarefas históricas requerem novos sujeitos políticos e novos/renovados atores institucionais (NETO; CASTRO; BRANDÃO, 2017, p.240).

Portanto, como exposto, é de suma importância a colaboração e parcerias de entes governamentais para o desenvolvimento de ações regionais, contribuindo para o crescimento econômico e social da região.

Muitas empresas se desenvolvem por meio de projetos ou alguma associação que financia a empresa. Esta questão foi dirigida aos Produtores; porém, novamente, somente na vinícola 1, objetivamos uma resposta mais efetiva sobre os reais motivos da ausência de apoio a projetos sociais. Já o Produtor 2 disse simplesmente que não há projetos sociais apoiados pela vinícola.

Produtor 1: Não. Não existe por enquanto nenhum projeto social financiado pela empresa. É, nós somos uma vinícola pequena, eu até tenho esse intuito, mas a gente ainda está bastante restrito, em termos de investimentos financeiros. A gente tem um fluxo de caixa ainda pagando os investimentos iniciais, o que traz bastante desafio para a gente poder realizar projetos sociais, o qual a empresa tem muita vontade.

O Produtor 1 explica os motivos pelos quais ainda não investe em projetos sociais, pois não consegue dispor de recursos financeiros, embora tenha intenção de adotar tal prática futuramente.

Também perguntamos aos produtores se percebem alguma influência na economia do município que tenha decorrido do crescimento ou do número de empregados da empresa, como a seguir,

Produtor 1: Olha, uma das coisas que eu percebo bastante, é que a gente colocou o município no mapa. Uma das coisas que eu ouço falar, é que ninguém conhecia o município xxx, e que por conta da vinícola xxx, é, o nome tem sido reconhecido em alguns lugares. Então, é ainda bastante insipiente, um cenário que a gente vê bastante inicial, por razões da cultura brasileira do consumo de pouco vinho. Mas, entre a população que consome, o município já apareceu como uma cidade de destaque na produção de vinho.

Produtor 2: Não, pela empresa não. São poucos.

A narrativa do Produtor 1 corrobora a visão dos representantes governamentais ao afirmarem que as vinícolas deram visibilidade aos municípios; porém, ele aponta que se trata de um processo ainda incipiente, sobretudo porque não há, no Brasil, uma forte cultura de consumo de vinhos.

Entretanto, concorda-se com Siedenberg (2006, p. 11), segundo o qual “as regiões que pretenderem construir-se enquanto novos cenários na ordem global precisam se conhecer, observar seus pontos fortes e fracos, analisar seus potenciais, oportunidades e, também, as ameaças presentes”. Assim, pode-se procurar o desencadeamento de estratégias que visem ao desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida daquele território.

A vitivinicultura no Brasil tem apresentado resultados consideráveis na economia na medida em que dois tipos de vinho são produzidos com maior expressão: o de mesa e os finos. Os vinhos finos atingem participação de apenas 20%, são originados de viníferas europeias onde se encontram os estudos desenvolvidos até o momento. “O vinho de mesa representa participação de 80% da produção brasileira e são produzidos a partir de uvas americanas e híbridas”, (DEBASTIANI *et. al.*, 2015, p. 45), mas se percebe ainda dificuldades na ampliação da produção para consumo interno.

A região Sudeste possui um alto potencial vitícola. No sul de Minas, por exemplo, há um grande cultivo de uvas *Vitisvinifera* (DIAS, 2011). Mediante isto, a vitivinicultura tonou-se uma alternativa com potencial de alta rentabilidade por possuir manejo diferenciado, porém, o elemento cultural ainda é um empecilho para a expansão do consumo, o qual se encontra restrito às classes mais abastadas, inclusive pelo alto preço do produto.

Por fim, perguntamos aos Produtores acerca da EPAMIG dentro do processo de surgimento e crescimento da sua vinícola. Em relação a essa questão, os produtores apontaram a importância da empresa:

Produtor 1: Olha, a EPAMIG foi muito importante no início, mas uma das coisas que a gente percebe é que a estrutura pública de uma empresa como a EPAMIG, depende muito de decisões políticas, o que perde muito em agilidade. Então, a gente acaba tendo de investir alto recurso próprio, para conseguir fazer com que a continuidade do projeto seja viável.

Produtor 2: É, foi fundamental para o início do nosso projeto. Com certeza, fundamental.

A EPAMIG atende tanto o setor público quanto o privado, contribuindo para o desenvolvimento do Estado de Minas. Na fala dos Produtores, observa-se a grande importância atribuída a ela por suas potencialidades técnicas:

É inegável o conhecimento desenvolvido pelo Núcleo Tecnológico EPAMIG-Uva e Vinho em aprimorar a vitivinícola mineira. Em pouco mais de cinco anos, Minas Gerais saiu de uma condição inexpressiva na produção de vinhos finos, para um cenário onde já se cultivam mais de 120 mil pés de videiras finas, colocando o estado entre aqueles que mais produzem vinhos finos no país. (EPAMIG, 2017, s/p)

Cabe lembrar que, em 2010, o Núcleo Tecnológico EPAMIG Uva e Vinho obteve o primeiro espumante de Minas Gerais (REGINA, 2013). Esse vinho foi extraído por um vinhedo no município de Andradas (sul de Minas), utilizando-se de uvas tipo *Chardonnay*, com a tecnologia desenvolvida pela EPAMIG. A partir de então, três cidades mineiras se destacaram na produção de vinhos: Três Pontas, Três Corações e Cordislândia, com a utilização das uvas *Syrah*, *Sauvignon Blanc*, *Cabernet Sauvignon* e *Cabernet Franc* (REGINA, 2013).

Atualmente a EPAMIG (2021) desenvolve o Programa Estadual de Pesquisa em Vitivinicultura e atua diretamente no desenvolvimento dos novos polos vitícolas. Esse programa ainda atua no trabalho de “adaptação para as condições brasileiras da técnica de enxertia de mesa para produção de mudas de videira, assim como a seleção de clones da videira Bordô produtivos e resistentes ao aborto de flores” (EPAMIG, 2021, s/p). Também desenvolve pesquisa sobre a adaptação regional de variedades de videira para elaboração de sucos de uva, bem como adaptação de variedades viníferas tintas e brancas ao manejo da dupla poda, seleção de porta-enxertos para as cultivares *Syrah*, *Merlot* e *Cabernet Sauvignon* em manejo de dupla poda, caracterização das regiões produtoras de *Syrah*, técnicas de vinificação (EPAMIG, 2021).

Contudo, apesar da importância da EPAMIG no assessoramento técnico para a produção de vinhos de dupla poda nos municípios estudados, os produtores indicam que os aspectos políticos, por ser uma empresa pública, interferem na agilidade das respostas. Evidentemente, reconhece-se que uma empresa pública atende diferentes atores – públicos ou privados, além de estar submetida a normativas, legislações e orçamentos que podem gerar morosidade nos processos de assessoramento técnico.

Em relação ao aspecto político mencionado pelo Produtor 1, cabe refletir sobre as diferenças que existem entre os setores públicos e privados, uma vez que estes funcionam com lógicas distintas. O setor público, vinculado à administração pública, padece de descontinuidades orçamentárias que prejudicam o andamento das pesquisas.

Do ponto de vista político, destaca-se que as empresas públicas estão submetidas às programáticas governamentais que, por sua vez, expressam ideologias e vontades políticas. Nesse sentido, é compreensível que a EPAMIG, como empresa pública, seja também atravessada por tais situações.

Vimos até aqui que os produtores das vinícolas estudadas ainda não se articulam com o poder público dos respectivos municípios para juntos promoverem o desenvolvimento local e contribuir para o desenvolvimento regional na medida em que as ações são dispersas e individualizadas, com pouca repercussão na municipalidade.

A partir de agora, iremos dialogar com os representantes do poder público municipal e buscar compreender as suas percepções sobre as potencialidades das vinícolas para os seus municípios.

4.3 A avaliação dos gestores municipais

Na análise das entrevistas com os gestores representantes dos municípios onde se desenvolve a vitivinicultura foi possível identificar as seguintes categorias: vitivinicultura com fonte de notoriedade para os municípios; turismo rural e agronegócio; papel da EPAMIG. É necessário destacar que categorias identificadas nas entrevistas com os gestores guardam relação com aquelas realizadas com os produtores e com os dados relacionados aos municípios da região do sul de Minas.

Com o intuito de preservar a identidade dos gestores, estes foram identificados por números de 1 a 3: Gestor 1 (Município 1), Gestor 2 (Município 2) e Gestor 3 (Município 3).

A primeira questão dirigida aos representantes do poder público foi sobre a identificação de implicações positivas derivadas da presença das vinícolas no município, constatando-se unanimidade sobre os efeitos positivos. Contudo, no desenrolar da entrevista, percebemos que existem lacunas, contradições e deficiências no que tange à participação das vinícolas para o desenvolvimento das cidades.

Entre as implicações positivas o Gestor 1, por exemplo, ele aponta a geração de renda, emprego e capacitação, sem explicitar, contudo, os números ou dados que evidenciam tais resultados.

Já os entrevistados 2 e 3 indicam que as vinícolas trazem notoriedade e reconhecimento ao município:

Gestor 2: Primeiro a notoriedade. A questão da gente de ter um vinho que é reconhecido nacionalmente faz com que as atenções se voltem para o Município 2. Então, o Município 2 ficou um lugar mais assediado, um lugar que antes era conhecido só pela cafeicultura, “está” chamando a atenção para outros tipos de atividades agrícolas, não é? Como o vinho e nós ainda tivemos a sorte do vinho ainda ser reconhecido, a projeção do vinho, nacional, ele foi um vinho premiado. Então, hoje muitas pessoas identificam, o vinho xxx como um vinho do Município 2. E isso é bom para a gente, atrai,

inclusive, um tipo de atividade que está muito em alta, que é o que a gente chama de turismo agrícola, que é quando pessoas vêm visitar, para ir justamente nestes locais, ou em fazenda de café, ou na vinícola, para conhecer como que o vinho é fabricado, como é feito, conhecer a propriedade em si, rural, que faz com que ele chegue ao mercado.

Gestor 3: A implicação positiva maior que tem é que ela chama a atenção para uma nova perspectiva do agronegócio aqui na região. Porque o Município 3, tradicionalmente, é uma região já consagrada, podemos dizer assim como produtora de cereais, de soja, de café, de gado de leite e gado de corte. Agora, a fruticultura, ela está começando a entrar na região. Nós temos um pouco de citricultura, abacate tem bastante e de um tempo para cá, realmente, a viticultura está começando a chamar atenção, com estes destaques que eles estão conseguindo ter, principalmente em termos de reconhecimento da qualidade do produto que está sendo produzido aqui na nossa cidade, no nosso município.

Os gestores associam benefícios à presença da instalação das empresas em seus respectivos municípios e é possível perceber que cada um é atingido por reflexos diferentes dessa presença. Nos municípios 2 e 3, vemos evidenciada a questão do Agronegócio e do Turismo Agrícola como uma possibilidade para desenvolvimento do município.

Na atualidade, muito se tem falado sobre essas questões, na medida em que algumas cidades sul-mineiras ganham destaque por suas produções artesanais, bem como belezas naturais que atraem turistas do Brasil e do mundo. Dessa forma, as vinícolas e a vitivinicultura, na avaliação dos representantes do poder público, seriam um atrativo a mais, pois outras atividades já são exercidas, mas seriam ainda mais valorizadas.

Pode-se perceber que – nesses locais, os quais já possuem belezas naturais, produções artesanais, plantações diversas e ainda a agroindústria – a diversificação da oferta turística com relação às demandas pode gerar expansão desse mercado, consolidando-o. Cyrillo *et. al.* (2019, p. 10) comentam que o “ser humano da cidade”, em movimento de fuga da vida da metrópole, procura opções diferentes da vida agitada que a cidade grande oferece. Muitas vezes esse turista não quer mais frequentar as praias, que já possuem fluxos constantes, optando pelo caminho rural, pois “a associação entre qualidade de vida e espaço rural reforça o interesse das pessoas por destinos que representam possibilidades de contato com experiências e modos de vida diferentes daqueles encontrados nos espaços urbanizados”.

A criação da Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais (SETUR), em 1999, marcou o início da política descentralizada no Estado, caracterizada pela participação da sociedade na definição das prioridades do turismo no estado, verificada no programa de Circuitos Turísticos (EMMENDOERFER *et al.*, 2007).

O destaque sobre as possibilidades de desenvolvimento promovido pela vitivinicultura ao município leva-nos a pensar sobre a importância da ação planejada para que esse processo se dê, ressaltando que o planejamento é uma ferramenta imprescindível para as administrações públicas que apostam no desenvolvimento do setor (MOLINA, 2005). O planejamento, dessa forma, pode e deve ser percebido como uma ferramenta para o desenvolvimento local.

Abdala (2018) destaca que políticas públicas que assegurem melhores posturas urbanas municipais são muito bem-vindas, assim como a promoção de melhores condições sociais, estimuladas por incrementos nas oportunidades de trabalho, que confrontem os correntes mecanismos de acumulação infinita, fomentados pelo projeto neoliberal de globalização. Contudo, é importante discutir os aspectos críticos que envolvem o crescimento e o desenvolvimento dessas localidades.

Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (s/d)⁸, a área total ocupada pelas cidades em todo o planeta é de em média 2%. A observância sobre a zona urbana se faz para verificação sobre a área e o cumprimento dessa função. Segundo Mota (1981, p. 15), essa função será cumprida e a qualidade de vida será garantida aos munícipes se as cidades tomarem “consciência de si mesmas, observarem-se como seres vivos e tratem de coordenar esforços para alcançarem objetivos comuns a todos os seus habitantes e agentes sociais”. Nesse sentido, é importante que o desenvolvimento considere os agentes sociais como um todo, mas, também, os aspectos globais do crescimento, o direcionamento e as ações estratégicas de planejamento.

Nessa direção, Molina e Rodríguez (2001, p. 14) observam que o planejamento turístico vem passando por transformações, pois “o planejamento centralizado está cedendo lugar a um outro mais participativo, que reconhece as capacidades e interesses locais e regionais e as realidades dos grupos humanos e econômicos que atuam em suas respectivas áreas”. Mas cabe indagar: esse movimento de turismo traz desenvolvimento e envolvimento de “todos”? Benefícios a “todos”?

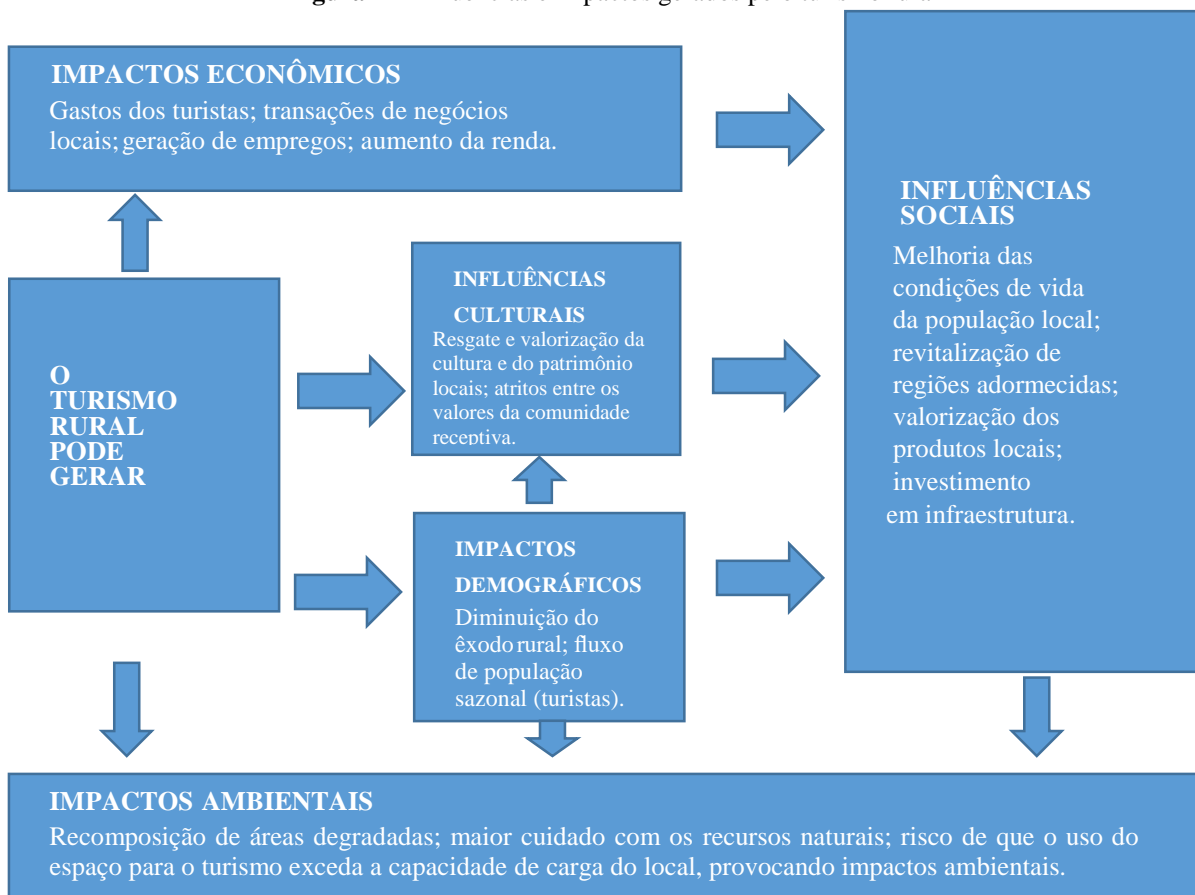
No contexto do turismo rural, o planejamento reveste-se de significativa relevância para as comunidades rurais, uma vez que os recursos físicos, humanos e financeiros são, na maioria das vezes, escassos e as comunidades precisam estabelecer estratégias de planejamento adequadas à situação local e que favoreçam não só a maximização das influências positivas sobre a sociedade e a cultura como também os impactos positivos sobre a economia e o ambiente locais (SOUZA; KLEIN, 2019, p. 69).

Na comunidade rural os recursos humanos, físicos e financeiros geralmente são escassos. Mediante isto, segundo Souza e Klein, o turismo rural se torna uma grande alternativa

⁸ Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/prefeitos/nova-agenda-urbana.html>>. Acesso em out. 2021.

para a comunidade trazendo benefícios tanto econômico, quanto financeiro e ambiental, alcançando assim, diversas áreas do desenvolvimento rural, conforme Figura 4.

Figura 4 – Influências e impactos gerados pelo turismo rural



Fonte: SOUZA; KLEIN, 2019.

A Figura 4 acima mostra os impactos gerados pelo turismo rural nas comunidades como atividade socioeconômica, de forma positiva ou negativa, interligados, mas sucederá sobre cada localidade de forma diferente, pois dependerá do planejamento e das prioridades do local. Isso significa dizer que, se não for realizado um bom planejamento como estratégia para o turismo rural avaliando-se o potencial social, ambiental e econômico, este pode trazer impactos negativos para a população (SOUZA; KLEIN, 2019).

Conforme os autores supracitados, o turismo é uma atividade que ocupa o espaço e seus recursos, até mesmo humanos, a inclusão dessa atividade socioeconômica provoca transformações nas comunidades locais. Deste modo, Ruschmann (1999), citado por Souza e Klein (2019), destaca que o processo de planejamento turístico pode ser uma ferramenta que possibilita estabelecer a ação humana sobre o espaço turístico, a fim de alcançar objetivos e evitar impactos negativos da atividade sobre o espaço e os atrativos do turismo.

Com objetivo de efetivar o turismo rural sem promover danos, Souza e Klein propõem

o planejamento estratégico rural por considerar que esse modelo é dialógico e aproxima a comunidade na sua efetivação, promovendo o envolvimento dela.

No âmbito do turismo rural, Souza e Klein (2019, p. 70), baseados em Long e Nuckolls (1994), apontam dez passos para o planejamento, envolvendo atividades turísticas e não turísticas, quais sejam:

- (1) reunir informações; (2) identificar valores das comunidades; (3) desenvolver uma visão; (4) identificar preocupações e oportunidades críticas; (5) formular uma missão; (6) desenvolver metas; (7) desenvolver objetivos; (8) delinear ações e consolidar as estratégias; (9) avaliar o progresso; e (10) atualizar e modificar o plano.

Os autores apontam ainda que o planejamento do turismo rural pressupõe a consecução de quatro fases:

Quadro 2 – Fases do planejamento do Turismo rural

Fases do planejamento	Avaliação da capacidade da comunidade	Estratégia e execução	Formalização e controle da atividade
Atividades do Planejamento	1. Reunir informação. 2. Identificar valores. 3. Desenvolver visão. 4. Identificar Preocupações. 5. Formular missão.	6. Desenvolver metas. 7. Desenvolver Objetivos. 8. Delinear ações e estratégias.	9. Avaliar o progresso. 10. Atualizar o plano.

Fonte: SOUZA; KLEIN, 2019, p. 72.

Analisando o Quadro 2, de acordo com Souza e Klein (2019), a primeira fase tem por objetivo avaliar a capacidade da comunidade em receber turismo e inclui as cinco primeiras atividades de planejamento, quais sejam:

1. Reunir informação: Coleta de dados formal e informal para o planejamento é fundamental, deve-se reunir informações derivadas de inventários de recursos turísticos; 2. Identificar valores: Identificar qual o valor de qualidade de vida da comunidade; 3. Desenvolver visão: Qual o objetivo do grupo de trabalho, tanto quanto estejam dispostos a mudar para atrair e satisfazer necessidades dos turistas; 4. Identificar preocupações: O grupo deve enxergar um cenário amplo dentro do qual o desenvolvimento do turismo está implantado. Em muitos casos as preocupações e oportunidades devem ser traduzidas dentro do grupo em metas e objetivos; 5. Formular missão: A missão estabelecerá uma finalidade do grupo para existir e a quem eles prestaram o serviço (SOUZA; KLEIN, 2019, p. 72).

Estas são as etapas que requerem maior envolvimento da comunidade e talvez sejam as mais importantes do processo de planejamento para que não haja impactos negativos.

A segunda fase, relativa à formulação de estratégias e à execução da atividade turística, contempla três das atividades de planejamento:

1. Desenvolver metas: As metas são estabelecidas pelos grupos de trabalho na área do turismo, necessitando ou não de ajuda profissional externa.;
2. Desenvolver objetivos: Os objetivos são definidos como procedimentos de ações que propõem como atingir as metas.
3. Delinear ações e estratégias: Definir estratégias e ações a fim de detalhar como cada objetivo deverá ser realizado (SOUZA; KLEIN, 2019, p. 72).

Esta fase permite traduzir valores e visão para o campo de ação, possibilitando prever os resultados. A terceira etapa do planejamento compõe em:

1. Avaliar os progressos: Avaliar todo o processo do planejamento executado, para determinar a efetividade;
2. Atualização do plano organizacional da atividade: Aqui se faz necessário a revisão do plano antes que este seja implantado (SOUZA; KLEIN, 2019, p. 72).

Nesta etapa, o valor, a missão e a visão da organização devem ser mantidas. Nesta fase viu-se a importância de avaliar e rever todo o processo do planejamento para que tenha o desenvolvimento completo da organização.

O turismo rural é aqui considerado um fenômeno sociocultural e é marcante no desenvolvimento das comunidades. Influencia fortemente a forma com a qual se desenvolvem, seja culturalmente ou com a relação ao seu ambiente, à economia ou às outras áreas de sua vida. É necessário que haja, porém, políticas e direcionamento nessas localidades, para que se desenvolva de forma responsável.

Como vimos até aqui, o turismo rural se destaca nas narrativas como potencial para o desenvolvimento dos municípios e região. Entretanto, pelo fato de as vinícolas estudadas serem ainda pequenas, elas não contam com a participação da agricultura familiar na produção das uvas, ou seja, as uvas são produzidas e processadas pelas próprias vinícolas.

No que tange especificamente à vitivinicultura, ganha relevo o Enoturismo, ou seja, o turismo relacionado à produção de vinhos. Trata-se de uma “atividade caracterizada pelo deslocamento de pessoas a localidades que possuem tradição na produção de uvas e fabricação de vinhos, bem às regiões emergentes da atualidade.” (LOCKS; TONINI, 2005, p. 159).

O Enoturismo teve origem em meados da década de 80 do século XX. “O termo é resultado da união de ena e turismo, sendo que, segundo o Vocabulário Della Língua Italiana, ena deriva do grego oinos e significa vinho” (LOCKS; TONINI, 2005, p. 159).

Nos países europeus, com tradição no consumo de vinho, como França, Itália, Espanha, Portugal e Alemanha, as vinícolas são tão visitadas quanto os museus, afirma Valduga (2005). Também na América Latina – (Chile, Argentina e Uruguai), nos Estados Unidos (Califórnia) e na Austrália, essa prática é constatada.

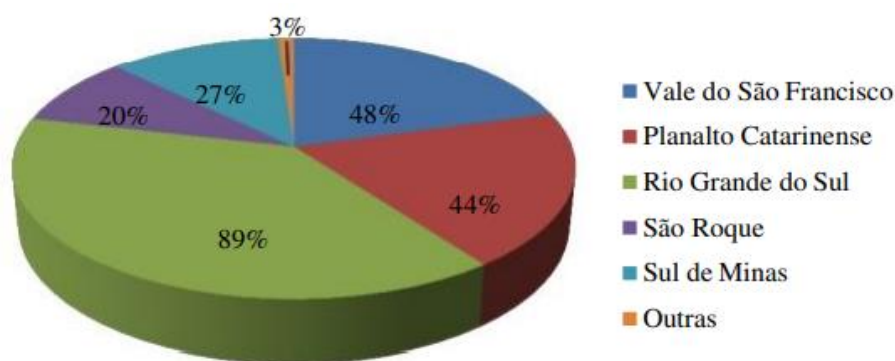
O segmento do Enoturismo no Brasil tem se ampliado à medida que se expande a cultura do consumo de vinho no país, e as vinícolas encontram, nessa atividade, a possibilidade de tornar conhecidos os seus produtos, ampliando a comercialização. Conforme Valduga (2005), para que vinícolas possam desenvolver o Enoturismo, é necessária a organização dos produtores em associações, federações. Essas formas de organização são passos importantes para o fortalecimento do setor, permitindo, inclusive, realizar pressão sobre os organismos governamentais para a implantação de políticas públicas.

Tonini (2008) também destaca a importância de políticas públicas que viabilizem a infraestrutura, como estradas, sinalização de rotas do vinho, além de ofertas de outros serviços destinadas ao enoturista. A autora ainda expõe que, nos países europeus de tradição em vinhos, foram desenvolvidas inúmeras ações, tais como o estabelecimento de normas para regulação das rotas do vinho visando ao desenvolvimento rural sem prejuízos ao meio ambiente, além da adoção de estratégias de *marketing* para a divulgação das rotas.

Outro passo importante para a viabilização do Enoturismo, destacado por Valduga (2005), refere-se às certificações das regiões, a fim de que os vinhos sejam reconhecidos nos rótulos pelos lugares onde foram produzidos. Valduga (2005) reforça a importância das certificações por regiões por serem meio eficaz para identificação do produto articuladamente à sua qualidade. A defesa do processo de certificação é pertinente, especificamente, no que tange aos vinhos, pois é prática recorrente lembrar deles nos referindo às regiões onde foram produzidos, como Bordeaux- França ou Dão, Porto e Vinho Verde, Portugal, entre outros.

Pesquisa realizada por Coutinho *et. al.* (2017) sobre o conhecimento de brasileiros sobre o Enoturismo e as principais regiões citadas por 120 respondentes demonstrou que o Rio Grande do Sul é a região mais lembrada quanto se trata de vinhos e enoturismo, com 89%. É interessante observar que o sul de Minas Gerais é apontado por 27% dos respondentes ficando em terceiro lugar na ordem das citações (Figura 5).

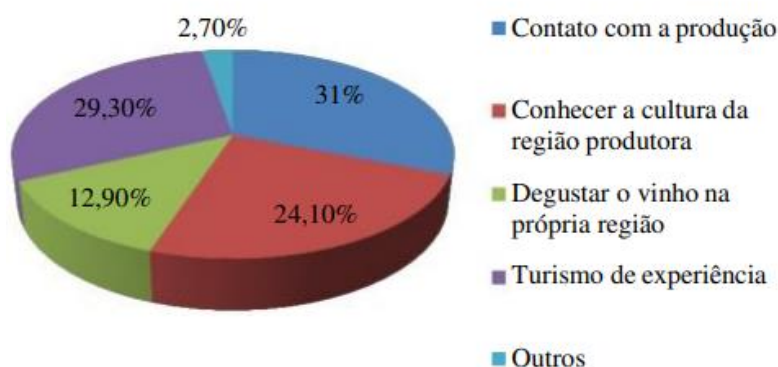
Figura 5 – Regiões vinícolas mais conhecidas



Fonte: COUTINHO *et. al.*, 2017

A referida pesquisa também buscou conhecer as motivações dos respondentes para a prática do Enoturismo. Foram obtidas as seguintes respostas:

Figura 6 – Motivos para o Enoturismo



Fonte: COUTINHO *et. al.*, 2017.

A Figura 6 revela que a busca pelo Enoturismo ainda não é majoritariamente motivada pela degustação do vinho, mas, principalmente, pelo desejo de experiências de turismo e de conhecer a cultura da região produtora. Nessa direção, essa afirmação corrobora a de Valduga (2005) acerca da certificação das regiões produtoras, pois ela, de fato, contribui para o esperado reconhecimento pelos consumidores.

Tonini também aponta as mesmas motivações para o Enoturismo:

E passear por uma região de vinhedos vai além da degustação de vinhos ou da oportunidade de apreciar a paisagem, pois o turista busca um conjunto de sensações proporcionadas a todo instante, em todo momento que ele considera estar consumindo o produto turístico (TONINI, 2009, p. 9).

A partir das reflexões acima apresentadas, podemos inferir que a vitivinicultura do sul de Minas possui potencial para a Enoturismo seja por conta da qualidade dos vinhos produzidos,

muitos já premiados, seja pelas belezas naturais da região. Entendemos que seja necessária a implementação de políticas públicas, juntamente com a organização dos produtores, de forma a criar os mecanismos de estímulo a essa prática.

No que se refere ao Agronegócio, cabe destacar que, embora, nos últimos anos, ele tenha alcançado protagonismo de ganhos de produtividade no Brasil por conta da exportação massiva de produtos como a soja, o milho e os produtos da pecuária, por meios dos *commodities*, esse mesmo agronegócio produz destruição ambiental seja pelo desmatamento de grandes florestas, a exemplo do que ocorre na Amazônia, seja pela poluição de mananciais e rios.

Nessa direção, Martins (1981, p. 176-177) diferencia a terra de trabalho da terra de negócio:

A primeira caracterização se refere à terra como instrumento de trabalho e sustento do camponês e sua família, e a segunda, a terra aparece enquanto base de um empreendimento que se volta ao capital, na qual a reprodução ampliada do dinheiro aí investido pode ser traduzida como o objetivo último deste tipo de exploração.

Nas palavras de Oliveira (2007, p. 147), essa oposição pode ser evidenciada ainda como: “aquela em que de um lado está a milenar atividade econômica produtora de alimentos necessários à vida humana, e, de outro, a produção de *commodities*, principalmente aquelas que permitam ao empresário agrícola auferir uma maior renda fundiária com a sua produção”.

No que se refere ao produtor sul-mineiro, vemos que os gestores entrevistados acenam com a produção já existente em suas cidades, como grãos e outros que se destacam e veem a uva como possibilidade na terra em que muito se cultiva.

Em 2017, segundo o IBGE, o setor “agro” apresentou o melhor desenvolvimento de nossa economia e, com certeza, temos em Minas Gerais grande força produtiva. E isso sem contar que os dados censitários revelam que a mão de obra predominante no espaço agrário brasileiro é de origem familiar (GIRARDI, 2010).

Nesse sentido, é oportuno destacar a análise de Oliveira (2003), que chama atenção para os dados do comércio exterior brasileiro pelos quais pode-se verificar a lógica perversa do mercado na qual se insere o agronegócio. Este atua para que a agricultura seja rentável e regulada pelo mercado internacional, capaz de fazer com que nosso país exporte cada vez mais, o que muitas vezes gera falta de alimentos para a população brasileira.

No município 3, por exemplo, fica evidenciada a força do agronegócio, e podemos dizer, então, que, nos municípios 2 e 3, os fatores “notoriedade” e “chamar atenção para a cidade” são de grande valia aos gestores locais. Mas cabe indagar até que ponto a notoriedade valeria a pena

e traria bons frutos ao município. Talvez seja oportuno refletir sobre a temática de forma a compreender os impactos positivos ou negativos que o agronegócio traz, pois, no sul de Minas Gerais, há a concentração de municípios de pequeno porte, cuja mão de obra é familiar.

De acordo com informações de produtores rurais, a agricultura familiar é um tipo de agricultura desenvolvida em pequenas propriedades rurais. Possui esse nome por ser realizada por grupos de famílias de pequenos agricultores (IBGE, 2020).

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. De acordo com essa Lei, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006). No Brasil, a agricultura familiar está presente em quase 85% das propriedades rurais do país. Cerca de metade desse percentual está concentrado na região nordeste, responsável por cerca de 1/3 da produção total (IBGE, 2020).

Segundo o IBGE (2020), a agricultura familiar emprega cerca de dez milhões de trabalhadores e envolve mais de quatro milhões de famílias. É responsável pela economia de 90% dos municípios com até vinte mil habitantes; 40% da população economicamente ativa depende dessa prática. Ocupa 23% do território nacional e 77% dos estabelecimentos; 70% dos agricultores possuem de um a 50 hectares de terra, e 70% da alimentação que vai para a mesa do brasileiro é produzida por esse setor. Sua produção está assim representada: 70% do feijão; 34% do arroz; 87% da mandioca; 46% do milho; 38% do café; 21% do trigo; 60% do leite; 59% do rebanho suíno; 30% dos bovinos; entre outros, como os produtos.

No contexto da agricultura familiar, vale destacar a Revolução Verde, que, conforme Santana (2005), tinha como intuito uma produtividade no meio rural. O programa teve como principais mudanças propostas de pesquisas em relação às sementes, desde sua fertilização até o seu uso em máquinas, a fim de detectar o seu desenvolvimento desde o solo e sua resistência a pragas. Essa evolução no meio agrícola surgiu nos Estados Unidos em 1966, em uma exposição em Washington, por William Gown, com intuito de modernizar a agricultura e concretizar um mercado consumidor (SANTANA, 2005).

De acordo com Andrades e Ganimi (2007), a Revolução Verde foi um grande marco para a modernização do setor agrícola, com a inclusão de máquinas, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, a fim de aumentar a produtividade no meio rural. Mediante isso, agricultores do Brasil começaram a utilizar essa nova tecnologia.

A Revolução Verde surge no Brasil com o intuito de inovação do campo, da redução da fome, do avanço da produção e, sobretudo, como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento. A partir disto, começam a ser apresentados os negócios do agronegócio com a propagação de tecnologias agrícolas que procuravam abertura no mercado de consumo, como os agrotóxicos e fertilizantes químicos (SANTOS, 2010).

Pode-se destacar que, nos parâmetros da Revolução Verde, foi incorporada a tecnologia no meio agrícola, tendo a mudança do método tradicional, resultando a modernização da agricultura no Brasil (SANTOS, 2010).

Como visto, o desenvolvimento da agricultura no Brasil tem como principal referência a Revolução Verde. Esse modelo, introduzido no Brasil a partir da década de 1960, preconizava a reprodução de processos de desenvolvimento para os espaços rurais com ênfase no urbano e no industrial, sob a justificativa de “modernização da agricultura”.

De acordo com Leite (2001), após a década de 1960, as políticas públicas, principalmente o crédito rural, cumpriram papel fundamental para a transformação da base técnica dos estabelecimentos rurais, o aumento da produtividade do setor agropecuário, agregando valor para a consolidação dos complexos agroindustriais, as cadeias agroalimentares e a integração do capital agrário à valorização do capital financeiro.

A agricultura familiar, atualmente, é reconhecida pela sua potencialidade na economia do Brasil, devido à geração de alimentos, emprego e renda, garantindo, assim, a permanência do homem no meio rural. Em Minas Gerais, o potencial desse segmento pode ser medido pela expressiva quantidade de estabelecimentos rurais existentes: 77% estão ocupados por agricultores familiares, o que representa 383 mil propriedades rurais (IBGE, 2020). Entretanto, apesar da importância da agricultura familiar, observam-se a sua desvalorização e a exaltação do agronegócio como a chave para o desenvolvimento do país.

As dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores e a expansão do agronegócio tem levado a inúmeras questões de ordem social, econômica e ambiental. A tecnologia, por exemplo, é um fator determinante e tem levado ao êxodo rural diversas famílias. Ela tem diminuído consideravelmente as taxas de emprego no campo (SANTOS, 2010).

Ao longo da pesquisa com os gestores municipais, perguntamos se é possível observar alguma implicação negativa da presença das vinícolas nos respectivos municípios. Na leitura deles, não há nenhum fator negativo. O Gestor 1, por exemplo, esclarece que não há fator negativo porque *“eles tratam lá todos os resíduos, que poderia ser descarte de algum material, alguma coisa, mas eles tomam todo o cuidado, é bem-feito. Então, não tem implicação negativa não”*.

Já o Gestor 2 apontou: “*é muito recente a produção de vinho local, assim, perto do que a gente tem em relação ao café, ao gado, ao leite. Então, eu ainda não consigo enxergar alguma implicação negativa clara da vinícola, não consigo. Até agora são só pontos positivos*”.

O Gestor 3, por sua vez, indica que não vê influência negativa, mas aponta que as vinícolas podem enfrentar alguma dificuldade por estarem em uma região tradicionalmente voltada para o cultivo do café, logo, com baixa oferta de mão de obra especializada:

Negativa, não sei se seria o caso, mas o que eu acho que talvez, mas não é negativa, mas é uma dificuldade que talvez a viticultura tenha, é por não ter tradição da produção aqui na região. Então, muitas vezes a mão de obra qualificada, para fazer algum determinado tipo de trabalho específico na cultura, ele vai ter essa dificuldade. Mas isso não gera nenhum impacto negativo, pelo que eu estou entendendo da pergunta, no município. (Gestor 3)

O Brasil é o maior produtor e exportador de café em nível mundial, a frente do Vietnã, Indonésia e Colômbia, sendo os quatro países os maiores exportadores de café do mundo. Dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFE) apontam que as exportações brasileiras de café, em março 2021, somaram 3,438 milhões de sacas de 60 kg e renderam US\$ 450,2 milhões. Esse desempenho elevou os embarques, no acumulado do primeiro trimestre de 2021, para 11,015 milhões de sacas, apresentando um crescimento de 10,4% na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Em receita cambial, o avanço é de 6,1% no agregado até março, com os embarques rendendo US\$ 1,437 bilhão ao país. O Brasil é o segundo maior consumidor da bebida do mundo, atrás apenas dos EUA, que consome anualmente 24 milhões de sacas (CECAFE, 2021).

É possível discutir dois aspectos elencados pelos gestores. Não existe, *a priori*, profundos conhecimentos sobre o funcionamento dos processos realizados nas empresas, mas algumas observações se fazem importantes. A primeira se refere às parcerias público-privadas que orientam a proteção ambiental, a destinação de resíduos e a manutenção da sustentabilidade, as quais podem ser sugeridas aos gestores. A sustentabilidade, portanto, se refere à “existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana em um nível específico de bem-estar para as presentes e futuras gerações” (SARTORI, 2014, p. 4), correlacionada diretamente ao desenvolvimento humano das populações locais.

Com relação ao desenvolvimento sustentável, deve-se ressaltar a previsão constante do artigo 3º da Lei Geral de Licitações (Lei n. 8.666/93, com redação dada pela Lei n. 12.349/10), que incorporou como objetivo do processo licitatório a “promoção do desenvolvimento nacional sustentável”.

Cabe ainda destacar que a sustentabilidade deve ser pensada tanto em termos ambientais

quanto em relação às pessoas, sobretudo quando se refere ao desenvolvimento de base territorial, razão pela qual Guimarães (1998), em um documento publicado pela CEPAL/ILPES, aponta que o desenvolvimento sustentável não deve ser medido somente por meio de índices econômicos, mas também pela qualidade de vida da população, associando outras dimensões como a ecológica, ambiental, social, cultural, política e ética.

Conforme explicam Guimarães e Feichas (2009), a sustentabilidade de um território pressupõe a inter-relação de cinco dimensões: 1) a população (tamanho, composição, densidade); 2) a organização social (padrão de produção, estratificação social, dinâmica demográfica); 3) o entorno (ambiente físico e construídos, processos, padrão de resolução de conflitos); 4) a tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia) e 5) as aspirações (padrão de consumo, valores, cultura).

Vale a pena ressaltar que, na narrativa do terceiro respondente, há destaque para a importância de variar a produção e o pertencimento ao setor agroindustrial.

Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e por todas dificuldades e desafios que vieram junto com ela. Mas o produtor rural seguiu produzindo e se esforçando para não faltar nada para os consumidores de produtos agrícolas e pecuários de Minas, do Brasil e do mundo. A prova disso está nos números do Valor Bruto da Produção (VBP): entre janeiro e novembro/2020, a agropecuária do estado movimentou pouco mais de R\$ 100 bilhões, com crescimento de 21,9% frente ao mesmo período em 2019. A agricultura foi a que demonstrou maior arrojo com a movimentação de R\$ 59,96 bilhões, com alta de 30,1%. Os números são expressivos e mostram grande potencial de crescimento, mesmo frente a crises como a que estamos enfrentando no momento, a pandemia do COVID – 19.

Uma outra questão dirigida aos representantes do poder público municipal se refere aos pontos fortes do funcionamento das vinícolas. Nessa direção, observamos a questão econômica e a visibilidade, apresentadas como preponderantes.

Gestor 1: Pontos fortes? O que eu vou responder? Uai, volta de novo na questão econômica do município. Na questão econômica, na divulgação do município também, porque o nosso município é muito pequeno, não tem nada de grande, de grande proporção, ou que traga o conhecimento, e isso leva bastante conhecimento viu. Até uma época, que eles estavam fazendo até um tipo de turismo rural ali, sabe. Bom, teve até pessoas vindo visitar a vinícola e serviam almoço, entendeu? Um programa assim. Então, foi muito bom nesse sentido assim.

Gestor 2: Na verdade, hoje em dia, como a fabricação praticamente começou de uma forma familiar, então como ela ainda é considerada uma empresa

familiar, o que mais agregou ao município, o que mais foi importante para o município no momento, foi a questão da notoriedade do vinho, da questão de levar o nome da cidade. Te dando o exemplo de queijos artesanais, por exemplo, como o Alagoa, então assim, o que mais contribui para nós é essa visibilidade. A gente ainda não consegue mensurar, se tem algum impacto econômico muito significativo, ao ponto de gerar muita receita, de gerar muito emprego, isso eu não sei te falar com certeza não. Ainda não tem como mensurar isso. Agora, a longo prazo, imagino que sim, que isso vai ter, agora, o mais importante realmente é chamar a atenção para a cidade. Do ponto de vista turístico, e do ponto de vista de um lugar, onde tem produtos bons.

Gestor 3: Olha, difícil de eu te falar assim os pontos fortes. Por uma, que não conheço a empresa ainda. Não tive oportunidade de ir lá visitar a empresa ainda, então não a conheço. A gente só sabe dos relatos. Então, eu não teria condições de te informar agora os pontos fortes, que eu vi, seria mais essa questão de ser uma agroindústria, que a gente tem pouco aqui no município. Apesar de ser um grande município, produtor de cereais de maneira geral. É um município que tem uma atividade agrícola muito intensa, e isso é o ano inteiro, mas a gente não tem a agroindústria forte aqui no município. Basicamente, tudo que é produzido aqui é exportado. Vai para outro lugar. A agroindústria tradicional que a gente tem é o laticínio, que tem uma fábrica, uma unidade de leite e, fora isso, a gente não tem nenhum outro tipo de agroindústria, então talvez um ponto forte seria um início de diversificação da atividade agroindustrial.

A diversificação rural pode ser compreendida como pluriatividade que, de acordo com Silva (2001), representa a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera de suma importância a criação de um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades.

Para que os agricultores familiares possam se manter em um ambiente de constantes mudanças e adaptações, acredita-se que a elaboração de alternativas lhes proporcione uma maior garantia de sobrevivência e um maior acesso a melhores rendas. A diversificação talvez possa ser considerada uma das formas de promoção de melhores condições de vida aos produtores familiares. Isso se deve ao fato de ser apontada como segmento indispensável para a sobrevivência e competitividade dos territórios rurais, por promover o mercado de trabalho e renda. Nessa direção, lembremos a teoria da base de exportação North (1955), a qual ganhou importância em demonstrar a inadequação da teoria de crescimento econômico regional, por meio da análise histórica do desenvolvimento das regiões norte-americanas.

Conforme o autor, uma determinada região percorre distintos estágios no transcurso de seu processo de desenvolvimento, iniciando este processo por atividades de subsistência, passando por uma diversificação da produção agrícola, decorrente da expansão do comércio inter-regional, atingido a industrialização e, por fim, alcançando uma especialização em

atividades terciárias, produzindo, sobretudo, para o mercado externo (NORTH, 1955).

Para North (1955), do ponto de vista da região, a demanda pelo produto de exportação era um fator exógeno, isto é, fora do controle da região; não se pode dizer em relação aos custos incorridos pelas regiões. Segundo North (1955), as “novas regiões” se forçam para reduzir esses custos com o intuito de melhorar a posição competitiva dos produtos exportáveis das novas regiões.

North (1955) aponta que as regiões em torno de uma base de exportação desenvolvem economias externas que melhoram a posição do custo competitivo de seus produtos de exportação, sendo todos os esforços orientados para a base de exportação, reforçando a dependência dessas regiões aos produtos primários, não promovendo mudanças na base de exportação. O autor destaca as vendas ao mercado externo como fator primordial ao crescimento de uma determinada região.

As narrativas acima elencadas corroboram a tese de North acerca da perspectiva de desenvolvimento regional com o avanço nas exportações.

Ao perguntarmos aos gestores municipais sobre os pontos fracos do funcionamento das vinícolas nos respectivos municípios, obtivemos as seguintes questões:

Gestor 1: Um dos pontos fracos é a produção de uvas mesmo, própria sabe, dentro do vinhedo, que é por alguma condição de trabalho ou de clima, se uma, não se conseguiu produzir uma quantidade, uma produtividade muito alta de uva, você entendeu? Seria só essa.

Gestor 2: Não tem ponto fraco. Não tem nada que eu possa falar do ponto de vista, é igual eu disse negativo. Nada que impacte assim, de forma negativa.

Gestor 3: É, uma coisa que eu acredito que falte aqui no Município 3, e a gente tem conversado muito, isso lá na prefeitura, mas isso não é específico. É, a gente não tem, por exemplo, um comitê gestor de desenvolvimento, que englobaria tudo, inclusive o agronegócio. Para divulgar as nossas potencialidades e as nossas capacidades de trazer empresa, de trazer tudo, para cá. Mas eu não vejo ponto negativo, realmente eu não vejo se existe algum ponto negativo com relação à questão desta agroindústria aqui não.

De acordo com o Gestor 1, para a efetivação e sucesso de um produto, faz-se necessária a formulação de estratégias para os pontos fracos, que visem à adequação entre as capacidades internas e as possibilidades externas, apontando as oportunidades, e, por meio delas, deve-se atentar às ameaças que podem surgir. A análise *SWOT*, do inglês *strengths, weakness, opportunities and threats*, é uma ferramenta de gestão que prevê a análise de cenários nos quais a empresa está inserida – internos e externos, de modo a identificar oportunidades, fraquezas, forças e ameaças ao negócio (SILVA, 2001), conforme mostra o Quadro 3. No caso específico

das vitiviniculturas no sul de Minas Gerais, identificamos os seguintes pontos fracos, oportunidades e ameaças, bem como as respectivas estratégias de enfrentamento:

Quadro 3 – Estratégias para os pontos fracos

FATORES INTERNOS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Planejamento	Recursos internos
Qualidade do produto	Baixa qualidade
Diversificação do produto	Produto tradicional
FATORES EXTERNOS	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Localidade geográfica	Clima
Estratégia competitiva	Concorrentes
Exportação	Logística adequada
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

No ramo de agronegócio, é de suma importância ter um profissional qualificado dedicado à gestão do negócio, pois é ele quem irá analisar o mercado em que o negócio está situado, bem como identificar as principais ameaças competitivas que possam criar barreiras para uma boa atuação do produto. Assim, o gestor é inteiramente responsável por selecionar os melhores caminhos para crescimento, determinando as principais metas e objetivos, através de um planejamento claro e conciso (SILVA, 2001).

Para o Gestor 3, faz-se necessária a implantação de um Comitê Gestor de Desenvolvimento direcionado ao desenvolvimento local, englobando, inclusive, o Agronegócio. No Brasil, há, por exemplo, o Comitê Estratégico do Agronegócio⁹, que foi criado pelo Ministério da Agricultura em 2012, para discutir a política agrícola brasileira com o objetivo de definir metas para políticas agrícolas (BRASIL, 2012).

Os prefeitos municipais, no uso das atribuições legais, considerando a necessidade de fomentar políticas públicas de desenvolvimento para os pequenos negócios, por meio de um

⁹ O comitê tem objetivo definir prioridades a serem estabelecidas na formulação das políticas agrícolas; contribuir para a fixação de diretrizes, indicadores e metas de desempenho do agronegócio e suas respectivas cadeias produtivas; avaliar e acompanhar as ações governamentais aplicadas ao desenvolvimento e sustentabilidade do agronegócio nacional.

Plano Municipal de Desenvolvimento, visando ao fortalecimento do ambiente de negócios, devem criar os Comitês Gestores do Plano Municipal de Desenvolvimento (BRASIL, 2012).

É preciso acompanhar as deliberações federais, estaduais e municipais a respeito. Tudo isso depende de detalhamento, de adaptação e implementação de outras normas legais existentes e de acompanhamento. Cabe ao Comitê Gestor Municipal a “coordenação dessa função, que, além de abrir espaço para encontro das diversas lideranças locais e promover debates das propostas apresentadas, permite o aprofundamento das ações, orientação e proposição de medidas que contribuam para o desenvolvimento local” (PORTAL PARANAENSE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, 2021, p. 1), cujas competências são:

Prestar contas à sociedade, dos resultados alcançados, pelo menos uma vez ao ano; assessorar a gestão pública nas ações de melhoria do ambiente para micro e pequenas empresas; acompanhar a regulamentação e a implementação da Lei Geral Municipal; estimular, planejar e definir ações para compor o Plano de Desenvolvimento e verificar a melhoria dos indicadores; acompanhar a execução dos projetos e do Plano de Desenvolvimento Local; articular parcerias; estimular e influenciar em melhorias na legislação e procedimentos para favorecer as microempresas e empresas de pequeno porte.

Conforme a fala do Gestor 3, para dar apoio ao Comitê Gestor Municipal, há a figura do Agente de Desenvolvimento Municipal, cujo papel é “articular as ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas.” (IDEM, 2021, p. 1).

Como já citado anteriormente, uma necessidade evidente a partir do desenvolvimento do presente trabalho é a proposição de uma parceria entre as empresas e órgãos públicos. Isso pode acontecer por meio de uma reunião entre as partes, para que conheçam todas as possibilidades existentes e, assim, consigam trazer melhorias para ambas as partes e progredirem com relação às alianças.

Como visto, a importância do Comitê Gestor para o Desenvolvimento Regional se dá mediante a organização dessa gestão, pois, a partir dela, obtêm-se resultados relevantes com entidades parceiras, projetos, estudos e programas e eventos, trazendo benefícios para a comunidade local e o turismo rural como já apresentado neste trabalho.

Ainda perguntamos aos gestores municipais sobre as parcerias firmadas entre a prefeitura e a vinícola existente no município por entender a relevância destas para o desenvolvimento local/regional. Eles apontaram o seguinte:

Gestor 1: Não, parceria não.

Gestor 2: Existem parcerias no sentido de divulgar o nome da marca e, ao mesmo tempo, divulgar no nome do Município 2. Então, todas as vezes, por exemplo, que vem uma autoridade aqui, todas as vezes que nós vamos visitar uma autoridade, seja do Estado, seja Federal, eles sempre fornecem para a gente o vinho, sabe, sempre estão ali para dar o vinho para uma degustação, para elevar o nome da marca, e para elevar o nome do Município 2. Essa é a nossa maior parceria hoje em dia.

Gestor 3: Que eu saiba, até esse momento, acredito que não.

É importante aqui destacar que apenas um dos gestores aponta para uma tímida parceria entre empresa e gestão pública no sentido de divulgação da marca e da cidade. Os dados do levantamento nacional sobre inovação (PINTEC, 2003; 2005, 2007) indicam crescimento desse tipo de cooperação no Brasil, de 25,6%, 29,7%, chegando a 31,4%, respectivamente. Nesse sentido, desenvolver ferramentas gerenciais capazes de apoiar essa estratégia é, portanto, fundamental.

Conforme Kelly, Schaan e Joncas (2002), o maior desafio na gestão de uma aliança é o de transformar acordos cooperativos em efetivos e produtivos relacionamentos. Dessa forma, é importante que tanto os gestores empresariais quanto os gestores públicos enxerguem o potencial da construção de alianças/parcerias que tragam benefícios para a vinícola e para o município.

De acordo com Austin (2001), os parceiros devem compartilhar das mesmas percepções sobre a parceria, isto é, ter altas expectativas e manifestarem a mesma motivação para a realização de tarefas tanto individuais quanto coletivas. Whipple e Frankel (2000) afirmam que o sucesso de uma aliança depende de os parceiros terem uma visão de futuro em comum. Segundo Gomes-Casseres (1999), seja qual for a forma pela qual a aliança tenha sido desenvolvida, as visitas e o contato pessoal entre os vários níveis são essenciais para manter a colaboração e a confiança.

Como podemos observar nos municípios estudados, ainda não há um planejamento que redunde em parcerias, aspectos que poderiam contribuir para o processo de desenvolvimento tanto local quanto regional, na medida em que tanto as ações das vinícolas quanto do poder público municipal são isoladas e não sinérgicas.

Ainda sobre essa questão, perguntamos aos gestores sobre as possíveis ou prováveis parcerias que poderiam ser firmadas entre as vinícolas e o poder público municipal visando ao desenvolvimento local/regional. Contudo, as narrativas corroboram o fato de que parcerias ainda são um tema que merece aprofundamento nos municípios estudados:

Gestor 1: Então, o que a gente, o que o município tem prezado é a diversificação de culturas no município, certo? Então, não deixa de ter um apoio a outros produtores a fazer o plantio de uva, entendeu? Inclusive, aqui indo para Monsenhor Paulo, tem uma outra propriedade que produz uva também, entendeu? Pequena, mas sim, entendeu? O município e a secretaria de agricultura, ele incentiva a diversificação e aí a produção de uva entra nessa diversificação. Mas não tem nada, um projeto, entendeu? Alguma coisa que eu possa te dar um, um parecer assim, documentado não.

Gestor 2: Então, é mais isso que eu estou falando mesmo. O importante para o município no momento é ter essa marca de alcance nacional e virar uma referência. Tanto é que xxxx, esse nome é ligado a um cantor mineiro, da música xxxx. Então, eu acredito, não me aprofundei na escolha do nome, mas tem esse link já com a música. Então, o nosso maior objetivo é esse, o Município 2 não ser reconhecido mais não só como a terra do café, mas hoje também como a terra do polo plástico, a gente tem como a terra das cervejas artesanais, como a terra de queijos, muito bons e principalmente agora então do vinho. Principalmente o branco, ele é muito conhecido hoje nacionalmente. São muitas as pessoas que vêm de fora e onde a gente também consegue encontrá-lo em cartas de vinho em Belo Horizonte, a gente encontra já o xxxxx, então já está aí para Minas e o país.

Gestor 3: Não, também não tem nada desenhado nesse sentido não.

Podemos inferir que, se existisse inicialmente um esforço para estreitamento da relação entre as vinícolas e o órgão municipal, boas parcerias poderiam surgir e muitos benefícios poderiam ser percebidos.

Esta atividade, conforme Zawislak (2002), se caracteriza pela negociação de um contrato que irá funcionar como balizador da relação de parceria. Nesse momento, exibem-se as condições para celebrar um acordo que formalize critérios, objetivos e metas. É fundamental que as partes entrem em acordo e, desde o início, negociem o que é importante desde os mínimos detalhes para ambos. Isso requer atenção dos negociadores para o relacionamento entre as partes e para os conteúdos pertinentes a negociação, mas não existe a possibilidade de uma parte sozinha fazer tudo acontecer. Acredita-se, então, ser importante, a partir deste trabalho, sugerir a iniciativa de parceria aos gestores, que visem ao desenvolvimento de muitas questões importantes para as cidades e empresas.

Na perspectiva de conhecer a avaliação dos gestores sobre a presença das vinícolas e da vitivinicultura em seus municípios, perguntamos se elas contribuem para o desenvolvimento local:

Gestor 1: Sim! Contribui!

Gestor 2: Contribui. Contribui igual eu falei, na medida de que quanto mais conhecido a gente fica, quanto mais notoriedade a gente ganha, mais turistas a gente atrai, mais pessoas com perfis, de aquele turista que vai atrás de

gastronomia. Ele se interessa muito por esse vinho. Ele vem aqui, ele quer degustar o vinho, ele quer conhecer a vinícola, aí ele aproveita e já passa em uma cafeteria nossa e já conhece o nosso café, aí já conhece o nosso queijo, já conhece a nossa cerveja artesanal. Então, essa atração que o vinho desperta em pessoas no mundo inteiro, a gente conseguiu trazer para o Município 2 também. Então, hoje o Município é um lugar que as pessoas chegam aqui, elas já vêm com esse interesse, de conhecer a vinícola, de tomar o xxx, de conhecer os nossos restaurantes, nossas pousadas, então isso é muito bom principalmente do ponto de vista turístico.

Gestor 3: É o que eu te falei, acho que contribui na medida em que abre uma perspectiva nova de uma cultura, vamos dizer assim. Qual é a vantagem de você não ser baseado numa única cultura? É que você não fica refém apenas daquela atividade econômica. Um ano em que aquela atividade econômica vai mal, o município todo vai mal. Quando você diversifica a chance de isso acontecer é menor, porque você tem uma gama de produtos que estão sendo cultivados aqui. Então hoje você vê, a gente tem aqui o cultivo de soja, de feijão, de milho – é de verão, aí tem o milho safrinha, de inverno, entra também cevada e trigo de inverno muito forte aqui. É.... sorgo mineiro, também já tem gente plantando, tem um pouco de café, a gente tem uma bacia leiteira aqui no Município, que a gente estava conversando com isso lá na Secretaria, tem uma estrada nossa aqui só, uma “estrada rural que faz 100 mil litros de leite”¹⁰ por dia. Nós temos um produtor rural aqui, que produz 45 mil litros de leite por dia. Então, quando você diversifica isso, e você tem várias atividades econômicas, economicamente o município fica mais estabilizado, essa a grande vantagem.

Há unanimidade nas respostas sobre o desenvolvimento. As respostas dos gestores apontam para maior visibilidade das cidades e para aspectos positivos da vitivinicultura, mostrando perspectivas de ser orientado, haver promissores projetos e parcerias entre as partes. Porém, não há dados que comprovem o impacto dessas vinícolas para a cidade, levando-se em consideração a dimensão econômica e social.

Na visão dos gestores, a simples existência das vinícolas e o fato de os vinhos produzidos por elas serem reconhecidos trazem visibilidade ao município, e isso já é considerado uma parceria. Contudo, como já assinalamos anteriormente, a parceria implica planejamento, negociações e pactuações que redundem em um bem comum, de forma a superar os desequilíbrios.

Desta forma, as parcerias, assim como as redes compartilhadas entre atores públicos e privados, são formas de operação mais ajustadas à produção desse tipo de política (D’ASCENZI; LIMA, 2017), mas, como observamos, essa prática não é levada a cabo nos municípios estudados.

¹⁰ O gestor refere ao fato de que todos os dias são escoados 100mil litros de leite por essa via.

Por fim, perguntamos aos gestores municipais sobre o papel da EPAMIG para o município e junto às vinícolas:

Gestor 1: Então, a EPAMIG mantém parceria com a prefeitura sim, através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), mas diretamente para a vinícola não. Entendeu? Falar assim que o pessoal da EPAMIG, que vem, vem na vinícola periodicamente, pelo menos que eu saiba não.

Gestor 2: Eu não sei te falar que tipo de parceria a gente tem com a EPAMIG hoje. A gente tem parcerias com eles mais na parte de estudo técnico. Eu não sei te falar.

Gestor 3: Não. A EPAMIG montou uma unidade de pesquisa aqui há uns anos atrás, mas foi uma coisa totalmente desfocada, sabe. Eles fizeram uma coisa que não justificava na verdade. Eles montaram aqui um campus instrumental de banana, sendo que aqui na região não planta banana. Sabe uma coisa muito louca assim? Aí, acabou que quando a própria comunidade não sente que aquilo tem um pertencimento para ela, ela sai fora. Então, ela não teve demanda aqui na região e acabou sendo indo embora.

O Gestor 1 expôs que, em sua cidade, a parceria se dá por meio da EMATER -MG¹¹, que é a maior empresa pública do setor no país. Ela foi fundada em 1948, é a primeira empresa do segmento a ser criada no Brasil e tem sedes em mais de 790 municípios do Estado de Minas Gerais, sendo referência nacional. É vinculada à Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento e atende aproximadamente 400 mil agricultores mineiros (EMATER-MG, 2021).

É possível, através do site da EPAMIG, verificar os campos experimentais existentes nas cidades de Minas Gerais que compreendem propriedades particulares e públicas. Dessa forma, para proteger as localidades e manter a identidade dos gestores e a identificação das cidades nas entrevistas, não será divulgado se existem ou não campos localizados na internet que sejam ligados aos municípios pesquisados.

O Gestor 2 aponta que a relação do município com a EPAMIG é por parte de estudos técnicos. Já o Gestor 3 explana que a EPAMIG criou, há alguns anos, uma unidade de pesquisa no município, onde não houve resultados, visto que o intuito do estudo não estava focado no produto de fato, e, sim, em um produto não existente no município: a plantação de banana, o

¹¹ “A principal atividade desenvolvida pela EMATER–MG é a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural voltada ao desenvolvimento sustentável do setor agropecuário. Alinhada com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI e executando programas e ações contidas no Plano Plurianual para Ação Governamental do Estado de Minas Gerais – PPAG, a EMATER– MG orienta seu planejamento por agendas estratégicas que organizam e sistematizam as ações que empreende junto aos agricultores familiares e suas organizações, classificadas em temáticas produtivas e transversais” (EMATER-MG, 2021). “Emater 2021: 73 anos de pioneirismo, desenvolvimento, extensão e inovação tecnológica para o setor agropecuário mineiro”.

que não trouxe resultados positivos.

Cabe lembrar que, em 2010, o Núcleo Tecnológico EPAMIG Uva e Vinho obteve o primeiro espumante de Minas Gerais (REGINA, 2013). Esse vinho foi extraído por um vinhedo no município de Andradas (sul de Minas), utilizando-se de uvas tipo Chardonnay, com a tecnologia desenvolvida pela EPAMIG. A partir de então, três cidades mineiras se destacaram na produção de vinhos: Três Pontas, Três Corações e Cordislândia, com a utilização das uvas *Syrah*, *Sauvignon Blanc*, *Cabernet Sauvignon* e *Cabernet Franc*. (REGINA, 2013)

Atualmente, a EPAMIG (2021) desenvolve o Programa Estadual de Pesquisa em Vitivinicultura e atua diretamente no desenvolvimento dos novos polos vitícolas.

O Programa ainda atua no trabalho de “adaptação para as condições brasileiras da técnica de enxertia de mesa para produção de mudas de videira, assim como a seleção de clones da videira Bordô produtivos e resistentes ao aborto de flores” (EPAMIG, 2021, s/p). Também desenvolve pesquisa sobre a adaptação regional de variedades de videira para elaboração de sucos de uva, bem como adaptação de variedades viníferas tintas e brancas ao manejo da dupla poda, seleção de porta-enxertos para as cultivares *Syrah*, *Merlot* e *Cabernet Sauvignon* em manejo de dupla poda, caracterização das regiões produtoras de *Syrah*, técnicas de vinificação (EPAMIG, 2021).

Ainda cabe destacar que, no processo de implementação da viticultura no sul de Minas Gerais, a Universidade Federal de Lavras desenvolve trabalhos no sentido de aumentar a qualidade dos vinhos produzidos na região, “como a ‘Caracterização físico-química, atividade antioxidante e perfil de compostos fenólicos em vinhos de inverno produzidos e comercializados no sul de Minas Gerais’ ou o ‘Estudo Da Microbiota Terroir Em Uvas Viníferas Utilizadas Na Elaboração De Vinhos De Inverno: Minas Gerais’” (BONATTO, 2020, p. 139).

Também a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) desenvolve significativo trabalho por meio da extensão rural replicando conhecimentos produzidos na EPAMIG e demais centros de pesquisa.

Entretanto, chama a atenção o fato de tanto produtores das vinícolas estudadas como os gestores municipais não desenvolverem ações articuladas ou parcerias visando a promover as potencialidades da vitivinicultura e contribuir para o desenvolvimento regional na medida em que as ações são dispersas e individualizadas, com pouca repercussão na e para a municipalidade, como não atribuírem a devida importância a esses organismos que produzem conhecimento e se voltam ao apoio da vitivinicultura na região.

4.3.1 Produtores e gestores: convergência e divergências

Nesta subseção, buscamos os aspectos que se aproximam e os que se afastam nas narrativas de produtores e dos gestores.

Nesse sentido, observamos que produtores e gestores seguem uma trilha de reavaliação de caminhos percorridos até aqui, uma vez que as vinícolas estão em processo de crescimento; de identificação de forças, em curso ou em potência; de questões em aberto, à espera de apoio; e de casos de pouco êxito, fracasso ou sucesso da empresa.

Um ponto comum tanto a produtores quanto a gestores se refere à falta de financiamentos de associações a fim de contribuir para projetos e para a própria economia da instituição, mas avaliam a importância da viticultura para o desenvolvimento das cidades, sobretudo no que se refere à visibilidade. Todavia, tanto produtores como gestores não foram apresentados dados que evidenciam tal potencialidade.

Ainda como ponto de convergência nas narrativas, evidenciamos a ausência de planejamento e parcerias nos municípios e intra-municípios no sentido de colocar as potencialidades em prática, favorecendo, por fim, o desenvolvimento da região.

Em relação à EPAMIG, gestores e produtores concordam com a importância da empresa para o assessoramento técnico das vinícolas. Contudo, apontam para a sua baixa resolutividade, ainda que seja ela que tenha dado o principal apoio técnico para o desenvolvimento da técnica da dupla poda de inverno no sul de Minas Gerais.

Entre os gestores, há o destaque ao turismo rural como potencialidade para o desenvolvimento local, o que não foi apontado pelos produtores.

Por fim, pode-se concluir que, entre os dois grupos entrevistados, há expectativas diferentes, pois os gestores, ainda que sem elementos concretos para explicar seus posicionamentos, se interessam pelo desenvolvimento. Já os produtores evidenciam posicionamentos mais voltados para dentro de seus negócios.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática proposta nesta pesquisa partiu do nosso envolvimento profissional como *Sommelier* e como pesquisador na área do desenvolvimento regional. No início de nossos estudos, tínhamos expectativas enormes sobre o potencial das vinícolas de vinhos finos de dupla poda para o desenvolvimento da região do sul de Minas Gerais.

No decorrer do processo de coleta e análise dos dados, fomos percebendo, com o devido aporte teórico, que o desenvolvimento regional/local envolve mudanças sociais e econômicas e que essas mudanças demandam ligações entre instituições públicas, estruturas empresariais e organismos sociais presentes na região/ cidades, ou seja, para que esse processo ocorra, muitos atores devem ser envolvidos, ainda que seja relevante a direção dos poderes públicos.

Outro aspecto que o desenvolvimento da pesquisa nos mostrou foi que nem sempre há convergências de interesses entre a municipalidade e o empresariado, e a falta dessa sinergia compromete o processo de planejamento do desenvolvimento regional/local.

Ainda pudemos constatar que o desenvolvimento regional requer o direcionamento de instâncias governamentais superiores aos níveis local e regional, pois há de se construir planos e direcionarem recursos para que se viabilize o processo, fato não apontado por gestores ou produtores.

A modernidade se propaga na constante pesquisa científica em encontrar tecnologias capazes de produzirem bons vinhos finos. Constatou-se que o papel da EPAMIG enquanto difusora de tecnologia e conhecimento é fundamental nesse processo. As vinícolas são incubadas pela EPAMIG, recebendo, com isso, todo respaldo para seu funcionamento, desde a seleção das videiras a serem plantadas, até a fase de elaboração e engarrafamento do vinho.

No presente trabalho, pretendeu-se analisar as potencialidades da viticultura na região do sul de Minas Gerais, a partir de um estudo de caso em três municípios e, apesar das dificuldades vivenciadas no decorrer da pesquisa, ficou-nos claro que as potencialidades existem, seja pela qualidade dos vinhos de dupla poda, seja pelo potencial do enoturismo, atividade que vem ganhando adeptos por todo o país. Contudo, na região estudada, essa atividade demanda planejamento e investimentos públicos, parcerias entre os setores público e privado, além de um processo de organização desencadeado entre os produtores visando a certificação das regiões.

Considera-se que as premiações de vinhos finos de dupla poda abrem o caminho para o Enoturismo na região, a qual também possui outros produtos de grande qualidade e tradição, como café, queijo, doces, entre outros, além das belezas naturais e da cultura mineira expressa no artesanato, na religiosidade e na gastronomia.

No que tange ao papel das vinícolas de vinhos finos para desenvolvimento regional/local propriamente dito, constatamos que, embora haja potencial, esse ainda não reverbera, de forma sistemática e profunda, no conjunto das cidades nas quais as vinícolas se localizam, na medida em que não há diálogo entre os segmentos e planejamento desse processo.

Ainda que se constate a visibilidade promovida aos municípios pela produção de vinhos, esta visibilidade é insuficiente para o alcance do desenvolvimento regional/local, com a ampliação do turismo rural e da expansão agrícola pretendida. Nesse sentido, sugere-se a criação de Comitês que tracem as linhas do desenvolvimento com a participação de diferentes setores da sociedade, inclusive os representantes da agricultura familiar à qual representa importante papel nesse processo. Por fim, podemos afirmar que a vitivinicultura pode contribuir com o desenvolvimento regional/local, porém é necessário que as forças sejam aglutinadas.

Este estudo não teve a pretensão de esgotar a temática, pois ainda há outras dimensões que merecem atenção, sobretudo, no que diz respeito ao papel da esfera estadual no fomento desse desenvolvimento, como, por exemplo, a formação de redes envolvendo os gestores municipais para formular o desenvolvimento regional integrado e sustentável. Ele, na verdade, traz reflexões que consideramos significativas, visando ao desenvolvimento das potencialidades da viticultura na região do sul de Minas, contribuindo, assim, para melhorias do ponto de vista tanto econômico como social.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. A. Desenvolvimento local versus projeto de globalização neoliberal: refletindo sobre cidades orientadas ao mercado. *Cadernos EBAPE.BR, Revista de Administração Pública*. 2017. Rio de Janeiro 53(1):84-100, jan. - fev. 2019.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo, Editora Boitempo, 2000.
- AMARAL, J. F. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, DF, n. 14, 1996. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>>. Acesso em out. 2019.
- ANTUNES, Ricardo. Fordismo, Toyotismo e Acumulação Flexível. I. **Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 21-46.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020
- ANETE, B. L. I. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/ago. 20m
- ANDRADES, T. O.; GANAMI, R. N. **Revolução Verde e a apropriação capitalista**. 2007. Disponível em: <http://intranet.catie.ac.cr/intranet/posgrado/BB507%20Cambio%20Global/Documentos/2009/literatura%20alimentos/En%20Portuges_Capitalismo_Revolucao_verde.pdf>. Acesso em maio 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VITICULTURA. **Viticultura e Enologia**. Disponível em: <<https://www.enologia.org.br/default/uploads/revista/revista-60.pdf?e2ef7f9e6b257041ed6cdab3ddacba35>>. Acesso em abr. 2019.
- AUSTIN, J. E. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Futura, 2001.
- BAGGIO, D. K. Desenvolvimento Regional sob a ótica do reconhecimento da indicação geográfica: o case do vale dos vinhedos, a partir da percepção dos atores sociais. **Gestão & Regionalidade**. v. 33. n. 99. set-dez de 2017.
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, DF, IPEA, 1999.
- BARNETT, T., LONG, R. G., MARLER, L. E. **Vision and exchange in intra-family succession: Effects on procedural justice climate among nonfamily managers**. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 36(6), 1207-1225, 2012.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS; FEE, 2001.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS e FEE – Fundação de Economia e Estatística (Governo do RS), 2002.

BLUME, R.; HOFF, D. N.; PEDROSO, E. A. Potencialidade competitiva e recursos essenciais à produção de vinhos finos: um estudo da vitivinicultura em São Joaquim, SC. In: **Anais do XLV Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural**. Londrina: SOBER. 2007. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/soberne2018/>>. Acesso em jan. 2020.

BONATTO, I. T. **Análise histórico-comparada do Desenvolvimento do mercado de vinho em três regiões produtoras no Brasil**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação Agronegócios (PROPAGA), da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), 2020.

BOITO, A. J. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV, São Paulo. Disponível em: <<https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-0Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em abr. 2020.

BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement Du territoire et polarisation**. Paris: M.Th. Génin, 1972.

BRANDÃO, C. Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento. **Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política**, Curitiba-PR, maio 2007.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em maio 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; PAULO G. Porque a poupança externa não promove o crescimento. **Revista de Economia Política** 27 (1): jan. p. 3-19, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O processo histórico do Crescimento Econômico**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Cristiano/Downloads/Texto7ProfaElisa%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cristiano/Downloads/Texto7ProfaElisa%20(2).pdf)>. Acesso em mar. 2020.

BRISOLA, E. M. A.; MARCONDES, N. A. V. V. Análise por Triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap** – revista.univap.br São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753.

CAMARGO, U. A.; MAIA, J. D. G.; RITSCHER, P. **Embrapa Uva e Vinho: novas cultivares brasileiras de uva**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2010. 64p.

CAMARGO, U. A.; TONIETTO, J. A.; HOFFMANN, A. Progressos na viticultura brasileira. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 33, n. spe1, p. 144-149, 2011.

CANÇADO, V. L. *et al.* Ciclo de vida, sucessão e processo de governança em uma empresa familiar: Um estudo de caso no Grupo Seculus. **Revista Eletrônica de Administração**, 19(2), 485-516. 2013.

CARLEIAL, L.; CRUZ, B. **A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2012.

CARMO, L. J. O.; ASSIS, L. B.; SANCHES JUNIOR, P. F. Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público: Um Estudo de Caso sobre Limites e Possibilidades em uma Autarquia. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38. 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos.** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/Artigos%20ja%20lidos/2014_EnANPAD_APB2005%20-%20Gestão%20Estratégica%20de%20Pessoas%20no%20setor%20público.pdf>. Acesso em set. 2021.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Ser. Soc. Soc., São Paulo, n. 102, p 613-636, out./dez. 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000 (Biblioteca da educação: Série1; Escola; v. 16).

CHELOTTI, M. C. **Patrimônio da uva e do vinho:** residualidades e novas expressões DA Vitivinicultura no Sul de Minas Gerais. Relatório Final de pesquisa do Estágio Pós-Doutoral, apresentado ao Instituto de Geociências/UFRGS, 2019.

CONSELHO DOS ESPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL - CECAFE. **Dados estatísticos.** Disponível em: <<https://www.cecafe.com.br/dadosestatisticos/exportacao/>>. Acesso em abr. 2021.

COUTINHO, D. H. G; DINIZ, G. P; BULCAO, J. N; FARIA, P. P. de. **Enoturismo:** Um Estudo Acerca da Visão Brasileira Sobre o Turismo do Vinho. EVANGELISTA, G. P. D. Enoturismo: Um Estudo Acerca da Visão Brasileira Sobre o Turismo do Vinho. XI FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU 28 a 30 de junho de 2017 Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Disponível em: <https://www.academia.edu/40273974/ENOTURISMO_UM_ESTUDO_ACERCA_DA_VIS%C3%83O_BRASILEIRA>. Acesso em nov. 2021.

CRUZ, L. **Cartografia do vinho no Sul de Minas:** patrimônio, território e ruralidades. Disponível em: <<https://minasfazciencia.com.br/2019/06/03/cartografia-do-vinho-no-sul-de-minas-patrimonio-territorio-e-ruralidade>>. Acesso em nov. 2021.

CUPOLILLO, F. **Períodos de estiagem durante a estação chuvosa no estado de Minas Gerais:** espacialização e aspectos dinâmicos relacionados. 1997. 148p. Dissertação de Mestrado em Meteorologia Agrícola. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

D'ASCENZI, L; LIMA, L. L. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Local nos Municípios Brasileiros.** IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Área Temática 21: Políticas Públicas. Montevideo, 26 al 28 de julio de 2017. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168771/001048048.pdf?sequence=1>>. Acesso em ago. 2021.

DEBASTIANI, G *et. al.* **Cultura da uva, produção e comercialização de vinhos no Brasil: Origem, realidade e desafios.** Disponível em: <<file:///C:/Users/cristiano/Downloads/4395-Texto%20do%20artigo%20-%20Arquivo%20Original-19143-1-10-20160210.pdf>>. Acesso em jul. 2020.

DIAS, F. A. N. **Desempenho da videira Syrah sobre diferentes porta-enxertos em ciclo de inverno no Sul de Minas Gerais.** 2011. 74p. Dissertação de Mestrado em Fitotecnia da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

DINIZ, C. C. Minas Gerais e a economia nacional. **Cadernos do desenvolvimento.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 205-221, jul. - dez. 2018 | 205.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Caderno de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em out. 2021.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectiva.** São Paulo: Atlas, 2009.

EMATER-MG. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <<https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=21592>>. Acesso em ago. 2021.

EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, F. C.; LIMA, A. A. T. F. C. (2011). Evidências de Inovação Social na Gestão Pública do Turismo em Minas Gerais – Brasil: O Modelo de Circuitos Turísticos em Análise. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, 9, 397-410. Retrieved December 5, 2012, from. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/9211/PASOS24.pdf#page=1>>. Acesso em out. 2021.

ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), pp. 31-55, jan./mar. de 2011.

EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 401 p.

FARIAS, C. V. S. **O papel das instituições na formação e transformação da vitivinicultura da serra gaúcha: possibilidades de interpretações do desenvolvimento rural pela nova economia institucional.** Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre – RS, 2016.

FAVARETTO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: FAPESP, Ed. IGLU. 2007.

FILHO, A. N; CORRÊA, V. P. A CEPAL Ainda é uma Escola do Pensamento. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, jan/abr/2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rec/v15n1/a04v15n1.pdf>>. Acesso em maio 2020.

FIORI, J. L. (Org). (2004a). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes.

_____. **A miséria do “novo desenvolvimentismo**. 2011b. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887>>. Acesso em abr. 2020.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FONSECA, P. C. D. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Pesquisa & debate, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/produto-interno-bruto-pib-de-minas-gerais/>>. Acesso em dez. 2021.

FURTADO, C. Desenvolvimento. In: CAIDEN. G. E.; CARAVANTES, G. R. (Orgs.). **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educs, 1988. p. 45-71.

_____. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade. n. 1. ago. p. 5-19, 1992.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 9-40.

GAULKE, Carmen Nádia. Benefícios usado como fator motivacional pela empresa Karsten S/A no setor tecelagem 1º turno. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 01-15, Sem I. 2007 Edição Temática TCC's - I ISSN 1980-7031.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOVANNINI, E. **Manual de Viticultura**. Bookman; 1. ed. 264p, p. 6, 2013.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acesso em mar. 2021.

GOMES-CASSERES, B. **Estratégia em primeiro lugar**. HSM Management, São Paulo, n. 15, p. 58-65, 1999.

GOMES A. D; MACHADO, M.B; GADOTTI, G. I; QUADROS, MAURÍZIO S; BARCELOS, A. A. **Estratégias para o desenvolvimento sustentável da vitivinicultura**. XLIII Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola - CONBEA 2014. Campo Grande -MS. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265500638 ESTRATEGIAS_PARA_O_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_DA_VITIVINICULTURA>. Acesso em nov. 2021

GONÇALVES, D. A. R. Aspectos fisiológicos de videiras sob o manejo de dupla poda no sul de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Lavras, 2015.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, R. P. **Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. XII, n.2, jul./dez, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2009000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em abr. 2021

GUIMARÃES, R. P. **Aterrizando una Cometa: indicadores territoriales de sustentabilidad**. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES, 1998.

HALL, C. M.; PAGE, S. J. **The geography of tourism and recreation: environment, place and space**. London: Routledge, 1999.

IBRAVIN – INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. Disponível em: <<https://www.ibravin.org.br/>>. Acesso em fev. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em maio. 2021.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio: pobreza e políticas sociais**. São Paulo: Annablume, 2008.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Editora Fundo de Cultura, 224p, 1962.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KRAUSZ, R. R. **A conquista da liderança**. São Paulo: Editora Nobel, 2007.

LEITE, S. P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura familiar. In: LEITE, S. P. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001. p. 53-93.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LOCKS, E. B.D; TONINI, H. **Enoturismo: O vinho como produto turístico**. Turismo em Análise, v, 16, n, 2, p. 157-173, novembro 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63734>>. Acesso em nov. 2021.

LOSSO, F. B. **A vitivinicultura de altitude em Santa Catarina: desafios para o desenvolvimento do enoturismo**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2016.

MACEDO, B. G. **As ideias de Raúl Prebisch sobre a industrialização periférica: 1949-1954.** Dissertação de Mestrado, Campinas: IE/UNICAMP, 1994.

MARIA. **O projeto.** Disponível em: <<https://vinhosmariamaria.com.br/o-projeto/>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, S. P. **Flexibilização das condições de trabalho.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELLO, L. M. R. de. **Vitivinicultura Brasileira: Panorama 2015.** Embrapa Uva e Vinho, Bento Gonçalves, 2013. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/922116/1/PROTASpanoramavitivinicultura2010.pdf>>. Acesso em set. 2019.

MELLO, L. M. R. **Panorama da produção de uvas e vinhos no Brasil.** Informe Técnico. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1068670/1/MelloCampoNegocioV22N142P54562017.pdf>>. Acesso em jul. 2020.

MEUS DICIONÁRIOS. **Zona Intertropical.** Disponível em: <<https://www.meusdicionarios.com.br/zona-intertropical>>. Acesso em out. 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MINISTERIO DA AGRICULTURA – MAPA. (2012). Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/comite-estrategico-agronegocio-lancado-oficialmente-37490/>>. Acesso em mai. 2021.

MOLINA, S. (2005). **Turismo: metodologia e planejamento.** Bauru: Edusc MOLINA, S.; RODRÍGUES, S. Planejamento integral do turismo; um enfoque para a América Latina. Bauru: EDUSC, 2001. 176 p.

NETO, A. M; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, Carlos Antonio. (ORG.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Brasília: IPEA, 2017.

MOTA, S. **Planejamento urbano e preservação ambiental.** Fortaleza: Edições UFC, 1981. 242 p.

MOTA, A. C.; OLIVEIRA, R. P. 2009. **Poaceae de uma área de floresta Montana no sul da Bahia, Brasil:** Bambusoideae e Pharoideae. *Rodriguésia* 60(4): 747-770.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NORTH, D. Location theory an regional economic growth. *Journal of Political Economy*, v. 63, n. 3, p. 243-58, Jun. 1955. MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos selecionados.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977a.

NUCKOLLS, J.; LONG, P. **Organizing resources for tourism development in rural areas**. Trabalho apresentado no Center for Sustainable Tourism, East Carolina University, 2009. Disponível em: <www.ecu.edu/cs-acad/sustainabletourism/upload/RuralTourismBookletMaster.doc>. Acesso em mar. 2021.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. **Anais do VI Congresso Ibero-americano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: Estudios Territoriales, 2014.

OLIVEIRA, J. L. *et al.* Governança, sucessão e profissionalização em uma empresa familiar: (Re) Arranjando o lugar de família multigeracional. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, 14(43), 176-192. 2012.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Estados Membros da CEPAL**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/estados-miembros>. Acesso em nov. 2020.

PESQUISA INDUSTRIAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - PINTEC. **Triênio 2001-2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6513.pdf>>. Acesso em fev. 2021.

PANTOJA, M. J.; CAMÕES, M. R. S.; BERGUE, S. T. **Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Desktop/Artigos%20ja%20lidos/Livro%20-%20GESTÃO%20DE%20PESSOAS%20Bases%20teóricas%20e%20experiências%20no%20setor%20público.pdf>>. Acesso em jul. 2021.

PRADO JUNIOR, C. Evolução política do Brasil. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1933.

_____. **Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA. **História de Cordislândia**. Disponível em: <https://www.cordislandia.mg.gov.br/>. Acesso em out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. **História de Três Corações**. Disponível em: <<https://www.trescoracoes.mg.gov.br/index.php/2014-12-30-11-10-09/5188-historia-de-tres-coracoes>>. Acesso em out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS. **Conheça Três Pontas**. Disponível em: <<http://www.trespontas.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/conheca-tres-pontas-terra-da-musica-e-capital--mundial-do-cafe/6497>>. Acesso em out. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2015. Op. Cit. pag. 3.

PROTAS, J. F. S.; CAMARGO, U. A. Vitivinicultura brasileira: regiões tradicionais e polos emergentes. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte: EPAMIG, v. 27, n. 234, p. 7- 15, 2006.

REGINA, M. A. *et al.* Novos polos vitícolas para produção de vinhos finos em Minas Gerais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 27, n. 234, p. 16- 31, set. /out. 2006.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing Countries. **Papers and Proceedings of the Regional Science Association**, v. 5, p. 67-85,1980.

RIDENTI, M. Desenvolvimentismo: O retorno. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 92, janeiro de 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/250688804/RIDENTI-M-Desenvolvimentismo-o-Retorno> . Acesso em fev. 2020.

ROCHA, D. M. da. **A evolução da produção de vinhos finos no sul de Minas**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Gastronomia). Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, Minas Gerais. 2018.

RODRIGUES, R. **O que é vinicultura e viticultura?** Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/cursos-treinamentoprofissional/artigos/o-que-e-vinicultura-e-viticultura>>. Acesso em jul. 2020.

RODRIGUES, R. G. **Enoturismo, turismo enogastronômico e slow food: Experiências na serra gaúcha – RS / Brasil**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e desenvolvimento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAMPIETRO, L. J. **A vitivinicultura e o desenvolvimento do enoturismo de Bituruna, Paraná**. Dissertação de Mestrado da Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2016

SANTANA, D. P. **A Agricultura e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Sete Lagoas, MG: EMBRAPA, 2005.

SANTOS, M. A. dos. **O Cerrado brasileiro: notas para estudo**. CEDEPLAR/FACE/UFMG Belo, Horizonte. 2010.

SANTOS, T. R. dos; SILVA, J.O. da. Desempenho econômico e financeiro e remuneração de executivos em empresas brasileiras familiares e não familiares dos segmentos cíclico e não cíclico. **Revista Universo Contábil**, FURB, Blumenau, v. 15, n. 4, p. 07-30, out./dez., 2019. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6436/pdf>>. Acesso em out. 2021.

SARTORI, S.; LATRÔNICO. F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, V. XVII, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2014.

SEBRAE. **Conheça as categorias de certificação do café**.. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em abr. 2021.

SEN, A. K. **Development as Freedom**. New York: Anchor Books. 1999a

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento regional. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 71-73.

SILVA, M. R. V. da. **A vitivinicultura e o enoturismo no vale do submédio São Francisco**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018

SILVA, J. O. D. **Remuneração variável de executivos em empresas familiares brasileiras**. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo, USP. 2015.

SILVA, J. F. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? **Textos para Discussão Nead**. Campinas, v. 2, n. p. 5-52, 2001.

SILVA, N. P.; FRANCISCO, A. C.; THOMAZ, M. S. Turismo rural como fonte de renda das propriedades rurais: um estudo de caso numa pousada rural na região dos Campos Gerais no Estado do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 1, n. 2, 2010.

SIMÕES, J. C. **Diagnóstico da cafeicultura mineira – 1: regiões tradicionais – Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba/Juliana Carvalho Simões, Djalma Ferreira Pelegrini**. (EPAMIG. Série Documentos, 46). Belo Horizonte: EPAMIG, 2010. 56p.

SOARES, M.; EMMENDOERFER, L. M. **Tourism & Management Studies**. v. 9, n. 2. p. 50-56, 2013.

SOUSA, J. S. I.; MARTINS, F. P. **Viticultura brasileira: principais variedades e suas características**. Piracicaba: FEALQ, 2000. 368 p.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L.(b). Processo turístico no espaço rural: impactos e planejamento. In: SOUZA, M.; DOLCI, T. S. (ORGS). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L. (a); Normativas, regulamentações e políticas públicas para o turismo rural. In: SOUZA, M.; DOLCI, T. S. (ORGS.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 41-60.

SOUZA, N. J. Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**. Porto Alegre, v. 16 n. 1 p. 87-112 jan. /jul. 2005.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SPINOLA, N. D. **Mitos e controvérsias na teoria do desenvolvimento**. Encontro Nacional da ANPUR, 2013. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?user=VSqEi1EAAA&hl=pt-BR>>. Acesso em jan. 2020.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, 2005.

TEIXEIRA JUNIOR, A. W. M. **O Estado e o desenvolvimento: Uma revisão da teoria do desenvolvimento/subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Disponível em:

<<https://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/augmenezes.pdf>>. Acesso em fev. 2020.

TODA, F. M. **Biologia de la vida: fundamentos biológicos de la viticultura**. Madrid: Ed. Mundi-Prensa. 1991. 346 p.

TONIETTO, J.; VIANELLO, R. L.; REGINA, M. A. Caracterização macroclimática e potencial enológico de diferentes regiões com vocação vitícola em Minas Gerais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 27, n. 234, p. 32- 55, set./out. 2006.

TONIETTO, J. CARBONNEAU, A. A multicriteria climatic classification system for grape-growing regions worldwide. **Agricultural and Forest Meteorology**, v.124, n.1/2, p.81-97, jul. 2004.

TROMBINI, C. N. **Vitivinicultura: definições, terroirs e participação social na “colonização propiciada pelo vinho”**. CASI. 2019.

TONINI, H. Economia da experiência: o consumo de emoções na Região Uva e Vinho/RS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – Rbtur**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 90-107, 2009.

TONINI, H. **Políticas públicas e turismo: enoturismo no Vale dos Vinhedos/RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Turismo. Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/280?show=full>>. Acesso em nov. 2021.

UNITED NATIONS. **Frequently asked questions on a Human Rights based approach to Development**. Nova Iorque e Genebra, 2006. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FAQen.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2020.

VALDUGA, V. **Enoturismo: O Caso do Vale dos Vinhedos**. Anais do Congresso de Desenvolvimento Regional Feevale. Novo Hamburgo, 10 e 11 de Novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/37d70973-3bbe-4fef-960d-a8e298c0b9f8/34550.pdf>>. Acesso em nov. 2021.

VERIANO, C. E.; MOURÃO, R. P. **O pensamento de Celso Furtado e a construção de um projeto nacional**. Disponível em: file:///C:/Users/tamyr/Downloads/3183-Texto%20do%20artigo-12999-1-10-20120410.pdf. Acesso em nov. 2020.

VIANELLO, R. L. **Estudo preliminar da climatologia dinâmica do estado de Minas Gerais**. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, ano 12, n.138, p.6-8, jun. 1986.

VIEIRA, R. M. **Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e dependência: uma discussão na visão de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/arquivos/rosele-marques-vieira.pdf>>. Acesso em mai. 2020. Acesso em nov. 2020.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional**. Dissertação. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. 2009.

VIEIRA, E. T; SANTOS, M. J. dos. **Desenvolvimento Econômico Regional – uma revisão histórica e teórica.** 2012. Disponível em: <<http://www.rbgr.net/revista/index.php/rbgr/article/view/679>>. Acesso em nov. 2021.

WHIPPLE, J. M.; FRANKEL, R. Strategic alliance success factors. **Journal of Supply Chain Management**, Summer, v. 36, n. 3, p. 21-28, 2000.

ZAWISLAK, P. **Modelo de Gestão para Alianças Estratégicas em PMEs.** Grupo de estudos da cadeia automotiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Instrumentos de Coletas de Dados – Formulário

Parte a) Levantamento de informações nas Vinícolas

Vinícola	
Cidade	
Qual o ano de instalação da vinícola no município?	
Número de empregados	
Qual a receita média da empresa?	
Qual o valor médio de impostos pagos pela empresa?	
Quantos funcionários residem no município em que a vinícola está instalada?	
Para quais regiões brasileiras os produtos são comercializados?	
Qual a quantidade média de produtos comercializados no mercado nacional?	
Qual o ganho médio anual com o mercado nacional?	
Para quais países a vinícola exporta?	
Qual a quantidade média de produtos comercializados no mercado internacional?	
Qual o ganho médio anual com o mercado internacional?	
A Epamig acompanha as atividades da Vinícola com orientações e visitas?	

Parte b): Entrevista guiada por roteiro com Produtores

Objetivos do instrumento	Perguntas aos Produtores
(i) Caracterizar as vinícolas estudadas nos respectivos municípios;	1- Nome da Vinícola 2 – Cidade 3 - Anos de trabalho da empresa
(ii) Identificar as percepções dos produtores acerca das influências econômicas e sociais da vitivinicultura de vinhos finos de dupla poda nos municípios estudados;	4 - Existe na empresa algum tipo de política de Recursos Humanos? 5 - Quais? 6 - A Vinícola possui plano de carreira para seus colaboradores? 7 - É reservado algum incentivo ou benefício para os trabalhadores da empresa? 8 - Os funcionários possuem plano de saúde e odontológico? 9 - Algum projeto municipal ou associação é financiado pela empresa?
(iii) Analisar as influências da produção de vinhos finos de dupla poda para o desenvolvimento dos municípios onde se localizam as principais vinícolas do Sul de Minas Gerais	10 - Você percebe alguma influência na economia e nos aspectos sociais do município que tenha decorrido do crescimento ou número de empregados da empresa? 11 - Qual a participação da Epamig em todo o processo de funcionamento da Vinícola? 12 - Existe algum projeto entre a Vinícola e o município?

Parte c)

Objetivos do instrumento	Perguntas aos Gestores Públicos Locais
(i) Caracterizar as vinícolas estudadas nos respectivos municípios;	1 - Nome da Cidade 2 - Nome do Gestor participante da entrevista 3 - Cargo
(ii) Analisar as influências da produção de vinhos finos de dupla poda para o desenvolvimento dos municípios onde se localizam as principais vinícolas do Sul de Minas Gerais	4 - É possível observar alguma implicação positiva da presença da Vinícola no município? 5 - Quais? 6 - É possível observar alguma implicação positiva da presença da Vinícola no município? 7 - Quais? 8 - Quais os pontos fortes do funcionamento da empresa no município?

	9 - Quais os pontos fracos do funcionamento da empresa no município?
(iii) Identificar as percepções de gestores públicos locais dos municípios estudados acerca da potencialidade da produção dos vinhos finos de dupla poda para a cidade.	10 - Existe uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Vinícola? 11 - Existem propostas para melhorias ou instalação dessa parceria? 12 - A presença da empresa no município contribui para seu desenvolvimento? 13 - A Epamig mantém parceria com a prefeitura para apoio às vinícolas?

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, Carta de Permissão e Instrumentos de Coletas de Dados



FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONTRIBUIÇÃO DA VINICULTURA DE INVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS NO SUL DE MINAS _____

Nome do Pesquisador Responsável: Cristiano Nogueira Trombini _____

E-mail do Pesquisador Responsável: cristianotrombini@yahoo.com.br

Nome dos Pesquisadores assistentes/alunos: _____

E-mail do Pesquisador Assistente: _____

Instituição de Vínculo da Pesquisa: Unis

Contato com a Instituição: etica@unis.edu.br ou (35) 3219-5084 (Helena)

Definição: O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com função pública, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Res. CNS 466/2012).

- 1. Natureza da pesquisa:** o(a) sr. (sra.) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade ajudar no desenvolvimento do Projeto intitulado **A CONTRIBUIÇÃO DA VINICULTURA DE INVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS NO SUL DE MINAS** _____ do Curso de **Pós-Graduação-Mestrado** em _____ Gestão e Desenvolvimento Regional _____, do Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG, o qual ao final terá o levantamento dos dados de forma estatística.
- 2.** Esta pesquisa está sob coordenação do(a) Prof.(a)Dra. Elisa Maria Andrade Brisola _____.
- 3.** Sua participação consistirá em conceder uma entrevista

4. **Participantes da pesquisa:** serão entrevistados 3 indivíduos responsáveis por vinícolas previamente escolhidas e 3 gestores das cidades onde as vinícolas estão instaladas.
5. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo o sr. (sra.) permitirá que o (a) pesquisador (a) obtenha dados que serão utilizados para compreender as potencialidades da produção de vinhos finos de dupla poda para o desenvolvimento dos municípios onde se localizam as principais vinícolas do Sul de Minas Gerais.

__. O sr. (sra.) tem liberdade de se recusar a participar e, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o sr. (sra.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do e-mail do (a) pesquisador(a) do projeto ou da própria instituição, identificados no início desta página. Em qualquer situação, sua identidade será integralmente preservada.

6. **Sobre as entrevistas:** serão realizadas por meio de plataforma virtual de comunicação serão gravadas e transcritas pelo pesquisador. As entrevistas serão guardadas pelo pesquisador por cinco anos, após o que serão destruídas
7. **Sobre os questionários:** serão realizadas entrevistas
8. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua integridade física, mental, psíquica, moral e dignidade. (a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa)
9. **Confidencialidade:** a identidade dos colaboradores será mantida em sigilo tornando públicos apenas os dados coletados sem identificação dos sujeitos.
10. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o sr. (sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo traga informações importantes sobre os benefícios), de forma que o conhecimento aqui produzido sobre as potencialidades da produção de vinhos de dupla poda de inverno para o desenvolvimento regional do Sul de Minas. O pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos como forma de divulgação dos resultados obtidos, garantindo seu acesso aos resultados obtidos.
11. **Ressarcimento de Despesas:** o sr. (sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa. Caso haja alguma despesa relacionada à sua participação nessa pesquisa V.Sa. será ressarcida das despesas que porventura possam surgir. Fica definido aqui que ressarcimento se trata única e exclusivamente de compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação.

12. **Pagamento:** De acordo com a legislação vigente, sua participação neste projeto de pesquisa será de livre e espontânea vontade, e nada lhe será pago pela sua participação.
13. **Garantia de Busca de Indenização:** este documento não lhe garante nenhuma indenização, mas garante a V. Sa. o direito à busca de indenização caso se sinta de alguma forma prejudicada durante o transcorrer da pesquisa ou após sua finalização e divulgação dos resultados.
14. **Protocolo Aprovado:** por fim, informa-se a V.Sa. que esta pesquisa foi previamente analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPESMIG, tendo sido aprovado e registrada com o número CAAE _____.

Após estes esclarecimentos, caso o sr. (a) se sinta plenamente esclarecido, solicitamos o seu livre consentimento para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs. Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome e Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Assinatura do Pesquisador Responsável

Nome e Assinatura do Pesquisador Associado

CARTA DE PERMISSÃO

Varginha, ____ de ____ de _____

À Vinícola ou ao Gestor Local.....:

Ao cumprimentá-lo(a), apresentamos nosso aluno Cristiano Nogueira Trombini, regularmente matriculado no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* de “Mestrado Acadêmico em Gestão e Desenvolvimento Regional”, do UNIS - Centro Universitário do Sul de Minas, cursando o período de construção de sua Dissertação.

No que tange o referido trabalho de conclusão intitulado “A CONTRIBUIÇÃO DA VINICULTURA DE INVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS DO SUL DE MINAS”, trata-se de uma pesquisa acadêmica, tendo o objetivo geral de compreender as potencialidades da produção de vinhos finos de dupla poda para o desenvolvimento dos municípios onde estão localizadas as principais vinícolas do Sul de Minas Gerais.

O referido aluno, solicita a permissão para realização de uma entrevista guiada por roteiro, e assim coleta de dados que irão compor corpo da pesquisa.

Na certeza de podermos contar com sua colaboração, agradecemos sua atenção.
Atenciosamente,

(Assinatura do Orientador)

(Elisa Maria Andrade Brisola)

(Assinatura do Discente)

(Cristiano Nogueira Trombini)

ANEXO B

Parecer do Comitê de Ética

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPEMIG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONTRIBUIÇÃO DA VINICULTURA DE INVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS NO SUL DE MINAS

Pesquisador: CRISTIANO NOGUEIRA TROMBINI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 41065120.2.0000.5111

Instituição Proponente: Centro Universitário do Sul de Minas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.473.251

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto que visa analisar os impactos e contribuições da produção e comercialização de vinhos finos de dupla poda para o desenvolvimento de cidades do Sul de Minas onde ocorre esta atividade. A pesquisa será feita com 4 produtores e 4 gestores municipais das cidades de Caldas, Cordislândia, Três Corações e Três Pontas. Será adotada a abordagem qualitativa e técnica de análise por triangulação a partir das percepções destes pesquisados nos aspectos de informações, diálogo e análise de conjuntura.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral do projeto é identificar a contribuição dos vinhos finos de dupla poda no Sul de Minas Gerais para o desenvolvimento econômico e social da região, a partir das percepções de produtores e gestores públicos municipais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos descritos no projeto referem-se à possibilidade de constrangimento por parte dos pesquisados, o que é minimizado pela possibilidade de abandonar a pesquisa a qualquer momento, fato este especificado no TCLE.

Os benefícios referem-se à maior profundidade sobre as influências desta cultura na região pesquisada, podendo abrir novos campos de pesquisa.

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650

Bairro: Bairro Aeroporto

CEP: 37.010-540

UF: MG

Município: VARGINHA

Telefone: (35)3219-5291

Fax: (35)3219-5251

E-mail: etica@unis.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPEMIG



Continuação do Parecer: 4.473.251

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem clara na sua abordagem, apesar de, particularmente, sentir falta da consideração sobre indicadores que permitam aprofundar a percepção da análise apenas qualitativa. No entanto, a escrita do trabalho precisa de uma correção ampla, pois há muitos erros ortográficos e gramaticais e passagens confusas. Por exemplo, no primeiro parágrafo da introdução afirma sobre o progresso na produção de vinhos no Brasil, mas o dado mostra uma queda de produção em 2016 comparada com 2015. Precisa uma ampla revisão destas partes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos obrigatórios foram apresentados corretamente e o TCLE segue o padrão estabelecido por este CEP.

Recomendações:

Recomendo uma ampla correção da parte escrita deste projeto antes de configurar como um trabalho final, bem como, se possível, incluir dados quantitativos na abordagem para fortalecer as percepções qualitativas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendo a aprovação deste projeto por este CEP, visto não envolver riscos amplos aos participantes, bem como por seguir os ditames das pesquisas envolvendo seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do CEP concorda com o parecer do relator e opina pela aprovação deste protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1673300.pdf	16/12/2020 19:10:58		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoFinalPlataformaBrasil.pdf	16/12/2020 19:06:58	CRISTIANO NOGUEIRA TROMBINI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetocristiano2.docx	29/11/2020 17:20:31	CRISTIANO NOGUEIRA TROMBINI	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	29/11/2020 17:18:27	CRISTIANO NOGUEIRA TROMBINI	Aceito

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650
Bairro: Bairro Aeroporto **CEP:** 37.010-540
UF: MG **Município:** VARGINHA
Telefone: (35)3219-5291 **Fax:** (35)3219-5251 **E-mail:** etica@unis.edu.br

Página 02 de 03

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG



Continuação do Parecer: 4.473.251

Cronograma	cronogramamestrado.docx	29/11/2020 17:16:38	CRISTIANO NOGUEIRA TROMBINI	Aceito
Brochura Pesquisa	projetocristiano.docx	29/11/2020 17:14:33	CRISTIANO NOGUEIRA TROMBINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreEsclarecido Cristiano.docx	29/11/2020 17:03:43	CRISTIANO NOGUEIRA TROMBINI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VARGINHA, 17 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Nelson Delu Filho
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650
Bairro: Bairro Aeroporto **CEP:** 37.010-540
UF: MG **Município:** VARGINHA
Telefone: (35)3219-5291 **Fax:** (35)3219-5251 **E-mail:** etica@unis.edu.br